



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA
CENTRO DE ATES, HUMANIDADES E LETRAS
MESTRADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS: CULTURA, DESIGUALDADES E
DESENVOLVIMENTO

DIVANICE DA PAIXÃO FERREIRA

**CAPITAL SOCIAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: as contribuições das práticas associativas em Feira de
Santana - Bahia.**

Cachoeira, Bahia
2015

DIVANICE DA PAIXÃO FERREIRA

**CAPITAL SOCIAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA
FAMILIAR: as contribuições das práticas associativas em Feira de
Santana - Bahia.**

Texto apresentado ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia, como requisito para qualificação com o propósito de obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Orientador: Professor Dr^o. Nilson Weisheimer

Cachoeira, Bahia
2015

TERMO DE AVALIAÇÃO

Divanice da Paixão Ferreira

CAPITAL SOCIAL E FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR: as contribuições das práticas associativas em Feira de Santana - Bahia.

Dissertação aprovada como requisito ao grau de Mestre em Ciências Sociais na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Nilson Weisheimer (Orientador)
Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

Prof. Dr. Antonio Eduardo de Oliveira,
Docente da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB)

A Prof. Dra. Edinusia Moreira Carneiro Santos
Docente da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Cachoeira, Bahia

Nós, os que escrevemos, temos na palavra humana, escrita ou falada, grande mistério que não quero desvendar com o meu raciocínio que é frio. Tenho que não indagar do mistério para não trair o milagre. É uma grande aventura e exige muita coragem e devoção e muita humildade. Meu forte não é a humildade em viver. Mas ao escrever sou fatalmente humilde. Embora com limites. Pois do dia em que eu perder dentro de mim a minha própria importância — tudo estará perdido.

(LISPECTOR, 1998)

AGRADECIMENTOS

No final dessa empreitada, que ao mesmo tempo é uma jornada individual, mas pelos auxílios se torna coletiva, se faz necessário agradecer a todos aqueles que de diversas formas contribuíram para a realização desse trabalho.

A Deus minha fortaleza e meu refúgio, pela inspiração e força nos momentos de desânimo.

Ao meu orientador, Dr^o. Nilson Weisheimer, pelo incentivo, orientação e disponibilidade nos momentos de dúvida.

A banca pela valorosa contribuição com o trabalho, na pessoa do Professor Dr. Antonio Eduardo de Oliveira, agradeço enquanto aluna, pelo direcionamento na qualificação e nas contribuições do trabalho final. A Professora Dra. Edinusia Moreira Carneiro Santos pelo incentivo, exemplo, carinho e amizade a mim sempre dedicado. Fico imensamente grata por fazer parte desse momento importante de minha formação.

A CAPES pelo fomento e incentivo que possibilitou a minha dedicação a pesquisa.

Aos professores e aos funcionários da UFRB, ao Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdade e Desenvolvimento, pelo acolhimento da minha proposta de pesquisa.

Aos meus colegas que se tornaram amigos fraternos Juliany, Gerinaldo, Tais Ambrosi, Tais Moraes, Joselane, Ana Carla e Fernanda, obrigada pelo apoio e companheirismo.

Aos presidentes das associações visitadas, Vera, Professora Ana, Joana, Mônica, Ninha e Sales, obrigada por abrir as portas para o meu trabalho, pela disponibilidade de ajudar e pelo incentivo a pesquisa. A Jussara e Carla Lorena por me auxiliar as visitas nas comunidades e na aplicação dos questionários.

Aos agricultores familiares sempre carinhosos, disponíveis, solidários. Não tenho palavras para agradecer a atenção. Vocês me ensinaram muito.

Aos amigos do CAT e aos colegas do GEOMOV.

Aos meus amigos Nathalia Nunes, Silene Cordeiro, Maíra Reis, Alessandra Araujo, Kleber Araujo, Jocimara Lobão e Gabriel Lima, vocês me inspiram.

A minha família, na compreensão pelas ausências e pela torcida e estímulo no meu crescimento pessoal.

A minha mãe, Maria Diva, por me mostrar a importância da terra e o valoroso trabalho na agricultura familiar.

Ao meu esposo e eterno companheiro de vida Laerte Dias, meu pilar e exemplo, obrigada pelo afeto e carinho, sem você tudo seria mais difícil.

A todos, o meu mais sincero agradecimento.

RESUMO

Este trabalho teve por objetivo investigar a correlação entre a formação de capital social e a amplitude das ações em associações rurais no contexto dos agricultores familiares no município de Feira de Santana, Bahia. Diante disso, o conceito capital social, enquanto concepção teórico-conceitual tem tomado lugar de destaque nas discussões sobre a promoção do dinamismo social e políticos de determinados espaços, responsabilizando-se por responder indagações que permitam compreender as articulações associativas e o empreendedorismo civil das comunidades no campo, sobretudo, no universo da agricultura familiar. Para tanto, o trabalho aqui explicitado fez um levantamento dos principais conceitos, explorando as contribuições que a operacionalização do termo agrega aos estudos sobre a representatividade, por meio do estímulo à participação e na ampliação e eficácia das relações entre Estado e sociedade civil. Atrelado a isso, a pesquisa empírica evidenciou as experiências associativas em comunidades da zona rural do município com o intuito de analisar a abrangência de suas ações, utilizando assim, indicadores de capital social que captem a sua dimensão associativa. Com esse estudo evidenciou-se que na realidade observada, se faz de fundamental importância as articulações sociais na construção do espaço e o fomento ao desenvolvimento em toda sua complexidade.

Palavras-chave: Capital social; Associativismo; Agricultura familiar.

ABSTRACT

This study had as purpose to investigate the correlation between the formation of social capital and the scale of actions in rural associations in the context of family farmers in the municipality of Feira de Santana, Bahia. Therefore, the concept social capital as theoretical and conceptual design has taken a prominent place in the discussions on the promotion of social dynamism and politicians in certain areas, and is responsible for answering questions that allow understand the associative joints and civil entrepreneurship communities in field, especially in the world of family farming. To this end, this study made a survey of the main concepts, exploring the contributions that the operationalization of the term adds to the studies on representativeness, by encouraging the participation and the expansion and effectiveness of relations between the state and civil society. Linked to this, the empirical research showed associative experiences in rural communities of the municipality in order to analyze the scope of its actions, using thus social capital indicators that capture its associative dimension. With this study showed that the observed reality, it is fundamentally important social joints in the construction of space and fostering development in its complexity.

Keywords: Social Capital; Associations; Family farming.

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 -	Localização do município de Feira de Santana – Bahia.....	20
Mapa 02 -	Distribuição das associações por distrito no município de Feira de Santana no ano de 2013.....	86

LISTA DE TABELAS

Tabela 01 -	Síntese metodológica.....	29
Tabela 02 -	Feira de Santana: Evolução da população de 1940 a 2010.....	49
Tabela 03 -	Feira de Santana: Taxa de crescimento da população do município de 1940 – 2010	51
Tabela 04 -	Feira de Santana: Distribuição da população segundo os distritos, 2010.....	51
Tabela 05 -	Feira de Santana: Taxa de Crescimento da população urbano e rural por distritos.....	52
Tabela 06 -	Feira de Santana: Tamanho médio dos estabelecimentos por grupo de área.....	58
Tabela 07 -	Feira de Santana: evolução histórica do índice de Gini no de 1920 a 2006	59
Tabela 08 -	Relação entre o índice de Gini, o número e área dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares do estado da Bahia e Feira de Santana	59
Tabela 09 -	Feira de Santana: número de estabelecimentos rurais, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal – 1996.....	61
Tabela 10 -	Feira de Santana: Média da produção dos cultivos temporários produzidos no período de 2002 e 2010	63
Tabela 11 -	Feira de Santana: Quantidade média dos cultivos permanentes produzidos no período de 2002 e 2012.....	65
Tabela 12-	Feira de Santana: Percentual e quantidade média dos rebanhos entre 2000 – 2010	66

Tabela 13 -	Associações - Frequência nas assembléias e reuniões, por distrito, 2015.....	91
Tabela 14 -	Diversificação da produção ao fazer parte da associação, por distrito, 2015.....	104
Tabela 15 -	Aquisição prioritária da base alimentar da família, por distrito, 2015.....	105
Tabela 16 -	Consumo da família depois que passou a fazer parte da associação local, por distrito, 2015.....	106
Tabela 17 -	Comercialização de produtos por parte dos associados, por distrito, 2015.....	107
Tabela 18 -	Total da produção destinado para a comercialização, por distrito, 2015	108
Tabela 19 -	Volume da renda entre os agricultores familiares, por distrito, 2015.....	111
Tabela 20 -	Participação dos agricultores familiares em mais de uma entidade civil, por distrito, 2015.....	115
Tabela 21-	Atendimento as demandas por parte das associações, por distrito, 2015.....	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Associações rurais: universo da pesquisa.....	30
Quadro 02 - Quadro síntese sobre as principais concepções sobre capital social.....	78
Quadro 03 - Indicadores e Variáveis da efetividade de desenvolvimento rural adotados na pesquisa.....	102

LISTA DE FOTOS

Foto 01 -	Plantio consorciado de milho e feijão no distrito de Bonfim de Feira.....	63
Foto 02 -	Plantio de fumo no distrito de Bonfim de Feira, 2015.....	64
Foto 03 -	Poço artesiano em uma das associações no distrito de Maria Quitéria, 2015.....	88
Foto 04 -	Cadastramento para a entrega de sementes no distrito de Maria Quitéria, 2015.....	90

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 -	Atividades realizadas pelas associações rurais no município de Feira de Santana, segundo seus representantes.....	89
Gráfico 02 -	Formas de comercialização da produção familiar, por distrito, 2015.....	109
Gráfico 03 -	Origem da renda dos agricultores familiares, por distrito, 2015.....	110
Gráfico 04 -	Expectativa quanto à sucessão geracional, por distrito, 2015.....	113
Gráfico 05 -	Importância das associações locais para os agricultores familiares, por distrito, 2015.....	117
Gráfico 06 -	Motivos para participar das associações, por distrito, 2015.....	120
Gráfico 07-	Benefícios alcançados pelos agricultores associados, por distrito, 2015	122

LISTA DE SIGLAS

CIS	Centro Industrial do Subaé
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura –
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística a
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MPA	Movimento dos Pequenos Agricultores
MST	Movimento dos Trabalhadores sem Terra
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SEAGRI	Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
UPF	Unidades de Produção Familiar

SÚMARIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Problema de pesquisa	25
1.2	Objetivos	25
1.2.1	Objetivo geral.....	25
1.2.2	Objetivos específicos.....	25
1.3	Hipótese	25
1.4	Método e Técnicas de Pesquisa	26
1.5	Organização dos capítulos	31
2	CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA	33
2.1	Bases teóricas para estudo da Agricultura Familiar	33
2.2	Feira de Santana: condições históricas e demográficas	46
2.3	Características da agricultura familiar em Feira de Santana	54
2.4	Agricultura familiar: retomando os conceitos	67
3	ASSOCIATIVISMO E CAPITAL SOCIAL ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES EM FEIRA DE SANTANA	70
3.1	Fundamentos teóricos do Capital Social	71
3.2	Associativismo: discutindo o conceito	79
3.3	As associações rurais no município de Feira de Santana	85
4	AS AÇÕES ASSOCIATIVAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM FEIRA DE SANTANA	95
401	O papel do associativismo no Desenvolvimento Rural em Feira de	

Santana.....	95
4.2 Comparando os Indicadores de Desenvolvimento Rural entre agricultores com elevados associativismo e baixo associativismo.....	100
4.2.1 Produção.....	103
4.2.2 Segurança Alimentar e Nutricional.....	104
4.2.3 Acesso a mercados.....	107
4.2.4 Renda.....	110
4.2.5 Sucessão Geracional.....	112
4.3 Avaliando o Desenvolvimento Rural em Feira de Santana segundo os indicadores.....	115
5 CONCLUSÕES.....	126
REFERÊNCIAS.....	129
ANEXO	137

1. INTRODUÇÃO

Esse trabalho busca contribuir com a discussão sobre a importância do capital social como instrumento viável à promoção do desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, e sua repercussão nas relações sociais de produção no município de Feira de Santana – Bahia. Para tanto, o associativismo será considerado como a dimensão central do capital social, sendo um elemento chave na perspectiva de redução das desigualdades e da ampliação da cidadania.

Além disso, a pesquisa busca conhecer a diversidade das estratégias adotadas pelos agricultores familiares, contribuindo com os estudos emersos no campo das Ciências Sociais, no sentido de possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre a produção familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico no meio rural. Nesse contexto, a agricultura familiar, como categoria, articulado a existência das incorporações e práticas participativas e de mecanismos voltados para organização de agentes sociais apareceriam como uma referência, onde se permitiria explicar como essa integração social se tornaria um fator de desenvolvimento no campo.

Diante disso, a agricultura familiar é reconhecida como importante categoria social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana. Isso significa dizer que o componente cultural do modo de vida rural tem grande valia na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, diante disso, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque. Logo, a agricultura familiar se apresenta como princípio fundamental para um modelo alternativo de desenvolvimento do espaço agrícola.

Isto posto, as recentes discussões sobre o modelo familiar de produção, caracterizado como aquele em que a direção do processo produtivo, a força de trabalho e a gestão da propriedade estão a cargo do proprietário da terra ou do mesmo núcleo familiar, porém, inseridos em um ambiente marcadamente capitalista, é referenciado por autores relevantes no debate sociológico (WANDERLEY, 2001; ABRAMOVAY, 1998b; 2002 e LAMARCHE, 1998) e se torna significativo, sobretudo, por se constituir como um importante componente de sua reprodução econômica e principal referência de identidade social.

Para tanto, a agricultura familiar se torna uma importante referência de reprodução econômica e de identidade social, muito embora, nas últimas décadas, a agricultura familiar, enquanto categoria surge em um processo complexo, onde se permite reconhecer a influência e a determinação do desenvolvimento mercantil nesse segmento. Assim, o produtor familiar busca se adaptar a um contexto sócio-econômico próprio destas sociedades e, deste modo, se faz necessário as modificações importantes em sua forma de produzir e em sua vida social. Wanderley (2001) considera que o ingresso do agricultor familiar na sociedade moderna se dá pelas suas estratégias na produção, onde busca, sobretudo, valorizar os recursos disponíveis na propriedade familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e a sua exploração, além de sua perpetuação, enquanto prática.

Assim, as estratégias que buscam promover as potencialidades endógenas de desenvolvimento, centrando-se no desenvolvimento local, sendo baseado em recursos locais, em que os atores e as instituições desempenham papéis cruciais (KAGEYAMA, 2004), devem ser pautadas na integração de agentes sociais coletivos, sendo fundamental pensar a construção de mobilizações civis com o intuito de articular recursos, pessoas, ações e ideias para um projeto de desenvolvimento tendo como base princípios igualitários e participativos.

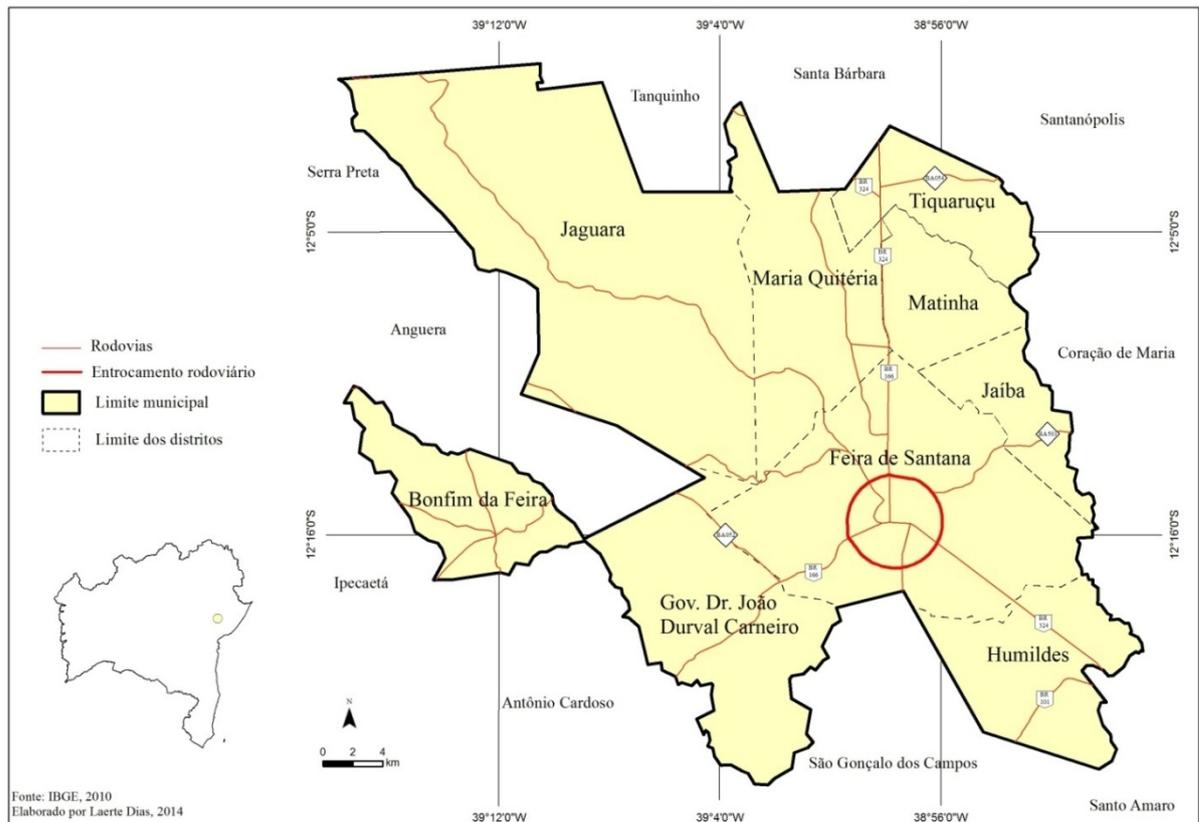
Em função disso, cresce em torno dos estudos sobre o desenvolvimento rural uma corrente contemporânea de pensamento representado por Abramovay (2000), Boisier (1996), Navarro (2001) que vêm enfatizando a dimensão territorial do desenvolvimento. Esta, não estuda somente as vantagens ou obstáculos geográficos de localização, mas, também, a formação de redes e instituições que facilitem as ações cooperadas e de reciprocidade, capazes de enriquecer o tecido social de certas localidades (Abramovay, 2000).

Com base nessa prerrogativa, tem-se abordado o desenvolvimento a partir da capacidade de cooperação, comprometimento e articulação dos indivíduos como promotor deste. Esse dinamismo é explicado ainda, com base na ideia de que a maior proximidade dos atores, em contextos com dimensões sociais, históricas, e políticas comuns, gerariam ações coletivas e cooperadas que ampliariam a espessura e a densidade das relações sociais e, como consequência, beneficiaria o surgimento de oportunidades inovadoras de desenvolvimento, sobretudo, em espaços menos favorecidos no âmbito das esferas públicas. Nessa visão, Boisier (1997), apud Souza Filho (2000) afirma que a sociedade civil, e nela compreendida o

as formas locais de solidariedade, integração social e cooperação, pode ser considerada o principal agente da modernização e da transformação sócio-econômica em uma região.

Feira de Santana, recorte espacial dessa investigação, está situada na no território denominado Portão do Sertão no do Estado da Bahia e distante 108 km da capital, Salvador (Mapa 01).

Mapa 01 – Localização do município de Feira de Santana, Bahia



A sede do município é a segunda maior cidade da Bahia em população e devido a confluências de importantes eixos rodoviários (BRs 116, 101 e 324) se estabelece como importante pólo de dinamismo regional/nacional. Santos (2007) faz um relevante diagnóstico espacial desse município e destaca que

A localização, do ponto de vista dos fluxos, a posição de grande centro nacional redistribuidor de mercadorias, a função predominantemente comercial, a existência de um importante centro industrial e a proximidade da capital do Estado colocam Feira de Santana como cidade de porte médio entre as mais dinâmicas do país (SANTOS, 2007, p.45).

Esse processo se estabelece, sobretudo, devido à acelerada urbanização, principalmente, a partir da década de 1970, quando são implantados importantes projetos de industrialização devido as suas peculiaridades locais, modificando a dinâmica demográfica e estimulando relevantes mudanças no espaço urbano e no setor econômico do município.

Diante desse cenário, Feira de Santana terá sua importância econômica e social ampliada a partir das décadas seguintes, onde o município passa a ter destaque a nível estadual, Milton Santos (1998) ao configurar a rede urbana do Recôncavo, já em 1950, insere esta cidade - bem como Alagoinhas - em posições de destaque enquanto novos vetores logísticos e com um setor terciário hierarquicamente inferior apenas ao da capital.

Nos anos seguintes essa posição será consolidada através das atividades secundárias e a consolidação do setor terciário. Feira de Santana se afirma como uma das cidades do nordeste brasileiro com a presença de elementos e equipamentos relevantes na sua organização espacial, com centros médicos de alta complexidade e um centro industrial de médio porte, pólos de tecnologia, universidades e um comércio diversificado com lojas de departamentos e serviços especializados, sendo referência para a microrregião e para o Estado. Nessa perspectiva, Freitas (2010) ratifica a amplitude dessas características, essencialmente, pela ascensão e manutenção dessas funções,

Feira de Santana atualmente constitui-se como centro comercial de médio porte, com influência marcante em nível local/regional, posicionando-se como segunda maior cidade do Estado e, desde a data de sua emancipação, adquire expressividade nacional, garantindo sua influência no cenário econômico da Bahia (FREITAS, 2010, p.129).

Assim, por conta do seu crescimento socioeconômico das últimas décadas, em 2011, é criada a Região Metropolitana de Feira de Santana¹, fruto de um projeto que busca oficializar, a partir de suas intensas relações socioeconômicas e que irá dinamizar a área de influência da cidade de Feira de Santana, enquanto sede dessa região metropolitana e de outros quinze municípios, enquanto proposta inicial (Reis, 2013).

¹A Região Metropolitana de Feira de Santana (RMFS) é criada em 6 de julho de 2011 sob a Lei Complementar Estadual nº 35 (LCE 35/2011), que passa a vigorar no dia 7 de julho do mesmo ano, quando o decreto foi publicado no Diário Oficial.

No que tange a agricultura de base familiar no município de Feira de Santana, este meio de produção se torna uma importante estratégia de propagar significativas condições de sobrevivência no campo, tendo em vista, a origem e o povoamento desse município serem influenciados pela expansão da pecuária. Esse processo de produção da cidade é iniciado, quando Feira de Santana passa de aldeia a principal feira de gado do estado, em 1828 (FREITAS, 2010, p.128).

Nessa linha, Araujo (2006), afirma que no século XX, vários fatores contribuíram para a criação deste município, dentre eles a pecuária, principal referencial de formação socioeconômica, devido à funcionalidade locacional de deslocamento das boiadas e dos tropeiros em direção a Salvador e a outras áreas do nordeste. Para Reis (2013), foi o deslocamento do gado bovino que tornou a região um local com as condições para atender as necessidades dos boiadeiros que os conduziam. Assim, essa dinâmica origina as primeiras feiras, que existiam anteriormente nas principais vias e posteriormente a cidade.

Segundo Gomes (1999), apesar das modificações socioeconômicas ocorridas, com a presença marcante da industrialização e expansão urbana, em Feira de Santana a pecuária bovina ainda se destaca como importante setor da economia, sendo o município um significativo pólo de distribuição de carne, e, ainda hoje, por fatores culturais, preserva as trocas comerciais e as feiras de gado que ocorrem semanalmente na cidade.

Desta forma, o município de Feira de Santana, possui fortes ligações com a agropecuária, conhecida por sua propensão agrícola em áreas de tamanho reduzido, o que justifica a expressiva quantidade de estabelecimentos familiares, onde predomina a produção tipicamente familiar, estando voltada basicamente para o consumo de subsistência e a venda do excedente em feiras livres em dias propícios, onde na concepção de Weisheimer (2004) essas formas de produzir possibilitam suprir suas necessidades imediatas e a sua existência social, pois garante a sua reprodução social e não somente biológica.

No caso do município de Feira de Santana, assim como em outros lugares que as entidades associativas atuam, sob o princípio do bem coletivo, o desenvolvimento deve ser entendido como o produto de ações voltadas para o crescimento da sociedade em uma perspectiva econômica, social, justa e em benefício da coletividade, diante disso, pode também contribuir para criar uma identidade local, ou ainda, entre outras propostas, emergir como campo político, o

que não implica numa homogeneização ou alienação dos valores e das perspectivas dos atores sociais. Esses espaços de interações possibilitam o debate, a pluralidade de idéias e pessoas. E, para isso, é de fundamental importância o estudo da análise motivacional como um processo de coesão dos associados.

Nas últimas décadas vem se discutindo a ideia de desenvolvimento rural a partir do âmbito social, e não apenas pelo viés neoliberal. Para Kageyama (2004) o desenvolvimento rural se estabelece como um “conceito complexo e multissetorial”. Para essa autora, diante de um novo paradigma no campo, o do desenvolvimento rural, no qual se incluem a busca de um novo modelo para o setor agrícola, com novos objetivos, como a produção de bens públicos (paisagem), a busca de sinergias com os ecossistemas locais, a valorização das economias de escopo em detrimento das economias de escala e a pluriatividade das famílias rurais são criados novos serviços, novos produtos e perspectivas.

Diante dessas circunstâncias, o crescimento sem a devida distribuição igualitária de renda e estratégias viáveis para a permanência no campo torna-se inviável em uma sociedade que busca a melhoria de seus membros. E esse avanço deverá ser pautado de forma coletiva por agentes que produzem determinado espaço de acordo a suas reais necessidades. Nesse contexto, as concepções de desenvolvimento são abordadas sobre amplas possibilidades. Para Santos (2007), a importância da sociedade civil é fundamental, pois, o que se propõe atualmente é buscar uma equalização entre elementos endógenos e exógenos, uma vez que a participação da comunidade tem possibilitado a construção de relações mais coesas, proporcionando relações horizontais.

Para tanto, as discussões mais recentes sobre a articulação dos sujeitos sociais e a participação de entidades coletivas que buscam, no contexto contemporâneo, formas democráticas de atuação, fomentam que as instituições envolvidas no processo de organização social através da construção de um tecido social significativo se tornam de fundamental relevância na compreensão do dinamismo socioespacial. Nessa concepção, e de acordo as suas características identitárias, os sujeitos se mobilizam na perspectiva de serem incluídos, assim, as propostas de intervenção buscam diminuir as desigualdades sociais que ainda imperam em uma sociedade tão excludente.

Como expressões de pessoas ou de grupos de atores sociais articulados, os movimentos civis através da sua representatividade têm ocasionado interesses nos

O

mais variados segmentos sociais, tendo, pois, repercussão direta na dinâmica local e na sua reorganização social. Para Habermas (1997), a sociedade civil seria uma espécie de agregação associativa capaz de solucionar problemas e transformar questões de interesse geral para as esferas públicas. Desse modo, as ações coletivas são capazes de gerar possibilidades de intermediação para criar instrumentos de apoio no intuito de resolver problemas comuns a um determinado grupo social.

Em espaços onde existem entidades voltadas às organizações civis, nota-se que as relações comunitárias são atreladas às ações dos agentes sociais que praticam e desenvolvem comportamentos de confiança, solidariedade e compromisso mútuo, sentimentos que, no seu conjunto, constituem a coesão social do universo onde vivem. Diante disso, as questões que permeiam a articulação social e que buscam promover o desenvolvimento através de práticas associativas, e que corroboram com formas participativas de atuação se tornariam de fundamental relevância na compreensão das especificidades dos sujeitos, onde assim, incorporam e disseminam a colaboração social. Além disso, as diferentes instituições civis percebem cada vez mais a necessidade de articular-se com outros grupos de mesma identidade social ou política semelhantes, como forma de ganharem visibilidade perante os governantes.

Essas relações sociais que produzem reciprocidade, regras e confiança, contribuem para o aumento da eficiência de uma determinada sociedade através de ações coordenadas, ou seja, construindo, assim, o capital social de determinada área. Entre outros elementos, as características culturais de determinadas regiões fazem parte do capital social, porque as relações informais e as práticas democráticas e participativas fazem com que a comunidade possa desenvolver ações conjuntas, o que resultará em benefício para a sociedade como um todo. Desta forma, as associações rurais, sindicatos, cooperativas, escolas e entidades culturais, podem auxiliar na construção de laços entre os indivíduos, fazendo com que estes adquiram um comportamento de colaboração e de participação.

A intensificação de lutas coletivas e da participação como elemento que propiciam melhores condições de vida aos segmentos das classes populares reforça a necessidade de promover iniciativas de análise dos mecanismos de interação social geradores de capital social, nesse caso específico: o associativismo. Esse tem como características concatenar categorias analíticas própria das Ciências Sociais.

1.1 Problema de pesquisa

Qual a contribuição das associações para o fortalecimento da agricultura familiar em Feira de Santana – Bahia?

1.2 Objetivos:

1.2.1 Objetivo geral

- Analisar a contribuição do capital social, verificado por meio do associativismo, para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Feira de Santana – Bahia.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar a agricultura familiar no município de Feira de Santana;
- Caracterizar as práticas associativas entre os agricultores familiares no município de Feira de Santana;
- Analisar a contribuição do associativismo rural para o fortalecimento da agricultura familiar no município de Feira de Santana.

1.3 Hipótese

A hipótese aqui levantada é que há uma correlação positiva entre o volume de capital social dos agricultores familiares e o desenvolvimento rural no município estudado. Isso porque, a participação dos agricultores familiares em associações propiciaria maior integração entre os agentes sociais no campo, ou seja, com a ampliação do capital social, maior seria a densidade das ações conjuntas e maior seria o nível de conquistas e, conseqüentemente, o desenvolvimento relacionado.

1.4 Método e Técnicas de Pesquisa

Os métodos têm por objetivo proporcionar ao investigador os meios técnicos para garantir a objetividade e a precisão no estudo dos fatos sociais (GIL, 2008). Ainda segundo este autor, seria o conjunto de procedimento para se chegar a determinado fim, ou seja, seria as formas necessárias e cabíveis para a eficácia da pesquisa dando credibilidade a mesma.

A proposta desse trabalho foi analisar a dinâmica do espaço rural no município de Feira de Santana, mais especificamente no contexto do universo familiar e as possíveis repercussões das articulações sociais na construção de estratégias que fomentam melhores condições de sobrevivência, trabalho e renda, garantindo sua reprodução. Nessa investigação a unidade de análise é a família rural que, para Sergio Schneider (2001), é entendida como um grupo social que compartilha um mesmo espaço e que possui em comum a propriedade da terra. Desta forma, para o autor, é no âmbito da família que se organiza a inserção produtiva, laboral e moral dos seus membros e é em função deste referencial que se estabelecem as estratégias que visam garantir a reprodução social do grupo (SCHNEIDER, 2001).

Carneiro (2000) destaca que a complexidade do processo de transformação do mundo rural brasileiro só poderá ser entendida adequadamente quando as análises estiverem voltadas às relações entre os agentes sociais envolvidas na dinâmica de reprodução social. Como consequência, sugere-se que o universo de análise privilegie a família enquanto uma unidade social e não apenas como unidade de produção, prática recorrente quando se discute a agricultura familiar no país.

As Ciências Sociais se ocupam de múltiplos objetos e variadas atividades, onde o *status* científico a elas atribuído deve-se em grande parte à utilização de metodologias e de teorias para o desenvolvimento da pesquisa empírica, no entanto, é necessária, a reciprocidade entre teoria e prática, assim, a teoria auxilia na interpretação dos dados empíricos como também pode iluminar o processo da pesquisa e explicar o mundo social. May (2004) sustenta que teoria social e pesquisa social devem estar imbricadas em uma relação de complementaridade e interdependência.

Destacam-se aqui os procedimentos básicos para alcançarmos os fins dessa investigação. Segundo Robert Putnam (2006), para se aproximar de uma pesquisa

mais exequível se faz necessário recorrer de instrumentos diversificados para aumentar o seu grau de eficácia. Desta forma, com o intuito de discutir as estratégias de reprodução do espaço contribuindo com os estudos sobre a organização da agricultura familiar e no sentido de possibilitar o aprofundamento dos conhecimentos sobre o tema proposto, torna-se necessária a utilização de metodologias variadas e que se encaixem ao objeto da pesquisa e ao problema a ser investigado.

Nestes estudos, duas questões tornaram-se relevantes: a unidade de análise, ou seja, os agricultores familiares e os instrumentos disponíveis para a mensuração do fenômeno.

As estratégias metodológicas utilizadas nessa pesquisa foram baseadas nos métodos qualitativos e quantitativos de produção de dados, com uso de pesquisa de campo através de entrevistas semiestruturadas e questionário com o intuito de potencializar através da observação *in loco* como se processa as relações sociais e participativas vivenciadas pelos agricultores familiares, ou seja, fornecerá a base empírica da investigação.

Inicialmente, foi realizado o aprimoramento da base conceitual, inserindo reflexões teóricas a partir das categorias fundamentais que embasam a investigação e forneceram subsídios para as correlações entre a realidade apreendida e as concepções teóricas estruturadas, além da sistematização de dados documentais sobre o município de Feira de Santana e as associações que possuem repercussão ampliada pelas ações que venham a desenvolver nesse município. Paralelamente, foi necessário fazer um diagnóstico sobre as associações rurais do município, a estrutura etária, o número de estabelecimentos e agricultores familiares, que através de dados de órgãos oficiais do governo como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e de entidades como a Prefeitura Municipal de Feira de Santana e demais órgão públicos e de entidades da sociedade civil como o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Estes dados secundários foram utilizados para localização das entidades e sua abrangência no espaço rural.

Assim, acredita-se que a atuação de um número maior de entidades poderia canalizar lutas e debates para uma representatividade mais atuante e, através de suas ações, um maior acesso a serviços capaz de proporcionar o desenvolvimento rural. Esse parâmetro poderia explicar como existiria um maior dinamismo em certas

o

comunidades rurais e a estagnação ou empobrecimento de outras, sustentando, assim, a hipótese levantada nesse estudo.

A técnica qualitativa tem sido utilizada nas Ciências Sociais como um recurso primordial para obtenção de dados e produzem fontes orais para a pesquisa social, além de poder complementar informações quando são combinadas com técnicas quantitativas. A vantagem da pesquisa qualitativa é que ela possibilita acessar aquilo que não foi documentado e permanece somente na memória (TEDESCO, 2004). As entrevistas, enquanto método qualitativo produzem fontes orais para a pesquisa social e podem ser temáticas ou conectadas às histórias de vida. Para Uwe Flick (2004) a pesquisa qualitativa evidencia a multiplicidade de perspectivas que se encontram nos diferentes atores sociais, dando ênfase a elementos subjetivos e esferas de interação social. Assim, para o autor este método é essencial para captarmos a pluralização das esferas da vida, a complexidade, os significados e a diversidade que há no social.

Para tanto, foram realizadas visitas as entidades que articulam e mobilizam os sujeitos no meio rural, buscando averiguar as atividades que desenvolvem e as possíveis repercussões que esses agentes da sociedade civil produzem e como se organizam socialmente. Essa pesquisa fez uso da pesquisa documental e da observação sistemática junto às associações dos distritos selecionados para o estudo no município de Feira de Santana. Diante disso, foi possível realizar um mapeamento detalhado sobre características dessas entidades representativas com o intuito de integrar os dados da pesquisa e construir um quadro mais completo da realidade. Desta forma, a pesquisa de campo forneceu a base empírica da investigação sobre o objeto estudado, incluindo questionários e entrevistas direcionados aos agentes que influenciam a dinâmica local.

Sistematicamente, foram identificadas as associações rurais do município de estudo, categorizadas por distrito, onde se pode contabilizar 105 associações rurais com 3900 associados. Por ser um universo relativamente numeroso, foi considerado a existência do maior e menor número dessas entidades entre os distritos do município, assim, analisou-se o rebatimento socioespacial de forma comparativa.

Assim, foram confrontados, no município de estudo, os dois distritos com maior e menor quantidade de associações rurais: Maria Quitéria (21 associações) e Bonfim de Feira (6 associações), totalizando nos dois distritos 27 associações rurais e 1.768 associados, segundo a prefeitura do município.

Pela abrangência da representatividade, se determinou por amostragem três associações em cada distrito analisado, o critério utilizado foi o número de associados, ou seja, as associações analisadas foram as que possuem o maior número de integrantes nos distrito definidos por contraste numérico associativo (Tabela 01), visto que, possivelmente são as que agregam um maior contingente e ampliam uma gama maior de discussão nos distritos. Na pesquisa social, esse método é considerado não-probabilístico, onde Gil (2008) considera que os dados podem ser adotados por critério do pesquisador, nesse contexto, usou-se o tipo de amostragem por cotas.

Tabela 01 – Síntese metodológica

Distrito	Número de associações	Total de associados por distrito	Número de associados nas três maiores associações (em número de associados)	Número de questionários aplicados (soma nas três associações por distrito)
Bonfim de Feira	6	768	673	50
Maria Quitéria	21	3.135	1095	81
Total				131

Fonte: Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos de Feira de Santana, 2015
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

Para definição do número de questionários aplicados aos agricultores familiares que fazem parte das associações foi utilizada a fórmula para cálculo de amostras finita de Gil (2008), utilizando a margem de erro de 5% e um intervalo de confiança de 80%. Nesse momento se definiu para essa pesquisa o quantitativo de 131 agricultores familiares associados nas comunidades analisadas. Os questionários serão destinados aos agricultores familiares dos distritos destacados, e nas comunidades que abrangem as associações da amostra, usando como critério a obrigatoriedade de serem categorizados como agricultores familiares, associado participativo e a assiduidade nas reuniões e assembléias.

Pelo fato de em uma das áreas a quantidade de associados ser maior, se estabeleceu proporcionalmente, que o número de questionários aplicados em Maria Quitéria seria oitenta e um (81) e em Bonfim de Feira seria cinquenta (50).

$$n = \frac{\sigma^2 \times p \times q \times N}{E^2 \times (N - 1) + \sigma^2 \times p \times q}$$

σ - Nível de confiança em número de desvios (σ) = 80%

p – proporção da característica pesquisadas no universo (%) = 45

q - percentagem complementar (%) = 55

N – Tamanho da amostra = 1.768

E – Erro estimado permitido (%) = 5,0

n – tamanho da amostra = 131

Também como parte da pesquisa, foi realizada entrevista com os representantes de cada uma das três associações com o maior número de associados no distrito de Maria Quitéria e no distrito de Bonfim de Feira.

Quadro 1. Associações rurais: universo da pesquisa

Distrito	Associações	Número de associados
Maria Quitéria	Associação Comunitária Rural da Fazenda Cajueiro e adjacência	428
	Associação Comunitária de Pequenos Agricultores do Distrito de Maria Quitéria e Adjacências	405
	Associação Comunitária Rural de Pedra Ferrada e Adjacências	262
Bonfim de Feira	Associação Comunitária Ouricuri, Terra Nova e Adjacências.	67
	Associação Comunitária Dr. Theodulo Bastos de Carvalho	524
	Associação Comunitária Rural de Santa Barbara e Adjacências	82

Desta forma, em campo, como estratégia metodológica para alcançar dados primários, e a partir do contato com os trabalhadores familiares previamente selecionados em dois distritos estipulados pelo método amostral, se buscou traçar um perfil sócio-demográfico e identitário dos agentes que se estabelecem nos dois distritos selecionados, pelo qual foi possível saber seus discursos, suas necessidades, seus conflitos e interesses, além disso, com o campo se permitiu analisar os principais resultados dos indicadores estipulados nessa pesquisa para diagnosticar os níveis de desenvolvimento alcançado nas comunidades em que as associações têm abrangência e os níveis de capital social adquiridos. A partir disso, e com a sistematização dos dados, foi possível potencializar as experiências vivenciadas por esses agentes, tendo em vista que é um dos focos da pesquisa.

1.5 Organização dos capítulos

Quanto à estruturação, essa dissertação será subdividida em cinco capítulos, onde tem o objetivo de fomentar algumas reflexões teóricas, com reflexos empíricos, sobre possíveis contribuições do capital social como um impulsionador do desenvolvimento nas comunidades que se estabelece a partir da agricultura familiar. Não se tem aqui o propósito de esgotar o debate, haja vista a riqueza do tema. Diante dos objetivos propostos, buscou-se construir um estudo entremeado pelo debate sobre uma experiência social com suporte num modelo teórico.

Na introdução se buscou apresentar e problematizar o tema, destacando a importância do estudo para o contexto acadêmico diante da sua relevância, aborda-se ainda, as características do contexto local de estudo, a formulação do problema de pesquisa, a hipótese levantada, assim como os objetivos que se propõem com esse estudo de caso. Nesse primeiro capítulo, apresenta-se ainda a metodologia, suas nuances e a relação entre o objeto da pesquisa e o método adotado. A pretensão foi descrever os procedimentos e as etapas da pesquisa.

No capítulo seguinte, transita-se pelos alicerces que dão sustentação teórica ao conceito de agricultura familiar, essência deste estudo. Além disso, busca-se fazer uma reflexão sobre a gênese da formação territorial do município de Feira de Santana para o melhor entendimento da importância dessa categoria produtiva no

contexto local, caracterizando o processo de trabalho familiar agrícola, no município, atrelado as estratégias reprodutivas adotadas pelos produtores com o objetivo de permanecerem no campo.

O terceiro capítulo discutirá o tema capital social, trazendo as contribuições dos principais autores que abordam sobre essa linha teórica, destacando nesse contexto as possíveis contribuições das associações na busca pelo desenvolvimento rural, e as ações dessas entidades sociais junto aos agricultores familiares do município de Feira de Santana.

O capítulo quatro trará a discussão sobre o desenvolvimento rural, avaliando através dos indicadores a relação estabelecida entre as ações das associações e a formação do capital social no município, para tanto, o grau associativo e o reatamento de suas ações entre os agricultores familiares se tornam fundamentais para avaliar o nível de desenvolvimento rural almejado.

Nas considerações finais, aborda-se o aprendizado propiciado pela pesquisa quanto à perspectiva de que o capital social pode promover e impulsionar o desenvolvimento das localidades no município pesquisado.

2 CARACTERIZAÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO DE FEIRA DE SANTANA, BAHIA

A agricultura familiar no Brasil compõe um universo numericamente significativo, onde segundo o Censo Agropecuário (IBGE, 2006), existem 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que corresponde a 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros. O que significa um número bastante amplo de famílias rurais que partilham um modo de vida específico e constitui uma importante referência de identidade social.

Diante desse contexto, nesse capítulo se procura estabelecer uma reflexão coerente que possibilite o estabelecimento de um referencial teórico e histórico imprescindíveis para esse estudo, contribuindo para a formação de um debate referente às especificidades, diversidade e relevância da propriedade rural familiar na economia brasileira, dando ênfase ao caso específico de Feira de Santana, onde se faz importante entender a formação territorial desse município, de modo a compreender como se deu a constituição de sua estrutura fundiária. Além disso, procura-se abordar uma discussão sobre a importância dessa categoria social, a partir do trabalho familiar agrícola e de sua dinâmica produtiva no município de estudo.

2.1 Bases teóricas para estudo da Agricultura Familiar

As características da produção rural familiar se estabelecem entre outros fatores pelo trabalho dos indivíduos sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir desta relação. Diante disso o tema agricultura familiar tem sido foco de inúmeras discussões teóricas, havendo diversos entendimentos a respeito de seu futuro na sociedade capitalista.

Nesta direção, o fortalecimento dessa categoria se torna de total relevância na medida em ganha dimensão no cenário nacional, onde se tornou um dos temas centrais da questão agrária, devido ao papel desempenhado por este segmento de produtores para o desenvolvimento rural no país (Hespanhol, 2000).

Entre os muitos aspectos abordados sobre a agricultura familiar nas últimas décadas se destacam a inserção social e econômica promovidos por essa categoria,

as estratégias de reprodução social, as políticas públicas destinadas a esse setor e as diferentes formas de organização social, onde se pode destacar as associações, enquanto mobilizações civis. Desta forma, existe a proeminência da necessidade de manter a discussão sobre a real importância dada à agricultura familiar, tratada por vezes, em uma perspectiva secundária no abastecimento alimentar se comparada a grande produção neoliberal.

Diante disso, a discussão sobre a agricultura familiar dar-se pela dualidade de sua abordagem; assim, destaca-se a via que passa a conceituá-la e a que procura diferenciar de outras categorias, principalmente a agricultura estritamente comercial. Assim, o que vai caracterizar a óptica de cada autor é a metodologia utilizada. Nos últimos anos a discussão sobre a importância e o papel da agricultura familiar no desenvolvimento brasileiro vem ganhando força, impulsionada pelo debate sobre desenvolvimento sustentável, geração de emprego e renda, segurança alimentar e desenvolvimento rural.

Com a emergência da redemocratização do Brasil na década de 1980, ressurgem no campo as ações ligadas a mobilizações sindicais e a organização dos movimentos sociais pelas políticas agrícolas voltadas ao campo, a exemplo de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura (CONTAG) e movimentos ligados a terra como o Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e o Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA). Esses grupos organizados, mesmo que com objetivos e metas diferenciadas, buscaram pressionar o Estado por políticas que os incluam no processo de desenvolvimento do País, colocando suas reivindicações na pauta de prioridade do governo.

De acordo com Hespanhol (2000), a utilização na década de 1990, da categoria de análise agricultura familiar serviu para designar genericamente as unidades produtivas, nas quais a terra, os meios de produção e o trabalho encontram-se estreitamente vinculados ao grupo familiar. Dessa forma, na década de 1990 observamos a reinserção da reforma agrária na agenda política, resultando na criação de diversos projetos de assentamentos.

Entre os vários aspectos abordados referentes a agricultura familiar ganha, expressividade o projeto conjunto do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO, iniciado em 1995 define agricultura familiar a partir de três características centrais:

o

- a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados são feitos por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou casamento;
- b) a maior parte do trabalho é igualmente fornecida pelos membros da família;
- c) a propriedade dos meios de produção (embora nem sempre da terra) pertence à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva (INCRA/FAO, 1996, p.4).

Assim, de acordo com o projeto, considerou-se estabelecimento integrante da agricultura familiar aquele dirigido pelo próprio produtor rural e que utiliza a mão-de-obra familiar em número superior a contratada. Na mesma linha de pensamento, BLUM (1999), ao definir a agricultura familiar salienta que os fatores de produção pertencem à família, exceto, em alguns casos a terra, e são possíveis de sucessão em caso de falecimento ou aposentadoria dos gerentes.

Baseado nessa categorização e ressaltando a necessidade de uma maior abrangência de políticas públicas, tendo em vista a discussão sobre a necessidade de projetos direcionados a esse segmento tão expressivo foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) representando a primeira política federal de abrangência nacional voltada exclusivamente para a produção familiar, onde se reafirma e impulsiona o debate sobre desenvolvimento rural de base sustentáveis na sociedade. Para Schneider (2003) o PRONAF, criado em 1996, é a afirmação da agricultura familiar no cenário social e político brasileiro. Outra ação notória é a criação da Lei 11.326/2006, a primeira a fixar diretrizes para a formulação da política Nacional da Agricultura Familiar (BRASIL, 2006), a opção adotada para delimitar o público foi o uso “operacional” do conceito, centrado na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo.

Nesse sentido, as pesquisas acadêmicas buscam compreender o papel exercido pela agricultura familiar na estrutura política e socioeconômica do país e sugerir formas para inserir as parcelas ainda excluídas do processo de desenvolvimento. Nesse contexto, esse segmento onde abriga grande número de situações, se consolida e se difunde perante outras formas de cultivo e nos diferentes setores da sociedade, tendo como ponto focal da polarização o tipo de mão de obra e de gestão sob a responsabilidade da família. Para tanto, as discussões sobre a importância socioeconômica da produção rural familiar na sociedade contemporânea ganharam relevantes contribuições no campo científico.

Para tanto, a configuração do espaço social agrário brasileiro exige uma análise histórica e social, visto que, a sua heterogeneidade se torna relevante diante da importância de temas suscitados, sobretudo, quando se retoma a discussão sobre as formas de propriedade da terra; enfatizando nesse contexto o latifúndio improdutivo; as relações de trabalho precarizadas; a expansão do sistema econômico capitalista; a proliferação de microempreendimento, perante a fragmentação das propriedades; a luta dos movimentos sociais pelo acesso a terra e vida digna, dentre outras realidades postas atualmente.

Diante disso, a agricultura familiar apresenta sobre suas bases históricas resquícios do predomínio de uma elite latifundiária marcada por suas origens coloniais, através das monoculturas de exportação das grandes propriedades, dos ciclos econômicos, na qual a dominação social, política e econômica da grande propriedade foram privilegiados. Essa realidade aponta para a construção de um espaço agrário cercado por desigualdades, sobretudo, em relação à distribuição de renda e nas formas de acesso a terra, onde sempre esteve associada às lutas dos próprios agricultores, associado por vezes, aos movimentos sociais, pela garantia de sua reprodução no campo. Levando em consideração toda sua complexidade, esses elementos caracterizam o cenário rural, com seus contornos específicos de apropriação territorial.

Assim, a agricultura camponesa surge no Brasil entremeada de grande precariedade, tanto no plano econômico quanto político e social, dado ao controle dos meios de produção, sobretudo da terra, além de sistemas rudimentares de cultivo, o que tinha como consequência a pobreza e a dependência ao latifúndio, como aborda Lamache (1993) ao referir-se à problemática no Brasil ainda no Período Colonial. Nesse período, a agricultura era caracterizada pela formação de grandes propriedades para a monocultura da cana-de-açúcar. Segundo Prado Júnior (1998), o latifúndio foi a principal responsável pela origem da grande propriedade e da concentração fundiária brasileira.

Diante desse contexto, e a partir do debate sobre as perspectivas do capitalismo agrário diante de tantas adaptações e redefinições, vários os estudos que têm buscado compreender os avanços e retrocessos, teóricos e práticos, da agricultura camponesa no contexto capitalista.

O sistema de produção que combina propriedade ou posse dos meios de produção e a realização do trabalho estão na base da produção camponesa,
o

discussão central da teoria de Chayanov (1974). Para esse autor, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família, onde apresentava fatores e elementos com características próprias em relação à sociedade. Para Chayanov, a unidade econômica camponesa, auto-suficientes na sua organização interna, incluía o trabalho, os bens de produção, inclusive a terra, no entanto, não geraria um trabalho assalariado, tampouco lucro ou renda da terra, porém, essas condições garantiriam a sua perpetuação e desenvolvimento. Assim, o camponês era um trabalhador que criava suas condições de existência (MENDES, 2005).

A teoria da organização da unidade de produção camponesa de Chayanov se baseia nos estudos desenvolvidos sobre a questão agrária russa, no início do século XX. Esse autor baseia-se no entendimento de que a família trabalha para suprir as necessidades fundamentais dos seus membros e em um segundo plano, para acumular capital (Alves, 2009). Até então, nesse contexto, o que se busca é a manutenção alimentar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade, do contrário, segundo Chayanov, tomaria um caráter mercadológico,

As atividades na unidade de exploração adquirem um caráter totalmente distinto quando esta ingressa na esfera da circulação de dinheiro e mercadorias. A atividade econômica perde sua matriz qualitativa. Agora as demandas podem satisfazer-se mediante compras; o interesse pela “quantidade” – obtenção da maior quantidade que, ao ser intercambiada, pode tomar qualquer forma “qualitativa” necessária para cobrir as necessidades familiares – passa agora à frente. Ao desenvolver sua natureza monetária, a “quantidade” obtida vai se liberando cada vez mais da “qualidade” e começa a adquirir o caráter abstrato de “valor” (CHAYANOV, 1974, p. 140-1)

Contudo, Chayanov não nega o interesse da família de obter lucro com sua atividade produtiva, mas enfatiza que tal interesse está necessariamente subordinado à satisfação da família. Um exemplo, é que mesmo quando há a necessidade de contratar mão-de-obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família.

Chayanov (1974) também levanta um questionamento sobre a relação entre o tamanho da família e o volume de atividades, visto que, as condições de existência assentavam-se no balanço entre a exploração da força de trabalho e no consumo familiar. Para esse autor, a quantidade do produto do trabalho é determinada

principalmente pelo número de membros da família ativa, e, além disso, pela produtividade da unidade de trabalho. Ou seja, faz um “balanço entre a capacidade de trabalho e a necessidade de consumo buscando alcançar o *grau ótimo de exploração*”. (CHAYANOV apud WEISHEIMER, 2004, p.97)

Além disso, o esforço dos membros da família na produção está relacionado ao interesse de reprodução do grupo familiar como um todo, e não apenas das necessidades individuais. A unidade familiar trabalha para o atendimento de interesses e anseios coletivos. A família é a principal preocupação nas tomadas de decisão, e a produção se apresenta como resultado da atividade inseparável, indivisível e única da família.

Nesse sentido, o autor procurou discutir o equilíbrio entre a relação o trabalho, o consumo e a intensidade de trabalho de forma grupal. Assim, para compreender o funcionamento das unidades econômicas baseadas em trabalho familiar, torna-se necessário investigar o modo pelo qual as famílias solucionam seus problemas com vistas à equalização entre consumo e trabalho, na busca por garantir a reprodução social do grupo familiar.

Essas concepções de Chayanov buscaram demonstrar as leis de funcionamento que justificassem a resistência do campesinato diante da expansão da modernização do setor rural. Assim, sua existência e reprodução seriam alicerçados na organização interna dessas unidades de produção. Para Chayanov (1974), o campesinato não é simplesmente uma forma ocasional transitória, fadada ao desaparecimento, para tanto, o campesinato existiria por responder a uma necessidade social. Para esse autor, trata-se de um segmento em que é possível encontrar as leis de reprodução e de desenvolvimento na sua própria existência.

Diante do fim do sistema feudal europeu e o surgimento da burguesia, e com o advento da cidade, novas sociedades agrárias são formadas. As mudanças dessas instituições impuseram novas configurações e mudaram a vida cotidiana dessas sociedades (Botelho e Freitas, 2011). A sociedade camponesa, de acordo com Henri Mendras (1978), surge no seio destas transformações. Segundo esse autor, a sociedade agrária, subordinada à cidade e à centralidade da burguesia, e não mais à feudalidade, transforma-se em campesinato.

Numa tentativa de caracterizar a sociedade camponesa, tomando como referência a noção de “tipo ideal camponês”, Mendras (1978) citado por Wanderley

(1996), afirma ainda que "uma sociedade camponesa é um conjunto relativamente autônomo no seio de uma sociedade global mais larga".

Mendras (1978), pesquisando o campesinato europeu, cria uma tipologia para diferentes grupos sociais estabelecida em três especificações como selvagem, camponês e agricultor. A partir desta tipificação Mendras elabora sua abordagem comparando as diferenças existentes entre os mesmos.

O selvagem vive em uma coletividade restrita, isolada do mundo exterior com o qual só mantém relações de guerra e de troca; ele vive do que produz, e não existe especialização de tarefas, cada um participando da produção dos alimentos; todos conhecem todos no seio da coletividade; a posição de cada um e as tarefas que lhe cabem, são definidas por seu pertencimento à sua linhagem, sexo e idade. O agricultor vive em uma sociedade industrial "de massas", na qual as coletividades locais não têm mais autonomia do que outros grupos ou organizações (das quais ela também faz parte) e são o último degrau de uma rede político administrativa; a produção agrícola, comentada pelo mercado, faz-se ainda comumente em empresas familiares, mas, tendo desaparecido o autoconsumo, o consumo familiar não tem relação com a produção, que é inteiramente comercializada. (...) Por contraste com o selvagem e o agricultor, o tipo ideal de sociedade camponesa se define pelos cinco traços seguintes: i) autonomia relativa das coletividades camponesas; ii) importância estrutural do grupo doméstico na organização da vida econômica; iii) autarquia relativa que não distingue consumo e produção e mantém relações com a economia envolvente; iv) relações de interconhecimento dentro das coletividades; e, v) função decisiva de mediadores entre sociedade camponesa e sociedade envolvente. (MENDRAS, 1978, p. 14).

A sociedade camponesa seria uma evolução a partir da sociedade primitiva e, para entendê-la, é preciso constantemente contrastá-la com esta última. Diante dessa ideia evolucionista, Mendras ainda supôs que a sociedade estaria em via de dissolução, visto que, "as antigas sociedades camponesas estariam em desaparecimento frente à expansão das relações econômicas capitalistas" (WEISHEIMER, 2004, p.101).

Algumas discussões mais recentes na abordagem sobre o meio rural perpassam pela transitoriedade dessa atividade camponesa, com suas características e historicidades próprias do período e das circunstâncias para uma integração mais dinâmica na lógica do capital e do mercado. Porém, o que fica evidenciado é que em ambos os casos, os atores são ativos, possuindo ainda uma maior autonomia, apesar de não ter rompido totalmente com a posição subalterna com relação ao Estado, o modelo familiar de produção, tão plural e peculiar busca implementar o seu modelo de produção específico e com suas particularidades.

Contudo, a unidade familiar de produção não é isolada e autônoma, ela está inserida em uma comunidade, convivendo com outros indivíduos com as quais mantém relações sociais e econômicas, assim como, interage com as demais classes e com o mercado, mas com este a integração é parcial, “não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica certa flexibilidade nestas relações com o mercado” (ABRAMOVAY, 1998b, p.104).

Alguns teóricos que utilizam o conceito de agricultura familiar como Lamarche (1993), Wanderley (2003), Abramovay (1998b;2000), Schneider (2003) Weisheimer, (2009) entre outros entendem o mundo rural como um processo em evolução e apontam seus progressos e retrocessos.

Hugues Lamarche (1998), destaca que a exploração familiar corresponde a uma unidade de produção agrícola onde a propriedade e o trabalho está intimamente ligado à família propiciando a transmissão do patrimônio e a reprodução da exploração.

Sabe-se que a agricultura familiar moderna constituiria como resultado das transformações por que passaram as formas camponesas ao longo da história. Para Lamarche (1993) graças à capacidade adaptativa, a agricultura familiar se faz presente em todas as partes do mundo, apesar das dificuldades enfrentadas. Visto que, “A exploração familiar transforma-se, evolui, adapta-se em função de sua história e do contexto econômico, social e político no qual sobrevive” (LAMARCHE, 1993, p.23). Assim, considera-se que a “exploração familiar” não pode ser definida como um ‘modo de produção’ específico, muito menos como um grupo social homogêneo. A combinação entre propriedade e trabalho assume, no tempo e no espaço, uma grande diversidade de formas sociais. “A exploração familiar é ao mesmo tempo uma memória, uma situação, uma ambição e um desafio” (LAMARCHE, 1993, p. 22).

Esse autor aborda ainda, em uma perspectiva evolucionista, a coexistência de quatro modelos teóricos de unidade de produção: a empresa, empresa familiar, camponês ou de subsistência e agricultura familiar moderna. Tendo os diferentes graus de integração ao mercado como principal referência da transformação do camponês em agricultor familiar. Assim, “A noção de dependência é de grande importância, tendo em vista que a agricultura familiar está inserida no contexto de suas relações com a economia de mercado” (WEISHEIMER, 2004, p.59).

Lamarche (1993;1998) parte da hipótese de que é possível encontrar um tipo ideal único de campesinato universal. Esta teoria inspirou seu estudo comparativo internacional realizado em alguns países sobre a capacidade de adaptação da agricultura familiar a contextos econômicos, sociais e políticos distintos. O tipo ideal seriam formas sociais de produção elaborados pelo autor para melhor compreender a realidade com base em critérios que demonstram a interação entre laço familiar e o grau de dependência e integração ao mercado, em cujas extremidades, sendo que de um lado seria o modelo original e de outro, o modelo ideal (SCHNEIDER, 1999). O modelo original é onde o agricultor encontra suas referências históricas e reencontra suas tradições, ao qual permanece mais ou menos ligado, e o modelo ideal define suas aspirações quanto ao futuro.

Para tanto, Wanderley (2003) faz considerações sobre a importância do campesinato e da agricultura familiar, principalmente das diferenças e similaridades dessas formas sociais, onde os elementos que os compõem, a sua constituição elementar e a participação de cada indivíduo determinaria dinâmica interna na unidade produtiva. A autora aborda ainda, o campesinato como uma forma particular de produção e organização produtiva, gerenciada pela família e com funcionamento específico, porém, que já estaria imerso nessa “sociedade englobante” e mercantil. Seria um processo de mudanças em que o camponês se insere ao passo que é inserido nas relações mercantis modernas de “reinvenção social”. (Martins, 2000, p.45).

Nesse processo de mudanças denotam-se outros parâmetros discutíveis como a dinamicidade econômica, de empobrecimento sob determinadas circunstâncias e de exclusão, ou seja, processos diferenciados que, inclusive promovem a destruição e a recriação do campesinato a partir de sua própria reinvenção social. Isso daria base e justificaria o discurso de alguns teóricos que abordam sobre a agricultura familiar defenderem que o produtor familiar, que utiliza os recursos técnicos e está altamente integrado ao mercado não é um camponês, mas sim um agricultor familiar.

Porém, Wanderley (2003), enfatiza que campesinato não é um mundo a parte, isolado e restrito a sociedade. A inserção na sociedade moderna é favorecida pelas suas estratégias de produção que se baseiam na valorização dos recursos disponíveis no estabelecimento familiar e destinam-se a assegurar a sobrevivência da família e a de sua exploração no presente e no futuro (Wanderley, 2001).

Diante do contexto capitalista, o campesinato agrega elementos próprios, assumindo características intrínsecas, mantendo, contudo, sua base na unidade de produção familiar. Portanto, é através de um processo histórico de adaptação que a classe camponesa deve ser, em primeiro lugar, compreendida. Da mesma forma, é preciso que a busca de compreensão desse processo adaptativo, dentro do modo de produção capitalista, esteja inserida em uma perspectiva de interpretação dialética.

Lamarche (1998) e Wanderley (1999) caracterizam as transformações vividas pelo agricultor familiar moderno não como uma ruptura definitiva com formas anteriores, mas, como uma categoria que mantém uma tradição camponesa que fortalece sua continuidade favorecendo as adaptações diante das novas exigências da sociedade. Esses autores caracterizam a agricultura familiar como um conceito genérico, que incorpora múltiplas situações específicas, sendo o campesinato uma dessas formas particulares. Wanderley (1999) considera que o agricultor familiar inserido ao mercado, guarda ainda muitos de seus traços camponeses, tendo ainda que enfrentar velhos problemas, e fragilizado, diante das condições impostas, continua a contar, na maioria dos casos, com suas próprias forças.

Tanto Lamarche quanto Wanderley afirmam que a agricultura camponesa é familiar, mas nem toda a agricultura familiar é camponesa, ou que todo camponês é agricultor familiar, mas nem todo agricultor familiar é camponês. Porém, o agricultor familiar, inclusive os completamente inseridos no mercado, se tornam portadores de muitos traços camponeses, principalmente por enfrentarem velhos problemas, nunca resolvidos, o que denota, simultaneamente, que existem pontos de rupturas e elementos de continuidade entre essas duas categorias sociais.

Entre outros aspectos, o sistema econômico capitalista estabelece novas formas de apropriação dos meios de produção e exploração/apropriação do trabalho. Assim, as reflexões sobre a expansão do modelo de produção capitalista e suas variadas formas de expansão, partem da proposição que o capitalismo cria/recria condições de desigualdade. A partir da lógica marxista, se amplia o debate acerca das especificidades da penetração do capitalismo na agricultura sob o ponto de vista do processo de acumulação de capital e de formação de estrutura de classe, com divisão social do trabalho no campo, introduzindo mudanças sociais e culturais que sobrepõem às formas tradicionais de mercado de trabalho. Para Karl Marx (1998), a sociedade capitalista é o desenvolvimento da contradição entre o

caráter privado e social do trabalho, sugerindo uma organização social racionalmente disposta e controlada.

Segundo Schneider (2003), para Marx, os produtores não conseguiriam acumular capital e se incorporariam ao mercado como assalariados, visto que, não conseguem competir com o sistema capitalista vigente, e tenderia a desaparecer, o que não aconteceu, pois segundo (WEISHEIMER, 2004) ocorreu o contrário, a unidade de produção familiar se evidencia nos países de capitalismo avançado, onde se estabeleceu o modelo mercantil e orienta as novas dinâmicas produtivas e reprodutivas, e subordina as forças produtivas ao modo de produção capitalista. Portanto, com a entrada do grande capital globalizado no campo, em casos específicos, pequenos produtores se integram ao mercado como estratégia para sobreviverem no empreendimento familiar, sendo por vezes, explorados como mão-de-obra para sustentar o capital, porém a maior incoerência decorre que o capitalismo se desenvolve no campo sem, contudo, acabar com a produção baseado no trabalho familiar. Tudo isso acontece devido à lógica contraditória do desenvolvimento capitalista (SILVA, 1991, p.32).

Cabe salientar que a emergência da noção de agricultura familiar não apenas substituiu o termo pequeno produtor familiar² e/ou camponês, por outro equivalente, mas promoveu um deslocamento teórico e de sentido sobre o que representaria este segmento de agricultores. A partir do final da década de 1980 e principalmente durante a de 1990 houve uma mudança nas investigações e os enfoques teóricos sobre o tema, momento em que passou a predominar o uso da noção de agricultura familiar. As análises passavam a não mais buscar somente a condições precárias e de inferioridade desse segmento da agricultura, mas a procurar mostrar a sua importância socioeconômica, a diversidade, a capacidade produtiva e, acima de tudo, que a forma de exploração familiar foi a grande responsável pelo significativo desenvolvimento da produção de alimentos no Brasil e em grande parte do mundo desenvolvido.

²Utiliza-se também o termo 'pequeno produtor familiar' com base nos critérios estabelecidos pelo PRONAF e pela Lei nº. 11.326, de 24 de julho de 2006, "deter, sob qualquer forma, no máximo quatro módulos fiscais de terra, quantificados conforme a legislação em vigor" (BRASIL, 2006). ²Contudo, Abramovay (2002) irá defender a ideia de que produção rural familiar não seria sinônimo de pequena produção, visto que, são cada vez mais modernos o processo produtivo.

Com um viés diferenciado de outros autores aqui destacados como Lamarche e Wanderley, e com importantes trabalhos na área de estudos agrários, Abramovay (1998b) parte do pressuposto que não há sentido na discussão agrária, buscar as origens históricas do conceito de campesinato. Neste contexto, a definição do modo de vida camponês se afasta cada vez mais de uma racionalidade fundamentalmente econômica (ABRAMOVAY, 1998b), mas de reconhecer que a agricultura assume um papel estratégico na economia capitalista.

Abramovay sentir-se autorizado em defender certas concepções como, por exemplo, a de que o camponês possui cultura própria, com um modo de vida específico com identidade própria e integrado a economias parciais, impossibilitando assim, relações mercantis. Em conta partida, o agricultor familiar, para esse autor, se caracteriza por está totalmente articulado ao mercado, sem apresentar qualquer conflito ou contradição em relação ao desenvolvimento capitalista.

Nessa perspectiva, as relações mercantis aniquilariam um modo de vida que não se adequaria ao capitalismo e os camponeses tenderiam a desaparecer com os avanços da economia capitalista. Visto que, na economia capitalista o mercado é o elemento de mediação e compreensão das relações sociais interessando apenas a produção de mercadoria, elegendo, portanto, critério predominantemente econômico no qual a natureza dos mercados é um dos atributos microeconômicos mais reveladores da vida social (ABRAMOVAY, 1998b). E assim, segundo esse autor, “no capitalismo, o trabalho agrícola realizado com base em relações familiares e não-salariais denomina-se *agricultura familiar*” (WEISHEIMER, 2009, p. 103).

A agricultura familiar, para Abramovay, encontra-se inteiramente despojada de características camponesas, embora, tenha consciência de quem em alguns casos possam ter origem dessa categoria, mas que se distingue das demais formas sociais pela inserção em um ambiente marcadamente capitalista, porém não assalariada, mas paulatinamente dilui a sociedade camponesa.

Ainda na discussão contemporânea sobre agricultura familiar, Sérgio Schneider, aborda sobre a manutenção de formas familiares de organizar a produção, além da tentativa de explicar a persistência das formas familiares na sociedade moderna, com rigor acadêmico, este autor se propõe a aprofundar o conhecimento sobre a agricultura familiar e suas possibilidades de desenvolvimento social e econômico no espaço rural. A discussão de Schneider (2003; 1999) ainda

destaca o protagonismo das famílias na busca pela continuidade de sua reprodução, visto que, essa perpetuação enquanto categoria, depende de suas decisões e estratégias. “A reprodução social, econômica, cultural e simbólica das formas familiares dependerá de um intrincado jogo pelo qual as unidades familiares se relacionam com o ambiente e o espaço em que estão inseridas” (SCHNEIDER, 2003, p. 114).

Para Schneider, há necessidade da integração entre estas formas familiares estabelecem relações com o modo de produção dominante, o capitalismo. Porém, não assumem um caráter capitalista. Ou seja, a contratação eventual de assalariados, a venda da força de trabalho e a venda de produtos agrícolas realizada pelas formas familiares não levam a sua classificação como capitalistas, tão pouco como não familiares.

Weisheimer (2009) discute também o processo de transformação ocorrido no contexto social agrário brasileiro nas últimas décadas com a introdução de formas mercantis de produção na agricultura e a sua integração parcial ou total aos mercados, contudo, muitos aspectos dos vínculos familiares tenham sido preservados, como a predominância da força de trabalho parental e as relações de reciprocidades que continuaram sendo a base do modo de vida dessa categoria.

Esse autor explicita sobre a importância no contexto atual do processo de trabalho familiar agrícola, definido pelo autor como o produzir no campo de um grupo que mantém entre si relações de parentesco no trabalho sob a terra, Weisheimer (2009). Atrelado a isso, se faz necessário também, segundo esse autor enfatizar as implicações estruturais profundas no modo como esses agricultores familiares irão se reproduzir socialmente através do trabalho familiar agrícola, se perpetuando através dos ciclos curtos, ou seja, através de sua manutenção biológica em sua unidade de subsistência, e de ciclos longos com a sucessão geracional, ancorado na reprodução da família.

Entre outros aspectos, Weisheimer (2009) enfatiza ainda que essa dinâmica de reprodução incide diretamente sobre a reprodução do grupo familiar através das relações de reciprocidade onde a divisão do trabalho no estabelecimento e nos serviços domésticos existe entre todos os membros da família, o homem adulto, seja ele pai ou marido, “assume o papel de chefe produtivo” pelo saber produzir (experiência acumulada).

Apesar das últimas mudanças no meio rural, e com a ascendência das economias modernas de produção e consumo, se torna de fundamental relevância a discussão sobre a delimitação dos conceitos relacionados à agricultura familiar, aos agentes e fatores imbricados nessa condição social, e a relevância da valorização desse modo de produção como uma forma de manter uma identidade construída no decorrer de gerações e analisar suas formas de reprodução. Essa perspectiva fica clara na discussão de Mendes (2005),

A produção rural familiar se define pelo trabalho do homem sobre a terra e os vínculos afetivos criados a partir desta relação. Os pequenos proprietários/produtores são responsáveis pelas plantações que cultivam, trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, contratam trabalhadores temporários. A organização interna dessas unidades de produção caracteriza uma economia doméstica. (MENDES, 2005, p.61)

Outra função atribuída à agricultura familiar, a sócio-cultural, significa o resgate de um modo de vida que associa conceitos de cultura, tradição e identidade, de pertencimento. Abramovay (1998b) determina a pequena propriedade, o papel de fixar a população no campo, evitando o êxodo para as cidades e garantindo a disponibilidade de mão de obra para a grande propriedade, sendo esta, portanto, indispensável para a economia rural.

2.2 Feira de Santana: condições históricas e demográficas

A organização social do espaço rural brasileiro é marcada por inúmeros agentes, que se materializam e se apropriam do território socialmente construído de forma desigual (Reis, 2013). Embora as mais diferenciadas formas de reestruturação produtiva leve a introdução de novos modelos de produção agrícola, baseado na lógica e funcionalidades que regem as leis do mercado capitalista de produção e de consumo, a categoria baseada no trabalho familiar busca estratégias de sobrevivência onde procura meios de adaptação para se manter ativa no processo produtivo e, ainda, reproduzir-se socialmente.

Diante dessa discussão, quando se faz menção sobre as desigualdades no meio rural, o Nordeste brasileiro talvez seja a referência que mais se aproxima desse contexto. Conforme Amilcar Baiardi e Janúzia Mendes (2007) e Eric Sabourin (1999), os produtores ainda desenvolvem uma agricultura bastante rudimentar em

consequência das problemáticas condições que enfrentam, tanto de ordem natural, como social, política e econômica. Não somente pelos fatores climáticos sazonais, onde talvez seja o menos preocupante, mas principalmente por fatores históricos, com a espoliação dos recursos econômicos.

Perante esse contexto, o município de Feira de Santana se assemelha a outras regiões do Brasil e do Nordeste, onde existe a distribuição desigual da terra e o predomínio de grandes propriedades, diante disso, a estrutura fundiária se torna um importante fator de exclusão e disparidades de renda no campo, onde os pequenos produtores foram deixados a própria sorte, quase sempre a margem, como um setor secundário e subalterno perante o latifúndio, “[...] foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção”. (WANDERLEY, 2001, p. 36-37).

Alguns fatores se tornam necessários explicar sobre a origem e evolução do município de Feira de Santana, com o intuito de compreender através de seu contexto histórico como esse município se formou e a constituição de sua estrutura agrária, onde muito embora uma região nunca se apresente de forma homogênea, muitas características ao longo de sua extensão territorial, vão formando a sua identificação.

As raízes históricas da formação do município de Feira de Santana estão atreladas a pecuária, visto que, esse local era estratégico pelas funcionalidades que ali existiam perante a circulação das boiadas que viam do Sertão em direção ao Recôncavo e a capital, Salvador. Essas boiadas vinham pela demanda do mercado consumidor do litoral, isto é, ao porto de Nossa Senhora do Rosário de Cachoeira, à margem do rio Paraguaçu, principal centro comercial da zona açucareira onde se localizavam grandes estabelecimentos de tecidos e mercadorias. Araujo (2002, p. 35) ao discutir a dinâmica e importância dos boiadeiros e da pecuária no contexto de formação do município, destaca que

A Bacia do Rio Paraguaçu, onde se encontra inserido o município de Feira de Santana, teve início no século XVII e deveu-se à necessidade de pouso dos tropeiros e das boiadas, vindos de Minas Gerais e de outras partes do Sertão; dando origem a núcleos populacionais como Castro Alves (antigo Curralinho) e Feira de Santana, entre outros. O transporte do gado da Região do Recôncavo em direção às áreas de exploração de ouro também concorreu para o povoamento das áreas do sertão situadas no Médio Rio Paraguaçu, entre Feira de Santana e Rui Barbosa.

Além disso, esse território de destacava por também ser uma área de transição econômica. Segundo Reis (2013), enquanto o Recôncavo Baiano se destacava pela produção agrícola da monocultura da cana-de-açúcar, no interior do Estado apareciam às fazendas de gado, e assim, dinamizava a região.

Segundo Rollie Poppino (1968), outros fatores estruturais propiciaram a dinâmica dessa região, entre elas a abundância das pastagens naturais, que favoreciam na alimentação do gado, sobretudo com a presença de uma quantidade substancial de lagoas e de rios, tais como, o Jacuípe, Pojuca e Subaé que saciavam a sede dos animais. O que torna esse espaço propício posteriormente, a ocupação das primeiras fazendas de gado em terras portuguesas, entre elas a Fazenda Santana dos Olhos D'Água, resultado de uma sesmaria revertida à Coroa Portuguesa, em meados do século XVII. Nessa referida fazenda foi construída pelos seus donos, a Capela de Sant'Ana, que auxiliou no povoamento em seu entorno. Sobre esse processo Poppino (1968, p.20) descreve que

Depois da construção da capela, tornou-se ela um ponto de encontro pra o povo do distrito, que aí se reunia para fazer orações, visitas e negócios. Dessa maneira, a pouco e pouco se ia desenvolvendo uma feira periódica em Santana dos Olhos d'água. A feira, que teve início no primeiro quartel do século dezoito, deu o seu nome à atual Feira de Santana. Conhecida a princípio como a feira de Santana dos Olhos d'água, depois se chamou simplesmente de Feira de Santana. Uma vez localizada, a feira tornou-se uma parte da vida econômica e social de toda a circunvizinhança e suficientemente importante para ser considerada um arraial florescente junto à capela de Santana dos Olhos d'Águas.

Assim, começaram a se fixar na região, as pessoas – boiadeiros, vaqueiros, viajantes - que eram atraídas pelas particularidades do lugar, e que tinham a pretensão de estabelecer os pequenos comércios, sobretudo, as feiras de gado e um comércio paralelo de alimentos e de outros produtos que poderiam suprir os primeiros habitantes. Sobre a feira de gado, Santo (2003) reafirma que no início do período colonial a feira do gado ocorria aos domingos, muito em função do dia em que a missa era celebrada, depois mudou para terça-feira e, em 1954, as segundas-feiras com a intenção de apressar a ida do gado para Salvador, esse dia ainda é hoje o escolhido para a feira de gado na cidade.

Essa autora fala ainda sobre a importância dessas feiras para o crescimento acelerado dessa cidade, visto que, a demanda populacional aumentava consideravelmente, fazendo necessário também aumentar a produção agropecuária

voltada a suprir a demanda dos moradores. Segundo Dias (2012) nesse momento existe um aumento da produção agrícola, que passa a ser de suma importância nas feiras, sendo resultado do excedente da produção de subsistência dos pequenos produtores da região.

Em 1832 o povoado foi elevado a categoria de vila, desmembrando-se do município de Cachoeira. Até 1868, a vila continuava a se expandir como centro comercial no sertão baiano. Nessa época, Sant'Ana dos Olhos D'água já diferia de outras localidades espalhadas pelo interior da província, devido a tamanha dinâmica estrutural. Assim, o comércio confere grande relevância para o crescimento da cidade, o que se consolidará nas décadas seguintes como o comércio mais importante do interior da Bahia (Araujo, 2006). A Lei Provincial n.º 1.320, de 16 de agosto de 1873, elevou a vila a categoria de cidade, recebendo o nome a princípio de Cidade Comercial de Feira de Santana, quando em novembro de 1938, o nome foi simplificado para – Feira de Santana.

Fazendo uma análise da dinâmica populacional de Feira de Santana, se observa o crescente aumento da população, principalmente ao longo das últimas décadas, sobretudo, no núcleo urbano. GOMES (1999), argumenta que em 1825, existia no povoado de Sant'Ana dos Olhos D'água em torno de 3 a 4 mil pessoas. Essa população aumentou consideravelmente, e na década de 1940 já chegava aos 83.268 habitantes (Tabela 02).

Tabela 02 – Feira de Santana: Evolução da população de 1940 a 2010

Ano	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000	2010
Total	83.268	107.205	141.757	187.290	291.506	406.447	480.949	556.642
Urbano	19.600	34.277	69.884	131.720	233.631	349.557	431.730	510.635
Rural	63.608	72.928	71.873	55.570	57.875	56.890	49.219	46.007

Fonte: Censo Demográfico, 1940/2010
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

No período compreendido entre as décadas de 1950 e 1970 a dinâmica populacional do município de Feira de Santana, passou por expressivas transformações e o entendimento da mesma é o ponto de partida para compreender a sua estrutura agrária.

Até o ano de 1960, o município era predominantemente rural. Até esse período, a maioria da população que vivia no município ocupava-se de uma forma

ou de outra, da lavoura, para tanto, a agricultura influenciou grandemente para manter a população no campo, principalmente pelas qualidades das culturas, e pela demanda. À medida que a população crescia, aumentavam, correspondentemente, a área cultivada e a produção. Assim, “o município é marcado por um período de rápido crescimento provocado pelas atividades agrárias” (ARAUJO, 2002, p. 40).

Porém, os dados populacionais e a demografia do município também mudariam consideravelmente. O número de habitantes no município aumenta expressivamente na década de 1950 passando de 100 mil habitantes, nas duas décadas seguintes esse aumento da população se mantém expressivo, sobretudo, no espaço urbano. Enquanto isso, a população rural se organiza no sentido inverso. Nota-se uma redução do número de habitantes no campo entre as décadas de 1950 e 1960 e entre os anos de 1960 e 1970, período de maior redução demográfica na zona rural, havendo um ligeiro aumento entre as décadas de 1970 e 80, e novamente um declínio entre 1980 e 2000.

Na década de 1970 a população do município já é numericamente maior que a rural em 76.15 mil habitantes. Segundo Santos (2007) é nesse momento em que o município agrega os investimentos estatais em energia e rodovias no estado da Bahia, como a construção da BR 116 e BR-101 e posteriormente a implantação do Centro Industrial do Subaé (CIS), que serviu como área de grande atração populacional, principalmente na década de 1970. Nesse momento, se daria início ao processo de industrialização do município, e como consequência um acelerado processo de modernização e crescimento urbano na cidade de Feira de Santana, associado à ausência de incentivo à produção no campo, o que provocou um deslocamento, principalmente de pessoas do sexo masculino para a cidade, em busca de alternativas de trabalho e condições mais dignas de sobrevivência (FREITAS, 1991, p. 72).

Assim, a população urbana aumenta consideravelmente em Feira de Santana, entre as décadas de 1960 e 1970, inclusive ultrapassando o número de pessoas que viviam no campo. Nessas décadas houve um aumento de 103,9% na taxa de crescimento urbano no município (Tabela 03). Atualmente o município tem uma taxa de crescimento de 15,7%, os dados demonstram o decréscimo sucessivo de crescimento populacional de 1980 a 2010, o mesmo ocorre com a população rural, exceto nas décadas de 1940 a 1950 e 1970 a 1980.

De acordo aos dados do último Censo, houve um aumento considerável da população total do município, nota-se também, que a maioria da população hoje reside no centro urbano, e ano de 2010, alcança 556.642 habitantes enquanto a população rural totaliza 46.007 habitantes.

Tabela 03 – Feira de Santana: Taxa de crescimento da população do município de 1940 – 2010

População	TAXA DE CRESCIMENTO (em %)						
	1940-50	1950-60	1960-70	1970-80	1980-91	1991-00	2000-10
Total	28,7	32,2	32,1	55,6	39,4	18,3	15,7
Urbano	74,9	103,9	88,5	77,4	49,6	23,5	18,3
Rural	14,6	-1,4	-22,7	4,1	-1,7	-13,4	-6,5

Fonte: Censo Demográfico, 1940/2010

Elaboração: Divanice Ferreira, 2014

Hoje, o município está entre as cidades mais importantes da Bahia por sua articulação regional, além de sua importância no setor comercial, sendo destaque em relação aos municípios de sua microrregião geográfica e, de forma diferenciada, perante outros municípios do interior baiano. O município é subdividido. Além da sede, onde se encontra o principal núcleo urbano existem oito distritos: Bonfim da Feira, Governador Dr. João Durval Carneiro (ainda hoje chamado de Ipuçu), Humildes, Jaguará, Jaíba, Maria Quitéria (antigo São José), Tiquarucu e Matinha (recentemente desmembrado do distrito de Maria Quitéria). A sede desses distritos constituem núcleos menores, onde a população urbana reside, as vilas, porém, as áreas de maior predominância de agricultores são os espaços de plantio e pecuária, onde se concentra o maior núcleo populacional. (Tabela 04)

Tabela 04 – Feira de Santana: Distribuição da população segundo os distritos, 2010

Distritos	Urbana	Rural	Total
Feira de Santana	495.965	3.707	499.672
Bonfim da Feira	2.131	1.302	3.433
Humildes	6.983	6.479	13.462
Gov. Dr. João Durval Carneiro	1.079	2.725	3.804
Jaguará	665	4.386	5.051
Jaíba	956	3.583	4.539
Maria Quitéria	1.826	12.077	13.903
Matinha	573	8.282	8.855
Tiquarucu	457	3.466	3.923

Fonte: IBGE, 2010

Elaboração: Divanice Ferreira, 2014

Na tabela 04, nota-se que a população encontra-se em maior número no núcleo urbano, porém, a população rural se faz em maior número que a soma da população residente na zona urbana dos distritos (vilas). Atualmente o distrito que possui o maior contingente populacional é o distrito de Maria Quitéria com um total de 13.903 habitantes e apresenta o maior número de pessoas morando na área rural. Já o distrito de Humildes apresenta o distrito com o segundo maior núcleo populacional, com 13.462 habitantes, contudo, é o distrito que possui o maior número de pessoas vivendo na zona urbana (51,8%).

Para Araujo, (2006) a instalação de indústrias nas proximidades do distrito e da cidade estimularia a população desenvolver outras ocupações. Esse processo de industrialização levou ao aparecimento de espaços que não são nem tipicamente rurais e nem urbanos, chamados de periurbano³, característico de áreas como o distrito de Humildes. Bonfim de Feira é o único distrito que a população urbana (2.131) é superior a população residente no espaço rural (1.302) por outro lado o distrito com maior população rural é o de Tiquaruçu, com 88,3% do total de habitantes residindo em área rural.

Nos últimos anos houve uma redução significativa da população rural em Feira de Santana, sendo que entre as décadas de 1991 e 2000 houve uma queda abrupta no município de 55% da população rural, nas duas décadas seguintes, o percentual de pessoas que deixaram o campo chega a 33,1%, (Tabela 05).

Tabela 05 – Feira de Santana: Taxa de Crescimento da população urbano e rural por distritos

Distritos	Urbano		Rural	
	1991-2000	2000-2010	1991-2000	2000-2010
Feira de Santana	23,3	18,1	-55,0	-33,1
Bonfim da Feira	0,2	9,7	-16,6	-29,4
Humildes	45,4	23,4	1,2	-9,5
Gov. Dr. João Durval				
Carneiro	48,6	20,0	-25,2	-15,6
Jaguara	-5,8	-4,6	-16,2	-27,6
Jaíba	97,4	27,5	5,6	12,2
Maria Quitéria	54,6	20,1	2,6	-34,2
Matinha	-	-	-	-
Tiquaruçu	12,7	2,9	35,8	-9,6

³O espaço pode ser designado como periurbano, quando representa uma situação intermediária entre o rural e o urbano e, sobretudo, porque nele parece emergir um tipo próprio e característico de relação de trabalho que se baseia na pluriatividade das famílias de trabalhadores.

Fonte: Censo Demográfico, 1991, 2000, 2010
Elaboração: Divanice Ferreira, 2014

Em alguns distritos houve um decréscimo significativo dos indivíduos que se estabeleciam no campo e crescimento de outros, a depender de sua dinâmica produtiva e socioeconômica. Jaiba foi o único distrito que teve um aumento da população rural nos últimos 19 anos, tendo também aumento significativo do número de habitantes que residem na sede, ou núcleo urbano do distrito no mesmo período. Os demais tiveram decréscimo nesse período, entre as áreas com crescimento negativo mais significativo foram os distritos de Governador João Durval Carneiro, Jaguara e Bonfim de Feira.

Diante disso, a atração exercida pela cidade seria com a abertura de vagas pelas atividades industriais, em franco crescimento na década de 1970 no município, o desenvolvimento das atividades comerciais, e a questão fundiária seriam algumas justificativas para o êxodo rural nessas últimas décadas no município de Feira de Santana. Segundo Cruz (1999) as atividades primárias perderam participação na estrutura produtiva do município, a partir dos anos 70, sobretudo, pela intensificação do processo industrial e pela implantação do Centro Industrial do Subaé em Feira de Santana. Singer (1998) corrobora com essa premissa ao afirmar que essas condições desfavoráveis propiciam o despovoamento dos campos e o inchaço nas periferias urbanas, implicando na transformação da crise agrária em crise urbana. Ou seja, enquanto se observa o esvaziamento populacional do campo, também assistimos ao crescimento da periferia das cidades.

A reestruturação do trabalho nas sociedades modernas, com as mudanças no processo de trabalho, valores e práticas estabelecidas justifica a preocupação sobre o destino dos pequenos agricultores brasileiros.

A intensa modernização da agricultura, a partir de 1960, foi a principal responsável pelas elevadas taxas de expulsão da população rural, o que, num contexto de ampla disponibilidade de força de trabalho para o setor industrial, passa a constituir uma das raízes da inchaço das periferias, do subemprego e da crise urbana do período recente (GRAZIANO DA SILVA, 1999, p. 119)

Outro fenômeno observado no campo no município de Feira de Santana são as múltiplas ocupações que coexistem nas unidades produtivas familiares no meio rural. É uma realidade cada vez mais comum que parte da família trabalhe nas cidades, como forma de complementar a renda familiar. Os integrantes da família

o

buscavam um rendimento complementar obtido fora de sua exploração agrícola, tendo em vista que, na agricultura, o trabalho no município de Feira de Santana é acompanhado por um período sem ocupação na agricultura, devido principalmente a irregularidade das chuvas. Na agricultura, o ritmo da maioria das atividades depende do ciclo natural e climático propício as espécies cultivadas.

Essa discussão está relacionada ao crescimento das atividades não agrícolas e não deve ser imediatamente, associada ao aparecimento da pluriatividade⁴ nas famílias rurais. Na concepção de Schneider (2003) o crescimento das atividades não agrícolas na economia brasileira está relacionado com as alterações na estrutura do trabalho no campo, dando suporte para imergir os novos modos de ocupação da força de trabalho. Para o autor, esse fenômeno pode ser observado com maior intensidade entre os agricultores familiares, justificando a importância do estudo dessas novas configurações.

Implica descobrir por que razão algumas famílias que são proprietárias de um pequeno pedaço de terra e trabalham na produção agropecuária, ligadas entre si por laços de parentesco e de consangüinidade, passam a estimular os seus membros a buscar empregos e ocupações não-agrícolas, oferecidas por setores como a indústria da transformação, da construção e a prestação de serviço de toda ordem (SCHNEIDER, 2003, p. 231).

A discussão da problemática do processo de trabalho agrícola perpassa por vários fatores que emergem no campo acadêmico, principalmente por questionar as transformações estruturais dos setores agrícolas e industriais nas sociedades modernas, onde a estrutura fundiária tem um papel de extrema relevância nesse contexto.

2.3 Características da agricultura familiar em Feira de Santana

Nas Unidades de Produção Familiar (UPF) a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade, sendo que o propósito imediato da

⁴Segundo Schneider (2003) pluriatividade refere-se a um fenômeno que se caracteriza pela combinação das múltiplas inserções ocupacionais das pessoas que pertencem a uma mesma família no campo. Contudo para esse autor a pluriatividade não pode ser entendida como um recurso transitório ou mesmo um mecanismo de precarização das famílias, mas como um processo de diversificação do trabalho que ocorre no âmbito das unidades familiares de produção.

produção é a satisfação das necessidades essenciais da família e sua integração no mercado.

Essa categoria social tão importante no campo compõe a tríade propriedade, o trabalho e a família. A ligação estabelecida entre esses três fatores orienta sua dinâmica de produção, incidindo diretamente sobre a transmissão do patrimônio, a reprodução do grupo familiar, a perpetuação de suas experiências no núcleo geracional, o processo de trabalho e a importância da terra. Esses elementos são considerados essenciais para o estudo da estrutura dessas unidades de produção e sua adaptação frente às condições de mercado.

A partir das análises aqui colocadas, a finalidade do trabalho familiar agrícola é a satisfação de suas necessidades familiares, além disso, buscar estratégias para a sua reprodução enquanto unidade socioeconômica, recriando a sua identidade social. Sendo assim, as UPF constituem a unidade básica de trabalho e de exploração da propriedade, ou seja, o predomínio do trabalho e a gestão são familiares. Processo de trabalho é aquele segundo o qual os seres humanos atuam sobre as forças da natureza, submetendo-as a seu controle e transformando-as em certos valores de uso, ou seja, dando forma útil à sua vida (WEISHEIMER, 2009, p.104). Ainda segundo esse autor, coexistem dois elementos essenciais, para caracterizar o processo de trabalho,

O processo de trabalho ocorre pela articulação entre as forças produtivas e as relações sociais de produção. A noção de forças produtivas corresponde aos fatores necessários à produção, como os trabalhadores, os instrumentos de trabalho e os meios de produção. As relações sociais de produção referem-se às diferentes funções executadas por indivíduos ou grupos no processo de produção e no controle dos meios de produção. (WEISHEIMER, 2009, p.104)

Os membros da família constituem a principal força de trabalho diante da unidade produtiva, visto que, que os propósitos dos membros da família, executam as tarefas destinada a cada integrante do grupo, onde cada indivíduo desse grupo tende a desempenhar uma função conforme a necessidade, geralmente essa a divisão do trabalho se dar também por uma divisão sexual, porém, se estabelece de forma cooperada e participativa. O que não impede a mesma de recorrer a outras relações, como o trabalho temporário ou a ajuda mútua, seja por parentesco ou por compadrio.

Em Feira de Santana, essas relações peculiares ocorrem com demasiada frequência, para Araujo (2002) nas propriedades do município utiliza-se desse artifício, que é o apoio de uma ou várias famílias, para a execução do determinado trabalho, que recebe o nome popular de *digitório* ou *mutirão*⁵. Essa ajuda, que na maioria das vezes é recíproca, se dá pela troca de dias de trabalho, onde a família retribui a ajuda recebida por outra família em um momento anterior, em momentos de necessidade como no período da colheita ou plantio, complementando a mão de obra familiar, visto que, essa não tem recursos para pagamento de diárias.

Entretanto, o sistema econômico capitalista estabelece novas formas de apropriação dos meios de produção e exploração do trabalho. Com a expansão do modelo de produção capitalista, que cria condições de desigualdade, a posse da terra expressava a maior fonte de riqueza, assegurando a possibilidade de produção através das relações servis de trabalho (HUBERMAN, 1986)

A partir dessas orientações, a terra, historicamente, tornou-se um monopólio sem ser um produto do trabalho social. Esse monopólio é desigualmente repartido na sociedade. Diante dessa premissa, a agricultura familiar no Brasil foi, significativamente, marcada pelas origens históricas, assentada na grande propriedade, nas monoculturas de exportação e na intensa exploração do trabalho. Diante disso, a terra historicamente, tornou-se um monopólio sem ser um produto do trabalho social.

A posse da terra se faz presente nessa questão, a ocupação desigual, a apropriação indevida e a reestruturação das propriedades, são questões suscitadas no meio rural. Abramovay (1999) reafirma a importância do acesso a terra, porém essa discussão transcende e faz pensar sobre a posse desse meio de produção, como a adoção de políticas de Estado eficazes,

O acesso à terra é uma das condições básicas para esta alteração: mas ele só faz sentido, se for acompanhado do acesso a um conjunto de condições que alterem o ambiente institucional local e regional e permitam a revelação dos potenciais com que cada território pode participar do processo de desenvolvimento.(ABRAMOVAY, 1999, p.1)

⁵ADJUTÓRIO – auxílio gratuito, que os lavradores prestam uns aos outros (nos trabalhos do campo, construções, etc.), reunindo-se todos da redondeza e trabalhando em proveito de um só. *Digitória*na linguagem popular.

Diante disso, se faz necessário também analisar a questão agrária com a finalidade de compreender as relações sociais de produção, a estrutura das unidades produtivas estabelecidas entre os diferentes e, por vezes, antagônicos grupos sociais que coexistem no campo.

Segundo dados do GEOGRAFAR (Grupo de Pesquisa Geografia dos Assentamentos em Áreas Rurais) existe uma elevada concentração de terra no município, as maiores áreas no campo está em mãos de um número reduzido de proprietários, em contra partida, a maioria dos estabelecimentos estão em áreas com menos de 0,5 hectares, ou seja, 27,16% dos estabelecimentos estão nesse grupo, enquanto existe uma quantidade pouco relevante com áreas superiores a 1000 hectares, totalizando 0,01% das propriedades, o que reforça a predominância das pequenas propriedades no município e a evidência da importância das unidades de produção do tipo familiar (Tabela 06). Desta forma tem-se, que as propriedades rurais neste município são distribuídas de forma desigual, predominando as pequenas propriedades rurais, onde prevalece a produção tradicional e de transição com utilização da mão-de-obra familiar (REIS, 2013, p.81).

Tabela 06 – Feira de Santana: Tamanho médio dos estabelecimentos por grupo de área

Grupo de Área	Estabelecimento (Qt)	Área (ha)	Estabelecimento (%)	Área (%)
Mais de 0 a menos de 0,1 ha	64	3	0,71	0,00
De 0,1 a menos de 0,2 ha	263	38	2,93	0,06
De 0,2 a menos de 0,5 ha	2.436	859	27,16	1,41
De 0,5 a menos de 1 ha	1790	1.387	19,96	2,28
De 1 a menos de 2 ha	1603	2.292	17,87	3,77
De 2 a menos de 3 ha	648	1.538	7,22	2,53
De 3 a menos de 4 ha	465	1.583	5,18	2,61
De 4 a menos de 5 ha	284	1.258	3,17	2,07
De 5 a menos de 10 ha	554	3.819	6,18	6,29
De 10 a menos de 20 ha	272	3.783	3,03	6,23
De 20 a menos de 50 ha	213	6.959	2,37	11,45
De 50 a menos de 100 ha	97	6.853	1,08	11,28
De 100 a menos de 200 ha	61	8.771	0,68	14,44
De 200 a menos de 500 ha	51	15.425	0,57	25,39
De 500 a menos de 1000 ha	7	4.931	0,08	8,12
De 1000 a menos de 2500 ha	1	X	0,01	X
De 2500 ha e mais	-	-	0,00	0,00
Produtor sem área	160	0	1,78	0,00
Total	8.969	60.764	100,00	100,00

Módulo Fiscal: 30ha; Fração Mínima da Propriedade: 2ha; Índice de Gini: 0,851

Fonte: IBGE. Censos Econômicos de 1975. Censo Agropecuário. SR - Bahia. Volume 1, Parte I, Tomo 13. Rio de Janeiro, 1979.

Elaboração: Projeto GeografAR, 2004.

A investigação sobre a distribuição de renda da população leva a questões ligadas à mensuração das desigualdades que há em uma sociedade. O índice de Gini⁶ é uma medida estatística utilizada para medir essas desigualdades, e será usada para indicar o grau de concentração de fundiária no município do estudo no período de 1920 à 2006 (Tabela 07). Nota-se que a partir da década de 1960 houve um aumento significativo desses números, chegando a categoria de forte a muito forte na concentração de terras, explicitando a desigualdade na distribuição de terra no campo.

Tabela 07 - Feira de Santana: Evolução histórica do índice de Gini no de 1920 a 2006.

Ano	1920	1940	1950	1960	1970	1975	1980	1985	1996	2006
Índice	0,995	0,682	0,699	0,782	0,786	0,808	0,807	0,822	0,844	0,851

Fonte: Censos Agropecuários, 2006.
Organizado por Geografar, 2014

Segundo ARAUJO (2002, p.53) a concentração de terras em poucas propriedades provoca distorções no quadro de estabelecimentos rurais onde a terra está demasiadamente concentrada na mão de poucos e um grande número de família com pouca terra para sua sobrevivência. Essa afirmação pode ser percebida ao analisar a relação entre o número de estabelecimentos familiares e não familiares no estado da Bahia e em Feira de Santana e o índice de Gini (Tabela 08), onde apesar da quantidade de estabelecimentos familiares serem predominantes nos dois recortes espaciais as áreas direcionadas a essa categoria são inferiores as extensões territoriais direcionadas a categorias não familiares. A dinâmica agrária em Feira de Santana reproduz as formas perpetuadas na Bahia refletindo a má distribuição da terra e acentuando a concentração fundiária.

No ano de 2006, com o índice de Gini chegando a 0,851 se pode fazer uma relação direta com o número de propriedades que detém áreas reduzidas, com menos de 2 hectares, revelando a quantidade desproporcional entre a área e quantidade de estabelecimentos.

⁶O valor do Índice de Gini varia de zero a um. O valor zero indica uma perfeita igualdade da distribuição, enquanto o valor unitário indica a concentração máxima. Portanto, quanto mais próximo da unidade estiver o índice, maior será o grau de concentração. Câmara (1949) apud Araujo,(2002) aponta que: de 0,000 a 0,100 (concentração nula); de 0,101 a 0,250 (concentração nula a fraca); de 0,251 a 0,500 (concentração fraca a média); de 0,501 a 0,700 (concentração média a forte); de 0,701 a 0,900 (concentração forte a muito forte) e de 0,901 a 1,000 (concentração muito forte a absoluta).

Tabela 08. Relação entre o índice de Gini, o número e área dos estabelecimentos agropecuários familiares e não familiares do estado da Bahia e Feira de Santana, 2006.

UF/ Município	Índice de Gini	Condição do produtor	Estabelecimentos agropecuários	Área dos estabelecimentos (h)
Bahia	0,838	Não familiar	95.791	19.635.604
		Agricultura familiar	665.767	9.946.156
Feira de Santana	0,851	Não familiar	1.155	38.821
		Agricultura familiar	7.814	21.942

Fonte: Censo agropecuário, 2006

Elaboração: Laerte Dias, 2014

As pequenas propriedades rurais se reproduzem enquanto residuais desse tradicionalismo marcante na história brasileira (LAMARCHE, 1993). Nesse contexto, se torna preocupante a precariedade pelo número reduzido da área para sobrevivência da família, visto que, levaria ao estrangulamento da subsistência familiar, perpetuando as dificuldades de manter e desenvolver a propriedade. Além disso, segundo Araujo (2002) outros fatores estimulam a divisão e o aumento da fragmentação dessas propriedades,

Outra razão da multiplicação das pequenas propriedades é a fragmentação ou divisão dessas propriedades devido ao parcelamento da terra entre os membros da família (herança, dotes) ou pela venda parcial a terceiros. Assim há uma manutenção dos pequenos proprietários rurais com estabelecimentos menores que 1 ha no município de Feira de Santana. (Araujo, 2002, p.55)

Para Abramovay (1998b) a fragmentação da propriedade traria não só mais um empecilho ao desenvolvimento da propriedade, como também, uma queda no rendimento, visto que, diminui consideravelmente entre todos os sucessores a área destinada a subsistência de cada um, e evidentemente de todos de forma equitativa. Poder-se-ia dizer, simplificando, que o grande desafio dos agricultores brasileiros consiste em garantir um espaço para a sobrevivência dos seus sucessores, sem que isso se torne técnica e economicamente inviável. (BRUMER, 1993, p. 205).

Contudo, a agricultura familiar em Feira de Santana compõe um universo numericamente significativo e bastante diverso de famílias rurais que partilham um modo de vida específico e constitui uma importante referência de identidade social. Porém, diante de diversas mudanças estruturais e das circunstâncias políticas e socioeconômicas impostas no campo, para a população rural do município houve

uma mudança no comportamento espacial da sua população, havendo assim, a necessidade de reestruturar o seu modo de vida, indo muito além de um fator demográfico. Como resultado desses fatores esta a redução populacional dos que vivem no campo, a (re)organização produtiva, e as mudanças relacionadas a estrutura fundiária, que de certa forma, repete a concentração observada na agricultura do país, já posta anteriormente nesse trabalho.

Assim, além dos fatores históricos os elementos naturais influenciam diretamente e se tornam importantes para compreender o desenvolvimento das atividades humanas, principalmente no campo. O município de Feira de Santana se localiza em uma área de transição climática, entre o litoral úmido, sob influência das massas de ar vindas do litoral e o semiárido, com baixos índices pluviométricos e com influência das massas de ar seca vinda do continente. Estas características naturais influenciam e promovem a formação de diferentes paisagens, e isso também perpassa pela dinâmica agrária (Dias, 2015). Com relação à temperatura, o município de Feira de Santana possui média anual de 23,7°C e volume de chuva anual de 884,5 mm. Os meses mais chuvosos estão concentrados no outono, sendo maio o de maior índice pluviométrico com 100 mm.

Dias (2015) fazendo uma caracterização sobre os sistemas climáticos do município, discorre sobre as diferenças entre as áreas, tomando como base o recorte espacial do município, as áreas mais a sudeste, como o distrito de Humildes, que concentra o maior índice pluviométrico de Feira de Santana (superior a 900 mm) onde, graças ao maior número de massa de ar que são formadas sob essa área, possui alto teor de umidade e proporciona maior quantidade de chuvas sobre essa região. Em contra partida, a porção ocidental, que abrange os distritos de Jaguará, Governador João Durval Carneiro e Bonfim da Feira, apresentam precipitações médias entre 700 a 800 mm. Essas áreas, que compreendem boa parte do município, segundo esse autor, está localizada no clima seco, com característica semiárida, chuvas irregulares, temperaturas elevadas, altas taxas de evaporação e atuação do intemperismo físico. (DIAS, 2015, p. 32)

Essas características, naturais serão necessárias para o entendimento e justificar as diferentes atividades agrícolas que se desenvolvem no município, que na maioria das vezes, e pelo caráter precarizados dos meios de produção, ainda rústicos, com o uso de técnicas tradicionais, ainda existe a necessidade de se adaptar aos fatores climáticos. No município, os produtores são responsáveis pelas

O

plantações que cultivam, trabalham direta e pessoalmente a terra com o auxílio de sua família e, ocasionalmente, contratam trabalhadores temporários.

Segundo o Censo Agropecuário de 2006, existem em Feira de Santana, 7.814 agricultores familiares e 1.155 determinados enquanto categoria não familiar. Para o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) segundo o Censo Agropecuário de 1996, os agricultores familiares estão distribuídos em 3.546 estabelecimentos rurais, onde representam 90,3% do total de 3.926 estabelecimentos rurais (Tabela 09), evidenciando o grande número de unidades produtivas baseados no trabalho familiar, em contra partida, o número de empreendimento não familiares ou patronais, representam 9,4% do total.

Tabela 09: Feira de Santana: número de estabelecimentos rurais, área e valor bruto da produção por categorias familiares, por tipo de renda e patronal - 1996.

Famílias	Estabelecimentos		Área total		Valor bruto da produção	
	Número	%	Hectares	%	1000 reais	%
Total	3.926	100	64.653	100	13,014	100
Total familiar	3546	90,3	21.338	33	5,280	40,6
Maiores rendas	161	4,1	3.788	5,9	1.952	15
Renda média	512	13	4.875	7,5	1,380	10,6
Renda baixa	732	18,6	4.310	6,7	891	6,8
Quase sem renda	2.141	54,5	8.363	12,9	1,056	8,1
Patronal	370	9,4	42.602	65,9	7,670	58,9
Instituições religiosas	1	0	3	0	0	0
Entidades públicas	9	0,2	0,2	1.1	64	0,5

Fonte: www.mda.gov.br, apud Santos (2007)

Todavia, a agricultura caracterizada como familiar detêm somente 33% (21.338 ha) da área ocupada do município. Por outro lado a agricultura patronal compreende 65,9% (42.602ha) da área ocupada, mais que o dobro da área destinada a agricultura familiar, demonstrando o abismo entre as áreas ocupadas entre as duas classes no município, e a distribuição etária no campo.

Os dados mostram também o percentual de proprietários com renda baixa e quase sem renda no campo, onde nas duas faixas correspondem a 2.873 estabelecimentos, ou seja, 73,1% dos estabelecimentos rurais têm um valor bruto total de produção de somente 14,9%, enquanto a patronal representa nesse patamar 58,9%, sobretudo, devido esses estabelecimentos estarem voltados a pecuária, obtendo assim, um alto valor de produção. Esses números são assustadores e, no

fundo, expõem de forma objetiva a pobreza rural existente no município. Para Santos (2007), esses dados se traduzem em pobreza rural e estimula os fluxos migratórios em direção à sede dos distritos e à cidade de Feira de Santana.

Culturalmente se estabeleceu assim, no município de Feira de Santana, a consolidação de uma agricultura baseada no plantio de lavouras temporárias e permanentes, onde devido a pouca área da propriedade, na maioria das vezes, os agricultores aproveitam todo espaço para plantio, ao redor da casa, a beira de rodovias, quando o estabelecimento é próximo, ou ainda, em terrenos arrendados.

A agricultura tradicional, ou seja, aquela, baseada inteiramente nas espécies de fatores de produção usados durante gerações pelos agricultores (Schultz, 1965, apud, Araujo, 2002), predomina em todo o município em propriedades pequenas e médias, onde a produção é voltada a sustentabilidade da família, e venda de pequenos excedentes a atravessadores, feiras livres e no Centro de Abastecimento da cidade. As atividades agrícolas seguem um padrão, sendo desenvolvidas no campo atividades típicas de consumo doméstico como o cultivo de mandioca, feijão, milho e fumo, de forma sazonal e a agropecuária, onde impera a criação de gado de corte nas médias e grandes propriedades (ARAÚJO, 2002).

Normalmente, esses agricultores plantam em roças de onde retiram sua subsistência, não contam com orientação técnica e, por vezes, não tem acesso a crédito agrícola (ARAÚJO, 2002, p. 49). Assim, é também essencial a compreensão dessa dinâmica produtiva, onde demonstra um sistema do tipo policultura-pecuária. Brumer (1993) diz que a diversificação é uma prática desejável para os pequenos produtores, evitando os riscos relacionados à dependência de uma única fonte de recursos, mas essa diversificação depende dos recursos desses produtores. A diversificação de culturas seria uma estratégia adotada pelas famílias, que tem na combinação com a criação de animais sua alternativa de fertilização dos solos e melhoria na produtividade dos cultivos.

No período de 2002 a 2012 (Tabela 10) notou-se a expressiva quantidade produzida do milho e feijão, sendo que esses cultivos se dão de forma consorciadas e são direcionadas a sustentabilidade alimentar da família. O feijão cultivado no município é plantado principalmente nos distritos de Jaíba e Maria Quitéria, que ainda guardam a tradicional “bata do feijão”, onde os pequenos produtores rurais se reúnem em mutirões para retirar o feijão da casca (ARAÚJO, 2002), contudo, essa prática ainda é vivenciada em outras comunidades nos demais distritos.

Tabela 10 – Feira de Santana: Média da produção dos cultivos temporários produzidos no período de 2002 e 2010

Lavouras temporárias	Produção
Abacaxi (Mil frutos)	286
Amendoim (em casca) (Toneladas)	57
Batata-doce (Toneladas)	545
Cana-de-açúcar (Toneladas)	1140
Feijão (em grão) (Toneladas)	4849
Fumo (em folha) (Toneladas)	214
Mandioca (Toneladas)	62428
Milho (em grão) (Toneladas)	4625
Tomate (Toneladas)	84

Fonte: IBGE – produção municipal
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Também segundo esse autor, na pesquisa de campo no ano de 2002, fruto de suas pesquisas em campo nas unidades de produção familiar no município de Feira de Santana, as hortaliças também são cultivadas entre os agricultores, contudo, a maior produção se dá em maior número nos Distritos de Jaíba e Humildes, segundo ele, pela localização geográfica – mais próxima dos tabuleiros do Recôncavo Baiano, e pela maior pluviosidade nessas áreas.

Foto 01: Plantio consorciado de milho e feijão no distrito de Bonfim de Feira, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Foto 02: Plantio de fumo no distrito de Bonfim de Feira, 2015



Fonte: Trabalho de campo, 2015

A cana-de-açúcar, apesar dos dados somente mostrarem o cultivo entre os anos de 2002 a 2006, e o abacaxi também são lavouras cultivadas no município, sendo que, o maior volume produzido é destinado à venda. O fumo também tem sua parcela na produção agrícola do município, mesmo que em menor quantidade, e somente em alguns distritos como Tiquaruçu, Bonfim da Feira e Governador João Durval, cultivam o tabaco. O destino da produção, para os agricultores, é único, a venda.

Porém, a predominância do cultivo no município é da mandioca, haja vista, a importância dessa lavoura pela diversidade que se estabelece na produção e nos seus derivados, desde a farinha *in natura* até receitas mais elaboradas. Outro fator que favoreceu o elevado aumento no plantio da mandioca no município é dado pela sua capacidade de resistir aos períodos de escassez hídrica, sobretudo, nos meses finais de cultivo e a temperaturas mais elevadas em torno dos 27°C, condições compatíveis com o a área do estudo, (EMPRAPA, 2003).

A fruticultura, presente nas lavouras permanentes também é uma atividade preponderante nas pequenas e médias propriedades, em alguns distritos, a laranja, o maracujá, a banana, o coco-da-baía são outras fonte de renda para as famílias,

nos períodos de colheita, são beneficiados pela família, ou também vendidos em feiras livres, como ajuda no orçamento familiar (Tabela 11).

Tabela 11 – Feira de Santana: Quantidade média dos cultivos permanentes produzidos no período de 2002 e 2012

Lavouras permanente	Produção
Banana (cacho) (Toneladas)	411 (t)
Castanha de caju (Toneladas)	58,3 (t)
Coco-da-baía (Mil frutos)	1089,5 (mil frutos)
Laranja (Toneladas)	874,2 (t)
Limão (Toneladas)	263,5(t)
Maracujá (Toneladas)	559,2(t)

Fonte: IBGE – produção municipal
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

A pecuária, principalmente a criação de gado de corte, também é uma atividade proeminente, tendo em vista o contexto histórico de sua formação ter como base essa atividade e pela importância econômica e cultural fundamental no município até os dias atuais, como afirma Santos (2007),

A criação de gado tem um significado econômico e cultural muito importante, principalmente no município. Econômico, por ser uma das principais fontes de renda para os proprietários dos estabelecimentos com tamanho médio entre 10 e 200 ha, e também, por abastecer parte do mercado local e regional com carne e leite. Cultural, pelo fato do transporte seguido da criação de gado, ter sido um dos marcos de grande importância para o surgimento do município como freguesia, vila e posteriormente, cidade (SANTOS, 2007, p.78)

A pecuária é muitas vezes, praticada em consorcio com outras atividades, principalmente devido à escassez de área da propriedade, e se destaca atualmente pela criação de, além de bovinos, eqüinos, muares, suínos, caprinos, ovinos, asininos, coelhos e galináceos (Tabela 12).

A pecuária bovina tem no município um rebanho considerável, e importante para a economia local, visto que, ainda hoje o município se destaca na microrregião, por ter um comércio baseado na compra e na venda desses animais. A criação de suínos no município, também se faz presente com um numero considerável de animais, tendo um efetivo de 73.138 cabeças, tendo assim, posição significativa na pecuária no município.

Tabela 12 - Feira de Santana: Percentual e quantidade média dos rebanhos entre 2000 - 2010

Tipo	Efetivo dos rebanhos (cabeças)	Porcentagem
Asinino	11983	<1
Bovino	69445	2
Caprino	7491	<1
Coelhos	4235	<1
Equino	18929	1
Galináceo	2402847	91
Muar	3345	<1
Ovino	52602	2
Suíno	73138	3

Fonte: IBGE – Produção municipal

Elaboração: Laerte Dias, 2012

A criação de ovinos e caprinos, também é bastante significativo, por serem animais de pequeno porte, ocupando pouco espaço, pode gerar uma diversidade de produtos, como carne, leite, produção de couro, estando propício para venda ou para consumo da família, atrelado a um período de abate mais curto que o bovino. Além disso, são mais adaptados às características climáticas, quando ocorrem longos períodos de estiagem. Dessa forma, tendem a ser uma atividade alternativa para os produtores familiares.

Contudo, o maior percentual na criação de animais atualmente são as aves, sobretudo, os galináceos, representando um percentual de 91% da pecuária no município de Feira de Santana. Esse panorama retrata o crescimento da avicultura de corte, não só no município, mas em boa parte da Região Econômica do Paraguaçu, incentivada pelas agroindústrias, ligadas ao setor (SANTOS, 2007, p.79).

Essa diversificação na unidade produção agrícola com o sistema consorciado de policultura/pecuária se torna um meio de assegurar a reprodução familiar. O processo de trabalho familiar agrícola no município destina-se ao consumo da unidade produtiva e outra parte para o mercado. Entretanto, para as unidades familiares, a produção para o próprio consumo é uma prioridade. Porém, a produção excedente também se faz importante para a satisfação das necessidades do grupo familiar e representa um meio efetivo de rendimentos, sendo visto como indispensável a sua reprodução.

Sobre os processos de reprodução social dos agricultores familiares WEISHEIMER, (2004) e MATTEI (2007) afirmam que essa questão pode ser pensada em termos de reprodução da família a partir de fatores econômicos e de sua sucessão geracional, onde através de ciclos curtos buscaria estabelecer a sua reprodução biológica, visto que, a partir da reprodução anual de seu ciclo de trabalho e conhecimento tradicional no lidar com a terra, atenderia o consumo da família. Outra perspectiva é vista como uma questão extra-econômica, em ciclo longo, como reprodução geracional da unidade familiar, ou seja, através da perpetuação da família. Trata-se de um ciclo de reprodução que envolve a lógica de parentesco que vincula as famílias através de nascimentos, casamentos, mortes e heranças (Mattei, 2007).

A produção agrícola no município de Feira de Santana insere-se nesse duplo processo de reprodução social de forma simultânea. Segundo Oliveira (1997) apud Reis (2013), a unidade de produção familiar dos distritos rurais do município de Feira de Santana não está direcionada a busca da mais-valia, porém não está somente voltada para a subsistência, visto que, o excedente é comercializado. Ela está inserida na economia capitalista e submetida às leis de mercado. Entretanto, o produto negociado tem como único objetivo permitir a compra de outros bens indispensáveis ao próprio sustento da família (REIS, 2013, p.94)

Como conseqüência, sugere-se que o conhecimento dessas discussões permite evidenciar a complexidade das situações que estão envolvidas na questão agrária. Deste modo, todas essas particularidades justificam a delimitação da problemática onde se busca preservar as relações que estruturam a agricultura familiar, possibilitando-lhe as plenas condições para se desenvolverem. A partir disso, é importante que privilegie a família enquanto uma unidade social e não apenas como unidade de produção, prática recorrente quando se discute a agricultura familiar no país (Carneiro, 2000).

2.4 Agricultura familiar: retomando os conceitos

A agricultura familiar, a partir das novas configurações sociais, vem sendo analisada sob diversos enfoques e perspectivas. Diante do exposto, a agricultura familiar pode ser entendida como aquela em que a família, assume caráter de gestor

ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo (WANDERLEY, 2001; ABRAMOVAY, 1998a). Ou como afirma Jean (1994), “o agricultor moderno apresenta-se então como um personagem híbrido acumulando nele mesmo uma tríplice identidade: proprietário fundiário, empresário privado e trabalhador” (p. 53). Sendo assim, o trabalho familiar desenvolvido na unidade produtiva dá o caráter específico dessa forma de produção, onde são administrados pela família, onde a mesma trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros.

Nessa abordagem, Alves (2004) ressalta que nas unidades de produção familiar, a família constitui a unidade social de trabalho e de exploração da propriedade. Portanto, a gestão e o trabalho são predominantemente familiares, podendo-se dizer que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo. Seria ainda, emergido da teoria do campesinato, o que Ploeg (2008) irá chamar de circuitos curtos e descentralizados, onde liga a produção e o consumo, escapando diretamente do controle do capital, embora o controle indireto seja considerável e abrangente.

Assim, pode-se afirmar que a produção rural familiar, no decorrer da história, vem sendo reflexo do próprio processo de expansão capitalista em curso no meio rural. Essa expansão promove processos de transformação estruturais, principalmente pelas constantes estratégias sociais e econômicas adotadas pelas unidades de produção familiares.

Diante da forma como a agricultura familiar tem exercido sua função social e as estratégias que tem utilizado, torna possível entender os processos que ocorrem na unidade de produção familiar. Nesse sentido, é preciso conhecer as bases teóricas sobre características comuns, estratégias globais e princípios gerais ao conjunto da produção familiar e a valorização do conhecimento dos agricultores, além de considerar as peculiaridades de cada região, os aspectos relacionados ao cultivo das suas áreas e compreender a relação familiar no rural a partir das relações estabelecidas entre seus protagonistas e o mercado. A racionalidade dessas unidades de produção incorpora a sua organização interna e sua relação com a sociedade.

A partir disso, se pode perceber a importância da agricultura familiar, e discutir as especificidades da mesma no município de Feira de Santana, onde as estratégias de propagar significativas condições de sobrevivência no campo se

o

tornam relevantes. Assim, o diagnóstico e análise das organizações sociais podem se mostrar como novas formas de agregação social que têm, entre outras coisas, a função de socialização e se constituem, como novos canais de participação e de representação no meio rural. Esse é o foco e maior expectativa desse estudo.

Repensar o mundo rural é contribuir com uma série de análises e de complexas relações que definem a importância dos mecanismos e estratégias que viabilizam as formas familiares de produção no campo. Tendo em vista esse cenário, a pesquisa justifica-se assim, pela importância de investigar as formas de organização civil, sobretudo, as associações rurais, na expectativa de contribuir para discussão sobre inclusão social, através da formação de capital social, integrando essas mobilizações civis como instrumentos de apoio a uma parcela significativa da comunidade nos territórios rurais no município de estudo. Além disso, busca-se ainda preencher uma lacuna, dentro das Ciências Sociais, visto que, no recorte espacial estipulado são poucos os estudos que abordem as ações de intervenção nas estruturas históricas e nas dinâmicas territoriais quando se discute desenvolvimento.

Assim, as discussões mais recentes sobre a articulação dos sujeitos sociais e a participação de entidades coletivas que buscam, no contexto contemporâneo, formas democráticas de atuação se tornam de fundamental relevância na compreensão do dinamismo espacial e suas relações se estabelecem com o desempenho desses atores e das instituições envolvidas no processo de organização social através das mobilizações civis.

3. ASSOCIATIVISMO E CAPITAL SOCIAL ENTRE AGRICULTORES FAMILIARES EM FEIRA DE SANTANA

O objetivo desse capítulo é contribuir a partir da discussão teórica sobre os movimentos sociais contemporâneos e a formação de capital social através de ações participativas das associações rurais no município de Feira de Santana. A intenção é fotografar a realidade dessas organizações sociais, visto que, o associativismo é considerado a dimensão central do capital social, diante do recorte espacial estipulado para apreender a complexidade das ações coletivas nesse contexto.

A premissa desta proposta é que a comunidade pode obter sucesso num processo ativo de participação em prol do desenvolvimento local à medida que intensifica a vivência coletiva baseada no capital social, onde interesses individuais, ou forças isoladas são substituídos pelo trabalho cooperativo e solidário, num ambiente onde estão presentes laços de confiança. Para Santos (2010) a importância da sociedade civil é fundamental, pois, o que se propõe atualmente é buscar uma equalização entre elementos endógenos e exógenos, uma vez que a participação da comunidade tem possibilitado a construção de relações mais coesas, proporcionando relações horizontais

Tendo em vista esse cenário, este estudo exploratório busca contribuir para a elaboração de uma discussão sobre o desenvolvimento dos territórios rurais, a partir da participação ativa das comunidades locais com a intensificação da vivência coletiva, onde o capital social construído seria um produto fecundo para dar suporte a construção de um espaço social menos desigual, onde os interesses individuais são substituídos pelas forças cooperativas e pelos laços de confiança e solidariedade. O capital social aparece então como instrumento para a solução dos dilemas da ação coletiva (Abramovay, 2000). Nesse trabalho se apegamos ao fato de que desenvolvimento envolver demais fatores tão importantes quanto o crescimento econômico e a distribuição de renda, dando destaque ao capital social como um dele.

3.1 Fundamentos teóricos do Capital Social

As relações comunitárias são resultado das ações dos agentes sociais que praticam e desenvolvem comportamentos de confiança, solidariedade, compromisso mútuo, sentimentos que, no seu conjunto, constituem a coesão social do universo onde eles estão inseridos. Para tanto, as relações que se estabelecem entre os indivíduos em espaços carentes e com necessidade de superar, em muitos casos, a sua situação de precariedade econômica e social, tendem a buscar na articulação dentro de suas comunidades e junto às esferas públicas, medidas que potencializem as pessoas para o convívio social, para a reivindicação de melhores condições de trabalho e renda, além de capacitar cidadãos para as reivindicação de políticas sociais diante do poder público. Assim, movimentos da sociedade civil como associações, enquanto entidades que promovem ações coletivas movidas em prol de objetivos comuns a um grupo se tornam importante para a superação da condição social restritiva em que a pobreza está inserida, principalmente no meio rural.

Embora muito se fale sobre movimentos de articulação social, a discussão ainda acaba sendo incipiente perante a amplitude dessas instituições. Diante disso, as entidades que representam a sociedade civil vem ocupando um lugar importante nos estudos sobre as ações coletivas no âmbito das Ciências Sociais no Brasil. Da mesma forma, e em proximidade com essas discussões, vem tomando corpo, no interior das análises sobre cultura política e processos participativos, o conceito de capital social.

Segundo Robert Putnam, a urbanista Jane Jacobs teria sido a primeira analista social a utilizar, em 1961, o termo “capital social” com o seu significado contemporâneo (Putnam, 1996). O intuito seria explicar porque certas cidades americanas pareciam vivas, dinâmicas, ao contrario de outras. Através de uma pesquisa empírica, Jacobs buscou desvendar o segredo da vitalidade. Como conclusão percebeu que naquelas cidades nos seus bairros e distritos, indivíduos integrados, horizontalmente, voluntariamente, para discutir os problemas comuns, as questões coletivas relacionadas com o bem-estar geral. E que, nas cidades que pareciam estar morrendo, não se observava a ocorrência desse fenômeno. Jacobs

explicou a questão dizendo que essas redes sociais denominavam-se “capital social”, indispensável à vivificação das localidades.

Para tanto, a partir disso grande parte dos teóricos envolvidos com o tema registraram a importância dos mecanismos de ancoragem do capital social nas práticas coletivas, participativas e solidárias, uma vez que existiria uma relação direta entre participação social e desenvolvimento. Nesses estudos, a expressão capital social está associada à ideia e importância da presença das relações sociais estruturais, através de formações de redes institucionalizadas em determinados segmentos, mesclando com as relações e atributos culturais de reciprocidade e cooperação.

Muito embora, uma gama de trabalhos tenham sido realizados a partir de pressupostos sobre o conceito de capital social, Pierre Bourdieu (1980), James Coleman (1988), Robert Putnam (1996), e Francis Fukuyama (2000) se tornaram referência na discussão desse conceito no campo das Ciências Sociais. Esses estudos apontam que o capital social está pautado por um série de conjecturas que, articulando a dimensão institucional e a dimensão política, se tornam determinantes para o fortalecimento da democracia. Denota-se que quanto mais elevados forem os níveis de cooperação, e a abrangência da articulação dentro de um território maior será o tecido social a ser formado, assim, quanto maior for também os laços de confiança, civismo e solidariedade, maiores serão as possibilidades de constituição de uma sociedade democrática. “O capital social não é uma entidade singular, mas uma variedade de diferentes entidades que possuem duas características em comum: se fundamenta como uma estrutura social e facilitam algumas ações dos indivíduos que estão no interior desta estrutura” (COLEMAN, 1990, p. 302) apud (ABRAMOVAY 2000, p. 4).

O estudo integrando as vertentes que norteiam o debate sobre o capital social e a influência no desenvolvimento de determinados espaços objetiva a verificação de sua importância para elucidar uma gama de fenômenos sociais. Assim, diante da dificuldade de conceituar adequadamente o que é capital social, alguns autores preferem apresentar os efeitos de seu uso, apresentando as suas principais características e abordagens.

O capital social se forma, com maior ou menor eficiência, nas famílias, grupos de amigos, associações, sindicatos, bairros, municípios, estados ou países, diante de algumas condições indispensáveis como ocorrer à convergência de objetivos

comuns entre os seus participantes; existir confiança entre eles; for respeitadas as normas estabelecidas; desenvolver-se a solidariedade e a reciprocidade entre seus membros; e existir mecanismos que favoreçam a participação de cada integrante (Melin, 2007). O capital social seria então, um produto gerado a partir das relações sociais, sendo a confiança e reciprocidade componentes essenciais nesse contexto. Desenvolvido a partir da confiança, esse capital social que é estabelecido entre os integrantes de uma rede, segundo algumas normas aceitas por todos, propicia resultados que dificilmente obteriam individualmente e que confere ao grupo uma vantagem competitiva em relação a outros.

Pierre Bourdieu, sociólogo francês, em 1980 dá início a reflexão sobre capital social a partir do estudo sobre a teoria da ação. Para BOURDIEU (1980, p.67), o capital social como [...] “um agregado de recursos reais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituídos por um conjunto de agentes unidos por relações permanentes e de reconhecimento mútuo”. O autor inaugura a chamada teoria do senso prático, onde o homem não faz escolhas de acordo com as exigências da vida prática, que demandam por ações urgentes, e segundo o seu *habitus*, isto é, atitudes, concepções e disposições compartilhadas pelos indivíduos de uma mesma classe, mantendo assim, estruturas de ação que são assimiladas em parte à estrutura social e em parte são respostas pessoais dos próprios sujeitos a situações ocorridas ao longo de sua vida.

Diferente de demais autores que fazem reflexão sobre o termo, Bourdieu (1990) não associa a formação de capital social a trajetória cívica de uma determinada região, por outro lado, os valores culturais e as estruturas herdadas não são determinantes para o capital social, visto que, suas ações são determinadas pelos indivíduos. Assim, o capital social não é dado por relações sociais existentes, mas pelas ações intencionais. Deste modo, segundo esse autor,

A existência de uma rede de ligações não é um dado natural mesmo por um dado social constituído de uma vez por todas e para sempre por um ato social de instituição (representado, no caso do grupo familiar, pela definição genealógica das relações de parentesco que é característica de uma formação social), mas o produto do trabalho de instituições e de manutenção que é necessário para produzir e reproduzir ligações duráveis e úteis, próprias para organizar os lucros materiais ou simbólicos, dito de outro modo a rede de ligação é o produto de estratégias e de investimentos social consciente ou inconscientemente orientado para a instituição ou para a reprodução de relações sociais diretamente utilizáveis, a curto ou longo prazo (BOURDIER, 1980, p.2)

Diante disso, o volume de capital social para Bourdieu seria determinado pela extensão da rede de relações que ele pode efetivamente mobilizar e do volume de capital, seja ele econômico, cultural ou simbólico que é posse exclusiva de cada membro desse grupo. Para tanto, nesse contexto, se torna fundamental a formação de redes sociais que passam a fomentar o capital social presente em determinadas regiões, onde a informação e o conhecimento constituem são fundamentais, e só podem ser obtido pela formação dessas redes.

Na prática, através do capital social, os atores podem ganhar acesso direto a recursos econômicos (empréstimos subsidiados, investimentos, mercados protegidos); eles podem aumentar seu capital cultural através de contatos com indivíduos refinados, ou ainda podem filiar-se a instituições que conferem credenciais valorosas. Também m capital social herdado, como um importante nome familiar, por exemplo, produz benefícios para o seu proprietário por ser conhecido por pessoas que ele desconhece e que o procuram pelo seu capital social, permitindo assim transformar relações circunstanciais em ligações duradouras (BOURDIEU, 1980).

Para James Coleman (1988) o capital social se estabelece a partir de relações intangíveis, só existindo na estrutura do espaço relacional, fontes de capital social. Para Coleman, o capital social é entendido em termos funcionais, isto é, consideram-se todos os elementos de uma estrutura social que cumprem suas funções de servir como recursos para os atores individuais atingirem suas metas e satisfazerem seus interesses, assim também, tende a ser percebido pelos seus resultados. Coleman, (1990) definiu ainda, capital social como recursos sócio-estruturais que formam e facilitam para o indivíduo certas ações que estão perante uma estrutura. Em seu conceito de capital social, incluem-se tanto associações horizontais como verticais, estas sendo caracterizadas por relações hierárquicas e uma desigual distribuição de poder entre os membros, inclusive entre empresas e outras organizações.

Para tanto segundo esse autor se faz necessário que se cumpra as suas funcionalidades: obrigações, lealdade, expectativas, ou seja, a integridade das estruturas sociais; em segundo lugar os canais de informações, para tanto, as relações sociais se tornam fundamentais, outro aspecto seria as normas e sanções efetivas.

Segundo Coleman capital social é “[...] a habilidade das pessoas trabalharem juntas em grupo e organizações para atingir objetivos comuns”. (COLEMAN, 1988, p. 95 apud COSTA, 2004, p. 34). O capital social seria criado quando as relações entre as pessoas mudariam no sentido de facilitar a ação interpessoal, além disso, poderia gerar externalidades positivas, sendo utilizado para outros objetivos para além dos fins da organização, assumindo assim, o caráter de bem público

Assim, Coleman (1988; 1990) apresenta uma perspectiva mais integracionista, com o capital social consistindo a partir das conexões entre os grupos e redes sociais. Diferentemente da visão de Bourdier, onde enfatiza que o capital social é um resultado de interações sociais, porém estimulando dos conflitos e as lutas concorrenciais entre os indivíduos e/ou grupos, Coleman explicita que ter conexões não é por si só suficiente, mas o que ocorre nas conexões é o que lhes define o valor e, assim, de fato representa o capital social construído, através dos meios pelos quais os grupos trabalham em conjuntos as relações de reciprocidade estabelecida entre seus membros. Essa visão tem maior atenção com as normas, valores, confiança, e outros elementos que façam parte da formação das interações sociais. Coleman destacou assim, a importância das normas sociais como referência para a ação dos indivíduos.

Robert Putnam (1996) na mesma linha teórica de Coleman (1988) apresenta capital social como formas de cooperação e associatividades nas comunidades locais, ou seja, os padrões de organização sociocultural atrelado ao desenvolvimento regional. Para o primeiro, capital social é definido como: [...] “as características das redes de relações sociais, como confiança, normas e sistemas, que contribuam para aumentar a eficiência da sociedade, facilitando as ações coordenadas” (PUTNAM, 1996, p.177).

Através da publicação do seu trabalho, *Comunidade e democracia: a experiência da Itália Moderna*, em 1993, Putnam, contribuiu para tornar o conceito de capital social reconhecido e ampliado, sendo considerado também como um nome de referência no tema. Esse autor busca responder a uma questão substancial a respeito dos fatores que condicionam o desempenho institucional na Itália na década de 1970, relacionando as desigualdades regionais da Itália com a participação cívica das comunidades.

Diante disso, para Putnam (1996) existe uma relação intrínseca entre o nível de desenvolvimento econômico alcançado por determinada região ou local e fatores

O

como confiança, associativismo, níveis de participação cívica e cooperação entre os atores sociais que habitam a região. Nessa perspectiva, quanto mais presentes forem esses fatores, maiores os estoques de capital social, e assim, haveria todas as potencialidades para o desenvolvimento.

De acordo com esse autor, as normas para a aquisição de capital social, como confiança e sistemas de participação, tendem a ser cumulativos, cíclicos e a reforçar-se mutuamente. Assim, a cooperação seria facilitada numa comunidade que tenham herdado um bom estoque de capital social sob a forma de regras de reciprocidade e sistemas de participação cívica. O autor ressalta a importância da “comunidade cívica” para o desenvolvimento eficaz das instituições, considerando que contextos sociais e históricos são condicionantes do desempenho das instituições, cuja existência depende das virtudes e práticas democráticas.

Assim, na concepção de Putnam (1996), a cerne do capital social são as relações de confiança e cooperação, ou seja, as normas e relações de confiança que existem entre cidadãos de uma determinada sociedade. Quanto maior o nível de confiabilidade entre os indivíduos maior o número de possibilidades associativas numa sociedade e maior será o volume de capital social acumulado na comunidade. É o que o autor irá chamar de virtude cívica, esse efeito será sentido a partir do envolvimento dessa rede de relações recíprocas. Em uma comunidade cívica os cidadãos têm como primazia serem atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração, afirma Putnam (1996). Diante disso, uma analogia plausível sobre os estudos de Putnam concluem que a confiança exerce a função de um farol na escuridão, é um guia para a ação coletiva e cooperada, além de ser impulsionadora do acúmulo de capital social na comunidade, (LIMA FILHO, 2010).

Quando se remete ao capital social, Putnam discute ainda, a extensão do envolvimento de um indivíduo nas várias redes informais e nas organizações cívicas formais. Estas relações poderão ser estabelecidas entre vizinhos, a participação em atividades recreativas, ou a filiação a partidos políticos, além de organizações sociais ou outras formas de interação dentro da comunidade. Esses sistemas de participação cívica, assim como as associações comunitárias, as cooperativas, os clubes desportivos entre outros, representam uma grande interação horizontal – segundo Putnam são agentes que têm o mesmo status e o mesmo poder. Esses sistemas são uma forma essencial de capital social e assim, quanto mais o

desenvolvido forem esses sistemas numa comunidade, maior será a probabilidade dos seus cidadãos cooperarem em benefício mútuo (PUTNAM, 1996).

As abordagens de Francis Fukuyama estão em uma perspectiva muito próximas de Putnam. Para o primeiro autor “capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos” (FUKUYAMA, 2000, p.1). Ou seja, nessa visão o capital social representa o conjunto de normas e valores compartilhados entre membros de um grupo, que permitindo cooperação entre eles. O autor afirma que o capital social é gerado espontaneamente como o resultado de interações comunitárias repetidas. As normas cooperativas que surgem dessas interações são criadas e transmitidas por meio da religião, da tradição ou de traços históricos. Na visão de Fukuyama, o raio de confiança que é estabelecido entre os membros de uma comunidade determina o grau de capital social, e está relacionada a fatores históricos e culturais, ou seja, a confiança seria uma virtude social e criadora do capital social e da prosperidade.

Assim, para melhor entendimento, Fukuyama (1996), esclarece que o capital social é baseado no predomínio de virtudes sociais e sua aquisição requer o hábito às normas morais de uma comunidade e a aquisição de virtudes como lealdade, honestidade e confiabilidade, sendo as capacidades de formar novas associações e cooperar com os termos que elas estabelecem o tipo de capital social mais útil. Assim o utilitarismo se faz presente pelo reconhecimento de que o capital social é capaz de realizar atividades que beneficiam os indivíduos por meio de associações e das ações de cooperação (Melo, 2013).

Diversos são os estudos que tem utilizados a noção de capital social tomando como base os estudos de Bourdieu, Coleman e Putnam. Contudo, algumas críticas são feitas a esses teóricos, sobretudo, na definição conceitual elucidativa. Alguns autores consideram que Bourdieu deu ao conceito de capital social uma perspectiva instrumental baseada no proveito que os indivíduos teriam ao participarem de estruturas sociais (Portes, 2000 citado por Ferreira, 2010). Com relação a teoria de Putnam, Coleman e Fukuyama um ponto discutível surge quando se pensa em capital social associado a coordenação e cooperação, onde se questiona se de fato a cooperação é resultado ou condição para existir, ou seja, não fica claro se elevados níveis de capital social constituem um estágio final desejável por si só, ou um meio de alcançar certos objetivos. Se para Coleman (1988) o capital social é determinado pela sua função, ele tende a ser percebido pelos resultados que

o

adquire. Balestro (2006) afirma que Fukuyama abarca visão puramente culturalista, onde cooperação e confiança seriam sinônimos de capital social, e questiona a necessidade do conceito. Porém, mais uma vez se torna oportuno a contribuição teórica desses autores (Quadro 02) pela relevância de trazer análises que fortaleçam a discussão a respeito de instituições democráticas e de políticas voltadas a ampliar o atendimento interesse de forma coletiva.

Não é propósito nesse trabalho formular um conceito consensual a respeito de capital social. Ao discutir a emergência da ideia de capital social na sociologia moderna, se faz necessário destacar que essas várias perspectivas abordadas sobre a concepção de capital social precisam ser entendidas pela emergência de sua complexidade como fato social, pois os laços sociais podem ser úteis para controlar os comportamentos irregulares dos atores e fornecer a acesso a recursos, mas também podem restringir as liberdades individuais e bloquear atores externos aos mesmos recursos por meio de preferências particulares. Putnam (2000) ressalta que o capital social reforça a interação entre pessoas com alguma semelhança ao mesmo tempo em que intensifica a aversão às diferenças sociais, Melo (2013). Amparada na concepção de Jacobi; Bourdieu; Coleman; Putnam; Fukuyama; e diante da necessidade de operacionalização do termo, o capital social seria definido como recursos ou ações racionais de práticas contínuas, imbricadas em uma estrutura social mobilizadas com propósitos definidos.

Quadro 02: Quadro síntese sobre as principais concepções sobre capital social

Bourdieu (1980),	Agregação de recursos atuais ou potenciais que tem ligação estreita com uma rede durável de relações institucionalizadas de reconhecimento e de inter-reconhecimento.
Coleman (1988),	Define o capital social pela sua função, considerando-o uma variedade de diferentes entidades que compartilham aspectos das estruturas sociais facilitadoras de certas ações dos atores (pessoas ou grupos). Seria a habilidade das pessoas trabalharem juntas em grupos e organizações para atingir objetivos comuns.
Putnam (1996),	Capital social diz respeito a características da organização social, como confiança, normas e sistemas que contribuem para aumentar a eficiência da sociedade facilitando as ações coordenadas.

Fukuyama (2000)

Capital social é uma norma atuante e informal que promove a cooperação entre dois ou mais indivíduos. Considera que confiança, redes, sociedade civil e outros parâmetros que têm sido associados com o conceito são na realidade um resultado do capital social, mas não o constituem por si só.

Fonte: Elaborado a partir de Bourdieu (1980), Coleman (1988), Putnam (1996), Fukuyama (2000)

3.2 Associativismo: discutindo o conceito

Os estudos sobre capital social, através de organizações sociais e participativas parecem cada vez mais complexos e determinantes. Para tanto, são inúmeras as discussões que detém o capital social como variável para retratar as diferenças regionais entre determinados territórios, que podem desenvolver distintos níveis de desenvolvimento social e econômico.

Na perspectiva de discutir e analisar o capital social como promotor do desenvolvimento se faz importante definir indicadores de mensuração entre as organizações civis, visto que, essas entidades estimulam o exercício de relações sociais, que nesse trabalho, defini-se como sendo a dimensão central do capital social. Nesse estudo como referencia direto de capital social, destacamos as associações. Essas organizações participativas preconizam iniciativas sociais que trazem em suas práticas a idéia de representatividade coletiva, onde os interesses individuais terão maior alcance se somado aos demais, isso justifica o que Maciel et al(2002) defendem, onde o conhecimento implícito só é possível de ser acumulado através da interação dos atores envolvidos, fazendo emergir os laços de interesses coletivos que poderão ser dirigidos para um esforço de desenvolvimento local.

É com base nessas características que o capital social será apresentado, se fazendo assim, um aliado para fomentar estratégias que visam o desenvolvimento em espaços rurais, sobretudo, quando se pensa na agricultura familiar. Hoje se discute o desenvolvimento a partir de fatores sociais, culturais e políticos que não se regulam exclusivamente pelo sistema de mercado. Porém, o crescimento econômico é uma variável essencial, mas não suficiente para propiciar o desenvolvimento local de base justa e igualitária. O capital social é apresentado por Lima Filho (2010),

como um instrumento que pode possibilitar a integração econômica e o desenvolvimento social, visando à construção de um espaço social menos precarizado para a sobrevivência das comunidades.

Para tanto, projetos de desenvolvimento ancorados nas reflexões a partir do capital social das comunidades têm assumido um enfoque relevante sobre a tomada de decisões por parte de instituições participativas. Entretanto, Putnam (1996) já alertava que o capital social e as práticas colaborativas por si só, não desencadeiam o progresso econômico, mas se constituíam nas bases para as regiões enfrentarem os desafios do futuro. O mesmo Putnam reforça suas observações sobre a importância destes elementos. Falando do civismo no desenvolvimento de regiões ou de determinados territórios ele aponta que “as tradições cívicas podem influenciar fortemente no desenvolvimento econômico e o bem-estar social, bem como o desempenho institucional” (PUTNAM, 1996, p.167).

Na percepção de Putnam (2006) outros parâmetros se tornam relevantes para ampliar as discussões sobre capital social, onde fatores fundamentais devem estar imbricados como a confiança mútua, a cooperação, a reciprocidade de ações e a participação política, aumentando a participação entre os membros do grupo. Esses parâmetros se observam em instituições que contribuem com propostas de intervenção através de sujeitos sociais em torno de propósitos coletivos e se torna elemento chave no desenvolvimento de aspectos relevantes, como a construção de políticas públicas para o incremento e sustentabilidade de determinados territórios.

Nesse contexto, emerge a importância do associativismo para a ampliação e o fortalecimento da democracia, tanto no plano cultural, quanto na dimensão política-institucional. Para que o associativismo seja viabilizado, Souza (1995) assinala que é necessário observar três princípios fundamentais:

- 1) a definição apurada e sistemática de interesses comuns;
- 2) o respeito às limitações e possibilidades de cada um;
- 3) o aprofundamento e avaliação constante da prática participativa, já que associar-se significa estar junto e criar uma nova realidade e não simplesmente para buscar benefícios de projetos governamentais.

Essas associações seriam formadas com princípios que buscam, entre outros elementos, a adesão e participação voluntária e a gestão democrática, onde todos os seus membros possam participar ativamente das decisões tomadas.

Putnam (1996), Coleman (1994), Fukuyama (1996) reconheceram, em seus trabalhos, a importância da capacidade de associação de uma comunidade para a formação e/ou fortalecimento do capital social. Para eles, quanto maior a capacidade de associação, maiores os estoques de capital social. Essas práticas associativas auxiliam na concretização de interesses comuns de determinadas comunidades ou regiões, como também representam um instrumento potencial na promoção de estratégias para o desenvolvimento, sendo uma fonte confiável de acumulação de capital social.

Atuando como grupo, as associações têm maior capacidade de interferir diante da burocracia estatal, visto que, juridicamente têm um maior poder de negociação, além disso, pode também significar para seus associados um acesso maior a bens e serviços. Estes indivíduos, enquanto coletivo, têm na associação uma via de reivindicação e articulação participativa, dessa forma, a mobilização social é determinante no processo de conquistas e benefícios. Logo, nessa perspectiva, as iniciativas de fortalecimento dessas entidades se fazem de grande importância, sobretudo, como forma de ampliar a densidade e a sustentabilidade social.

Estudos recentes sobre ações associativas têm avançado em questões centrais da teoria sociológica, tais como as relações entre a ação dos sujeitos, a reciprocidade e das estruturas sociais, para apreender sobre a complexidade da organização social e a dinamicidade das ações coletivas frente a uma sociedade técnica, científica e informacional (SANTOS, 2006). Portanto, a discussão sobre associativismo responde diretamente aos anseios dos setores da sociedade civil, desejosos de promover políticas de inserção e de participação social.

Para tanto, parte-se do princípio de que a atuação de associações, sobretudo, as rurais, por vezes, em um contexto de precariedade social, deve ter como principal fundamento a construção de um projeto de sociedade menos desigual, fomentando assim, a implantação de canais de articulação entre agentes sociais que buscam uma maior integração para enfrentar os desafios e as adversidades, sobretudo, na mediação entre os interesses, desejos e aspirações pessoais/familiares dos trabalhadores e o seu ambiente social, expresso principalmente através de políticas públicas ou como políticas participativas institucionalizadas (Gohn, 2013).

As comunidades que possuem um denso contexto associativo são mais propensas a descobrir os meios que conduzam a viabilidade ou fortaleça as

O

decisões e os movimentos civis e a cooperação. Putnam (1996) considera que a cooperação em associações comunitárias se dá por meio de certas estruturas e práticas sociais que incorporam e reforçam as normas e os valores da comunidade cívica, ou seja, características tais como associativismo, colaboração social e espírito de cooperação. A criação de associações pode gerar um sentimento de solidariedade entre grupo de indivíduos, devido ao surgimento de uma identidade coletiva em função desse pertencimento.

As associações mostram-se como novas formas de agregação social que têm a função de socialização e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação. Segundo Scherer-Warren (1999), as associações são formas organizadas de ações coletivas criadas pelos sujeitos sociais em torno de identificações e propostas comuns, assim como para a melhoria da qualidade de vida. Assim, as, “forças associativistas são expressões locais e/ou comunitárias da sociedade civil organizada” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 110). Nessa concepção, as associações podem ser vistas como um lócus, onde se dão oportunidades específicas de participação, com a expectativa de que venham a atuar como grupo de pressão frente ao poder público. Para VEIGA e RECH (2002 p. 17) “associação são iniciativa formais ou informais que reúne pessoas físicas ou sociedades jurídicas com objetivos comuns para superar dificuldades e gerar benefícios para os seus associados”. Sendo assim, essas entidades estão necessariamente vinculadas ao fim público, ou seja, o seu objetivo é servir a coletividade.

Dessa forma, as associações são formadas com princípios que buscam, entre outros elementos, a adesão e participação voluntária e a gestão democrática, onde todos os seus membros possam participar ativamente das decisões tomadas. “A possibilidade de associação de um grupo é um direito inalienável ao indivíduo e uma estratégia de luta por direitos sociais diante do poder instituído” (TOCQUEVILLE, 2007, apud DANIEL, 1969, p. 46)

Segundo estudos de Hoffmann (2000) e Veiga (2000), o meio rural brasileiro, está representado por uns dos principais índices de pobreza que se mantém nas últimas décadas, e a idéia de pobreza relaciona-se diretamente às condições de vida inadequada sem conseqüência de baixos rendimentos. Diante de contextos tão precarizados, as ações associativas no espaço rural brasileiro, mais especificamente o espaço rural baiano, têm se tornado uma forma de agregar indivíduos com o intuito de buscar amplas melhorias para o desenvolvimento das comunidades. Segundo

O

Sabourin (1999) e Evangelista (2000), uma parcela significativa dos pequenos produtores da região do semiárido nordestino encontram várias dificuldades para produzirem com qualidade e eficiência, de forma que venham a obter lucros significativos ou mesmo a garantir sua subsistência.

Para tanto, as experiências locais têm induzido a uma nova perspectiva na organização do espaço rural, sobretudo, no que compete aos agricultores familiares, visto que, como agente participativo, o agricultor familiar tem na associação um canal de articulação e intermediação de interesses no campo. É o que afirma Mocelin, (2009),

Esses segmentos sociais são constituídos por atores sociais distintos, possuem identidades diferenciadas, interesses particulares, mas expressam algum interesse mútuo, que muitas vezes associa grupos e atores sociais diferenciados em nome de um objetivo comum que transcende tais grupos (MOCELIN, 2009, p. 49)

Partindo da premissa que ações, baseadas em processos endógenos e geradas pela identidade sócio-cultural, como as atividades associativas e as demais entidades de movimento civis, e que favorece a articulações entre os indivíduos se torna um argumento chave no desenvolvimento de aspectos relevantes na construção de políticas públicas para o incremento e sustentabilidade de determinados espaços. Contudo, Abramavay (2000) afirma que essas ações não depende apenas da iniciativa e da transferência de recursos por parte do Estado, mas fundamentalmente da mobilização das próprias forças sociais interessadas na valorização do meio rural: é daí que poderão nascer as novas instituições capazes de impulsionar o desenvolvimento de regiões vistas socialmente como condenadas ao atraso e ao abandono.

Nesse contexto, a agricultura familiar é reconhecida como importante ator social, responsável por parte significativa das dinâmicas rurais e de grande relevância na articulação rural-urbana. Isso significa dizer que a componente cultural do modo de vida rural tem relevância na busca de um novo paradigma de desenvolvimento e que, diante disso, a agricultura familiar tem sido identificada como tendo papel de destaque.

Essas associações de produtores podem surgir sob diversas circunstâncias. Algumas dessas associações são criadas com fins definidos ou espontaneamente

pelos próprios agricultores ou surgem pela indução de agentes externos, como o Estado, agências de desenvolvimento e organizações não-governamentais (cooperativas, sindicatos, igrejas etc.). Por esse meio podem ser disponibilizados recursos para o grupo de agricultores, desencadeando o processo de formação associativista, uma vez que pode mobilizar o início da ação coletiva (Miranda, 1998).

Dessa forma, tendem a buscar na articulação dentro de suas comunidades e junto às esferas públicas, medidas que potencializem as pessoas para o convívio social, para a reivindicação de melhores condições de trabalho e renda, além de capacitar cidadãos para as reivindicações de políticas sociais diante do poder público. Nessa perspectiva, Daniel (2007), afirma que a articulação entre associações, movimentos sociais e o poder do Estado contribuem para o fortalecimento da democracia local. Sendo assim, a carência de políticas públicas que atendam as demandas favorecem a implantação de ações das associações no intuito de combater as disparidades existentes, priorizando um maior engajamento da sociedade local, dando suporte e promovendo a integração dos principais interessados.

O desenvolvimento rural de bases sustentáveis vem se estruturando, e tem se tornado objeto de análise nas Ciências Sociais, sobretudo, pela capacidade dos indivíduos de aglutinar ações que fomentam estratégias e incrementam possibilidades de planejamento de atuações na perspectiva de ampliação da participação social, permitindo uma maior expressão e visibilidade das demandas sociais. Desta forma, o desenvolvimento deve ser entendido, como o produto de ações voltadas para o crescimento da sociedade sob uma perspectiva social e integrada, logo, o desenvolvimento deve ser, acima de tudo, um processo de reconstrução social, que deve se dar “de baixo para cima” e contar com a participação efetiva dos atores sociais (CAMPANHOLA & GRAZIANO DA SILVA, 1999).

Portanto, estudos sobre o capital social como ferramenta de análise do desenvolvimento no espaço rural são importantes, pois podem ajudar a explicar por que uma sociedade colaborativa e organizada é fator indispensável à prosperidade econômica e à boa governança. O potencial transformador dessas organizações que preconizam estratégias que buscam intermediar as questões que competem à coletividade é fundamental em uma sociedade tão carente de experiências que

valorizem a sustentabilidade social, sem esquecer atividades sócio educativas e políticas valorizando a formação de lideranças locais.

As associações reivindicam ações em prol de objetivos sustentáveis, ampliando os espaços de discussão e promovendo a ação participativa dos sujeitos envolvidos. Essa iniciativa de inclusão social é um começo, contudo é uma importante contribuição na tentativa de se buscar uma sociedade menos desigual.

3.3 As associações rurais no município de Feira de Santana

As associações juntamente com os demais agentes que integram chamados movimentos sociais buscam desenvolver ações que priorizam as oportunidades de desenvolvimento, onde vincula-se a possibilidade de agregar indivíduos na busca de melhorias coletivas, fomentando uma maior participação, descentralização e valorização do nível local da ação, enunciando instrumentos viáveis ao crescimento sustentável e participativo.

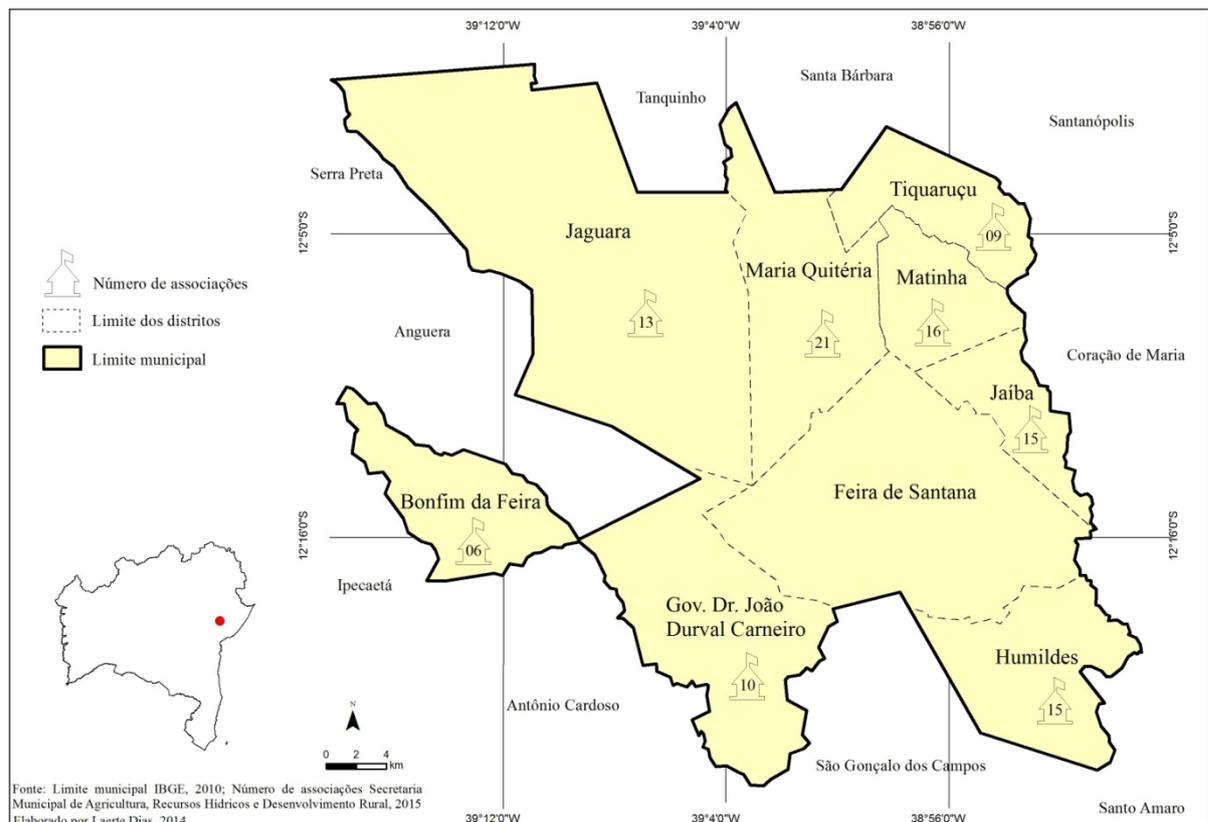
No caso do município de Feira de Santana, Bahia, assim como em outros lugares que essas entidades atuam, sob o princípio do bem coletivo, o desenvolvimento deve ser entendido como o produto de ações voltadas para o crescimento da sociedade sob uma perspectiva econômica, social, justa e em benefício da coletividade, diante disso, pode também contribuir para criar uma identidade local, ou ainda, entre outras propostas, emergir como campo político o que não implica numa homogeneização ou alienação nos valores e perspectivas dos atores sociais. Esses espaços de interações possibilitam o debate, a pluralidade de idéias e pessoas. E, para isso, é de fundamental importância o estudo da análise motivacional como um processo de coesão dos associados.

Para tanto, no município de estudo, existe uma propensão à construção de laços de solidariedade para o bem coletivo e o desenvolvimento da sociedade local, visto o número relevante de associações no município. Nesse momento, se apresenta a importância do contexto local na organização do espaço. Para Campanhola e Silva (2000) o local representa o agrupamento das relações sociais e o lugar onde a cultura e outros aspectos são sedimentados, onde se estabelecem relações e as instituições públicas atuam para regular a sociedade.

Sendo assim, as associações ligadas aos trabalhadores rurais, mostram-se como novas formas de agregação social que coexistem com outras categorias, como os grupos de interesse locais, com a função de socializar, organizar, e exigir do Estado uma atuação mais igualitária, reivindicando participação na formulação de políticas públicas, e se constituem, hoje, como novos canais de participação e de representação, como afirma Pimenta, et all (2006, p.84), “são aquelas que desenvolvem atividades econômicas caracterizadas pela gestão democrática e autônoma das organizações e pela primazia das pessoas sobre o lucro”.

Pretende-se assim, ampliar a percepção sobre a formação de articulações sociais, através do empenho dessas entidades civis e de suas ações participativas. A organização espacial de Feira de Santana é um fator importante e que evidencia a dinâmica e os elementos que fortalecem a participação social e produtiva desses territórios. Segundo dados da Secretaria de Agricultura, Recursos Hídricos e Desenvolvimento Rural do município de Feira de Santana, existem no município cerca de 105 associações cadastradas, subdivididas entre os oito distritos da zona rural.

Mapa 02: Distribuição das associações por distrito no município de Feira de Santana no ano de 2015.



As associações comunitárias rurais no município são entidades formais criadas com objetivo de integrar ações e esforços dos agricultores e seus familiares em benefício da melhoria das suas propriedades, sobretudo, no processo produtivo e na busca pela melhoria da renda nas comunidades da qual pertencem.

Com relação ao associativismo no espaço rural são diversas as interpretações acerca dos fatores que levaram ao crescimento da organização dos produtores rurais em associações comunitárias. Dentre as muitas necessidades que o campo abriga, Pinheiro (2001) destaca que, geralmente a organização dessas comunidades se dá principalmente para a obtenção de crédito agrícola, melhoria das condições de produção e comercialização, problemas que ganharam espaço à medida que se verificava a luta pelo acesso ou permanência na terra, haja vista, a precariedade de grande parte dos lavradores no país.

Diante disso, essas entidades se estabelecem entre os indivíduos em espaços carentes e com necessidade de superar, em muitos casos, a sua situação de precariedade econômica e social, ou a integração, enquanto excluídos, ou ainda grupos que estão à margem de uma sociedade que negligência. Partindo desse pressuposto, percebemos a necessidade de estudos da realidade da produção rural familiar de algumas comunidades do município de Feira de Santana. Como já destacado, a estratégia metodológica aqui utilizada foi focar nos dois distritos que possuem contraste numérico de associações, e analisar as associações nesses distritos com maior número de pessoas que participam ativamente da entidade e que são trabalhadores rurais familiares, assim, foram realizadas análises das atividades associativas com seus representantes legais e de sua repercussão nas comunidades locais.

Diante da pesquisa de campo realizada com seis representantes (presidentes) das associações analisadas como método amostral, possibilitou fazer uma caracterização acentuada sobre seus objetivos e os benefícios alcançados para a comunidade através da associação da qual representa. Esse diagnóstico foi realizado com base em entrevista junto aos presidentes das associações nos dois distritos, Maria Quitéria e Bonfim de Feira, no qual foi solicitado informações sobre os seguintes aspectos: ano de criação; seus objetivos, suas ações; número de associados; periodicidade das reuniões; o patrimônio; as parcerias estabelecidas,

principais atividades desenvolvidas junto aos agricultores familiares; os projetos futuros e as dificuldades enfrentadas.

Pelo levantamentos da pesquisa de campo, se pode constatar que todas as associações pesquisadas são comunitárias, onde tem como objetivo principal a busca de benefícios para os seus associados juntos aos órgãos públicos e entidades como outras associações e sindicatos rurais. Esses benéficos vão desde o acesso a serviços básicos como abastecimento regular de água (Foto 03) á busca por melhoria na renda, através da disponibilidade de cursos de capacitação. O presidente da associação de uma dessas comunidades esclarece que o objetivo



principal da associação é “buscar benefícios como cursos de capacitação, principalmente para os jovens, ajudar o pessoal quando precisa de aposentadoria e atender as demandas da comunidade, como trator no período de plantio”. (Representante de Associação em Maria Quitéria)

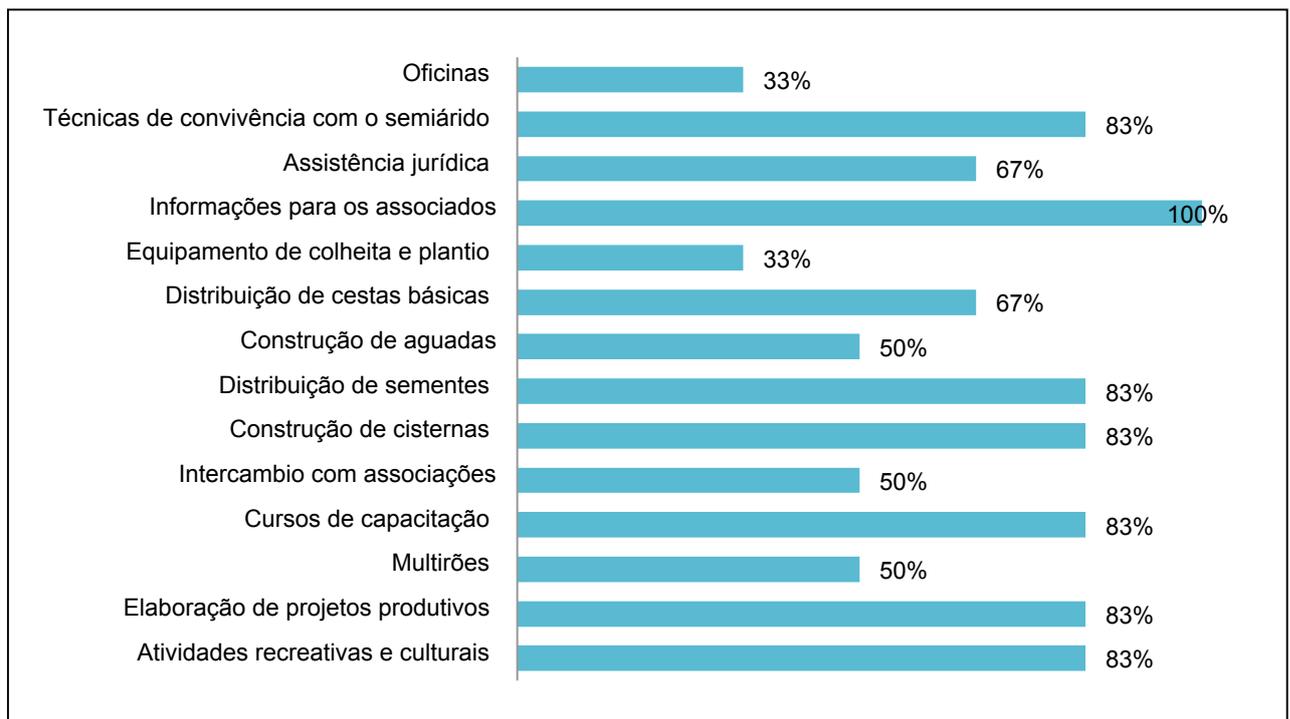
Foto 03: Poço artesiano em uma das associações no distrito de Maria Quitéria, 2015.
Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Outro levantamento realizado em campo diz respeito às parcerias realizadas pelas associações rurais, segundo seus representantes todas as associações visitadas fazem parcerias com a prefeitura do município e com o sindicato rural e 67% tem parceria com outras redes de articulação, como o sindicato rural, por

exemplo. Isso reforça a integração entre os agentes na identificação da realidade social vivenciadas no campo, analisando coletivamente os problemas e as potencialidades locais. Assim, a construção de redes de solidariedade poderia promover a interação entre grupos sociais com interesses numa mudança significativa nos padrões de decisão, elevando as possibilidades de autonomia das comunidades rurais.

Outro aspecto relevante a ser destacado são as atividades realizadas pelas associações pesquisadas, (Gráfico 01) entre as mais significativas são a construção de cisternas, muitas delas disponibilizadas pelas instituições governamentais e distribuição de sementes (83%), no período de plantio, (Foto 01) visto que, a associação se torna uma via entre o poder público e os projetos e recursos destinadas a essa parcela da população rural dessas comunidades no município.

Gráfico 01: Atividades realizadas pelas associações rurais no município de Feira de Santana, segundo seus representantes.



Fonte: Trabalho de campo, 2015
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

Outro papel desempenhado por essas entidades são a elaboração de projetos produtivos, principalmente na busca por recursos para melhorar a qualidade de vida das famílias e os cursos de capacitação, como os de costura e artesanato, além, dos

que estão voltados para melhor convivência com o semiárido, frequentes entre as atividades desenvolvidas. Um dos presidentes deu o seguinte depoimento,

“Aqui desenvolvemos os projetos, analisamos o que a comunidade precisa. Agora, a emergência aqui é a água encanada, estamos buscando, depois queremos uma forma de armazenar e conservar o feijão, mas primeiro a água, é o mais necessário”. (Representante de associação no distrito de Maria Quitéria)

Isso mostra a autonomia das associações, onde são capazes de postular as prioridades necessárias para dar ênfase nas aspirações dos grupos sociais que tomam consciência de seus problemas e se empenham em resolvê-los.

Destacam-se também as atividades recreativas e as atividades culturais, como em datas comemorativas (Dias das mães, Dia das Crianças, Festa da Colheita) e festas religiosas (Festa do padroeiro do local, Festa da Paróquia). Essa interação permite a expansão das relações sociais e a construção de alternativas que compreendam e valoriza a diversidade da cultura rural, retratando o prazer de produzir, por exemplo.

Porém o que mais se destaca, segundo os seus representantes, é a função de integrar e socializar as informações entre os membros da associação para a comunidade local. Isso torna os atores das regiões rurais envolvidos simultaneamente em um complexo de redes locais e redes externas que podem ampliar os laços de confiança e reciprocidade estabelecidos, fomentando a existência de capital social, que tornarão possíveis a mobilização dos indivíduos para a ação coletiva. Neste sentido, essas estruturas sociais podem ser analisadas como recursos, como um ativo de capital de que os indivíduos podem dispor.

Foto 04 - Cadastramento para a entrega de sementes no distrito de Maria Quitéria, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015.

O associativismo seria visto como instrumento de aquisição de capital social, visto que, permite o acesso a redes sociais que se tornam essenciais, e pelos efeitos que exerce nas comunidades locais. Como consequência, enfatiza a questão do desenvolvimento nos espaços sociais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas. (FRANTZ, 2002, p.30).

Um das questões também abordadas durante as entrevistas foram a frequência dos associados nas reuniões e assembléias. A participação é tema constante nas discussões, nos estudos e análises dos diversos contextos societários quando se trata da construção de espaços democráticos, visto que, o envolvimento dos produtores pode construir um importante espaço de discussão na busca de alternativas aos problemas enfrentados e de articulação com as demais esferas do poder local, o que se torna um fator fundamental para a ampliação do capital social. Diante do exposto, notou-se que a frequência nas assembléias e reuniões, ocorridas geralmente uma vez por mês, com periodicidade determinada, é de média a alta, (Tabela 13) sendo que no distrito de Maria Quitéria a participação chega a (67%) o que propicia uma participação relevante e efetiva dos agricultores no envolvimento dos assuntos tratados. Essa discussão corrobora como o que Putnam (1996) argumenta sobre a participação cívica em uma comunidade. Segundo esse autor, o

estimulo é dado através das vantagens partilhadas, e as relações sociais são construídas a partir das relações de confiança e reciprocidade.

Tabela 13 - Associações - Frequência nas assembléias e reuniões, por distrito, 2015

Frequência	Bonfim de Feira (%)	Maria Quitéria (%)
Alta	33	67
Média	67	33
Baixa	0	0
Muito Baixa	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Questionou-se ainda sobre a importância dessas entidades para o fortalecimento da agricultura familiar nas comunidades, todos os representantes responderam que consideram de suma importância, pois, se torna em alguns casos o único recurso para enfrentar as vulnerabilidades locais, onde buscam fazer frente as naturais debilidades no espaço rural, visto que, essas associações canalizam para a esfera pública informações, reivindicações e orientações que permitem enriquecer o processo deliberativo.

Também foi levantado junto aos presidentes a perspectiva de desenvolvimento das comunidades através das ações das associações. Categoricamente a resposta foi afirmativa, justificando que na dinâmica dessas relações propostas surgem as ações no espaço da economia, da política, constituindo-se assim, como uma força estratégica capaz de melhorar as condições de vida das pessoas no campo, sob diversas dimensões, como na melhoria da renda através do aumento de recursos disponibilizados, como os cursos de capacitação, as políticas públicas que são fomentadas, mas principalmente pelas redes de cooperação formadas, construindo ações voltadas para a melhoria da qualidade de vida das pessoas da comunidade. “Aqui é o único lugar que o pessoal procura quando precisa de alguma coisa, principalmente quando quer ter informação. Não tem outro lugar”(Representante de associação no distrito de Maria Quitéria).

Isso denota a importância dos recursos não somente matérias adquiridos, mas também simbólicos, através das relações estabelecidas, possibilitando a

coesão entre seus membros e obtendo-se ganhos coletivos. Diante disso, se faz possível reconhecer o desenvolvimento nesses espaços através da ampliação das formas de inserção econômica e a possibilidade de reprodução social, permitindo também, a criação de vínculos sólidos, ou seja, elas expressam a pluralidade de empreender esforços para o desenvolvimento rural.

As principais dificuldades explanadas pelas associações nas comunidades analisadas foram à falta de apoio, em alguns casos, dos órgãos públicos para essas entidades, sobretudo, na disponibilidade de projetos voltados para o campo, ou no auxílio na elaboração desses projetos. Entre os representantes entrevistados, 35% afirmaram que as maiores dificuldades das associações nas comunidades analisadas estão na ausência de projetos voltados para lida no campo, principalmente na aquisição de equipamentos agrícolas, como por exemplo, tratores e arados para o uso na época de plantio, visto que, seu uso é indispensável nesse período, assim como, na construção de açudes e aguadas, para a captação e conservação da água para os períodos de escassez de chuva.

Essas demandas são necessárias perante os agricultores associados visto que, como uma parcela menos favorecida, não dispõem de recursos financeiros para a compra desses equipamentos, tão pouco o aluguel desses serviços, devido ao auto custo, o que torna dispendioso e inacessível para muitos. Caso as associações garantissem esse serviço, através do uso coletivo seria um bem importante para as comunidades, facilitando e dinamizando o processo de trabalho agrícola nas unidades de produção familiar.

Além disso, os entraves burocráticos são uma das questões que dificultam o avanço das entidades na busca por melhorias na ampliação dos serviços pleiteados. “Muitas vezes, exigem tantos documentos, quando conseguimos todos, o tempo acaba e ficamos sem dar entrada no projeto, o tempo é curto e não temos muita instrução, ai não conseguimos” (Representante de associação em Bonfim de Feira).

Entre os projetos que as associações pretendem efetivar são os que estão direcionados a resolver problemas comuns no campo, como a falta de água potável. Para tanto, os projetos que as associações pretendem abarcar futuramente estão relacionados, a construção de cisternas, aguadas para os animais e a ampliação de rede regular de água. Paralelamente a isso, outras metas foram notadas durante o campo, como a perspectiva de construção de fábrica de beneficiamento de produtos agrícolas. “O que queremos agora é buscar apoio para uma fábrica de polpa de
o

frutas e temperos, vai empregar muita gente aqui e ajudar na renda” (Representante de associação no distrito de Maria Quitéria).

Outros fatores estão imbricados na dinâmica das associações pesquisadas, as suas repercussões no espaço, sobretudo, com relação às dificuldades enfrentadas, como em alguns casos a ausência de uma cultura participativa, a falta de apoio governamental, a precariedade nas condições patrimonial, visto que, a maioria não possui sede própria. Porém, se pode diagnosticar que mesmo com todos os desafios encontrados na trajetória associativa no município, nota-se que a participação social, a criação de estratégias, a capacidade de alocar recursos da própria comunidade e as representações junto ao poder público podem se tornar referências essenciais na busca da resolução dos conflitos sociais, esses fatores, inclusive, poderão ser traduzidos no fortalecimento das relações de proximidades e na inclusão social nesses espaços, posto que, as associações uma vez consolidadas, nesses locais podem puxar a participação da(s) comunidade(s), nas idéias ou nos projetos de desenvolvimento.

Deste modo, as associações de produtores rurais adquirem cada vez mais relevância no espaço rural do município de estudo, tanto pela obstinação na obtenção de recursos provenientes das políticas públicas, quando pela capacidade de organizar pautas reivindicatórias perante as instâncias governamentais.

4 AS AÇÕES ASSOCIATIVAS NO DESENVOLVIMENTO RURAL E O FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR EM FEIRA DE SANTANA

As associações rurais se apresentam como uma importante opção estratégica para a ação coletiva dos produtores rurais. O estudo realizado permitiu identificar importantes aspectos determinantes da viabilidade do associativismo. Apesar das diferenças em diversos aspectos, a confluência de ações são plurais em diversas circunstâncias, entre eles a busca por empoderamento social, e por estratégias de reprodução social.

4.1 O papel do associativismo no Desenvolvimento Rural

Há muito se discute teorias desenvolvimentistas a partir da ideia de que o fator econômico seria decisivo no crescimento de determinadas áreas. No entanto, a quantidade de recursos institucionais e materiais propiciados por ações coordenadas e onde prevalecem padrões mais elevados de reciprocidade e sociabilidades se tornariam referência na discussão renovada do desenvolvimento multidimensional, no qual os aspectos sociais, econômicos e culturais estão estritamente interligados, e que vem se firmando como categoria, a ponto de se tornar o fundamento de uma nova proposta de desenvolvimento para além do viés economicista.

Graças ao reconhecimento desse paradigma notam-se também outros modelos que perpassam pela proximidade social, que favorece a solidariedade e a cooperação, sobretudo, pela dinâmica de agentes sociais, favorecendo a articulação e chegando ao compartilhamento de uma identidade própria, que fornece uma sólida base para a coesão social e territorial, verdadeiros alicerces para o capital social. Diante disso, a capacidade em liderar e conduzir as ações locais condicionando as mobilizações coletivas perante os elementos disponíveis no seu espaço social reforça o potencial endógeno e favorece a suplementação de estratégias que reforcem o espaço local. Assim, Buarque (1999, p.10) destaca que “o desenvolvimento local requer sempre alguma forma de mobilização e iniciativas dos atores sociais em torno de um projeto coletivo”.

Neste campo de ampla discussão nas Ciências Sociais o que se argumenta é que as propostas de desenvolvimento devem, logicamente, valorizar e investir em normas e redes que gerem consequências ampliadas, isto é, devem buscar a correlação positiva entre as redes de cooperação social e desenvolvimento. Nessa abordagem, Becattini (1994) destaca que as redes de solidariedade estimulam o desenvolvimento de valores homogêneos, o que fortalece o compartilhar das normas e confiança, e destaca também que a sobrevivência de uma comunidade depende do desenvolvimento dessa teia de contatos.

Contudo, não há estratégias uniformes de desenvolvimento, as múltiplas potencialidades e configurações socioeconômicas exigem a busca por diferentes estratégias e métodos para dar uma resposta eficiente aos anseios das comunidades e levantando os potenciais recursos endógenos do território, valorizando as práticas colaborativas, promovendo a participação e o diálogo com os diversos integrantes das comunidades.

Esses recursos podem ser constituídos não somente pela materialização de seus atributos físicos de um aspecto local, como também de relações que se estabelece entre organizações e sociedade na construção de um tecido social ativo, viabilizando um contexto favorável e que geram competências que podem ser usadas para qualificar uma área. Boiseir (2000) afirma que a capacidade de organização social da região é um fator endógeno para transformar o crescimento em desenvolvimento através de uma ampla malha de instituições e agentes articulados por uma cultura regional ou por um projeto político.

Nesse sentido, se considera que o desenvolvimento não fica restrito exclusivamente a fatores externos, mas, ao contrário, tem suas bases dentro do próprio território, a partir de potencialidades, que vão além dos recursos materiais, valorizando também o seu potencial social, ou seja, a capacidade de construir relações entre pessoas/organizações que através da proximidade gerariam recursos específicos para determinados locais. Esses atores, membros de entidades de fins públicos, podem ser considerados emergentes no contexto capitalista de produção, onde as desigualdades e as contradições sociais são latentes, o que remetem a utilização de formas de organizações civis, o associativismo.

Nesse contexto, as experiências associativistas têm colaborado para a inserção desses atores sociais no processo de desenvolvimento social, uma vez que, legitima a ampliação do protagonismo social, convida a sociedade a assumir responsabilidades de enfrentar as necessidades muitas vezes impostas, amenizando as contradições, como o papel de uni-las e engajá-las em torno de interesses comuns. Na concepção de Frantz (2002), potencialmente, o associativismo levaria a cooperação e como consequência, ao desenvolvimento local,

A associação expressa uma relação dinâmica, propulsora do desenvolvimento, colocando este, nos espaços locais, nas proximidades humanas, nas relações entre as pessoas, nos espaços do associativismo e das práticas cooperativas (FRANTZ, 2002, p.30).

Diante dessas circunstâncias, os estudos recentes reafirmam que essas instituições legitimam os interesses defendidos como direitos e fazem de fato a diferença, não apenas para a ampliação da participação política, mas também para o fortalecimento da sociedade civil local e, conseqüentemente, a criação de capital social. Para Scherer-Warren (1998), uma rica vida associativa pode, por sua vez, criar as possibilidades de desenvolvimento de uma esfera pública com essa natureza democrática, na medida em que suas ações se guiarem por princípios éticos e políticos adequados a este fim.

As associações forneceriam os mecanismos para auxiliar na resolução das demandas sociais, através do ativismo social, que instrumentalizariam os agentes a se tornarem mais ativos na busca de autonomia e na promoção do desenvolvimento local. Sendo assim, a união de produtores em organizações associativas

representaria uma importante opção estratégica no enfrentamento das dificuldades que lhes são constantemente impostas.

Portanto, o fomento as práticas associativas constitui uma das molas do desenvolvimento, para tanto, é importante captar a problemática envolvida, as contradições e organizar as pessoas, uni-las e engajá-las em torno de interesses comuns, dando ênfase às suas necessidades coletivas e individuais.

Nesse contexto, as amplas abordagens sobre a dimensão territorial do desenvolvimento tem se tornado interesse no campo dos Cientistas Sociais e se tornado síntese para as discussões sobre desenvolvimento rural. Abramovay (2000) entende que o território, vai além da base física para as relações entre indivíduos e empresas, possui um tecido social, uma organização complexa feita por laços que vão muito além de seus atributos naturais e dos custos de transportes e de comunicações. O mesmo autor enfatiza que “um território representa uma trama de relações com raízes históricas, configurações políticas e identidades que desempenham um papel ainda pouco conhecido no próprio desenvolvimento” (ABRAMOVAY,2000, p. 8).

Nesse sentido, o território é também construído de acordo com a capacidade dos atores de estabelecer vínculos sociais organizados, que beneficiam a troca de informações e a conquistas coletivas de bens públicos, desenvolvendo ações generalizadas de reciprocidade e assim, dinamizando as comunidades locais.

Diante disso, o território seria visto como um espaço que sintetiza e materializa um processo social no qual as “redes” e “convenções” seriam formadas,ou seja, as ações cooperativas realizadas por instituições na conquista de bens públicos (saúde, educação e informação) que enriquecem o tecido social de uma localidade.Como se refere Boisier (1999) é a “capacidade de organização social”que se constitui num elemento multidimensional de caráter principalmente institucional, social e cultural, que dá origem a uma rede e, de certo modo,ao funcionamento dessa mesma rede.O capital social, fator intangível, permearia esse processo favorecendo o acúmulo de interações sociais nas localidades com essas características intrínsecas, através da confiança, normas e cadeias de relações sociais.

Nessas circunstâncias, perante a valorização do local e de seus atores sociais e na busca pela tentativa de redução da pobreza rural, entende-se o território como

uma unidade de referência, que promoveria de forma endógena o desenvolvimento territorial rural.

Contudo, outras abordagens são pautadas sobre desenvolvimento rural, a maioria não define o termo mais exprime as principais discussões sobre o uso sistemático do conceito, sobretudo, diante das mudanças socioeconômicas que perpassa o meio rural na atualidade. Navarro (2001) afirma que, “[...] embora normalmente nenhuma das propostas deixe de destacar a melhoria do bem-estar das populações rurais como o objetivo final desse desenvolvimento [...]” (NAVARRO, 2001, p.88). As diferenças, portanto, surgem nas estratégias, nos processos, métodos e metodologias escolhidos.

Diante disso, a teoria social contemporânea busca discutir o desenvolvimento rural a partir de amplos aspectos, alguns irão discutir as variadas formas de erradicação da pobreza no campo, outros, suas relações com a sustentabilidade ambiental, outro viés é o que busca analisar o protagonismo social da população de determinados territórios.

Nessa última perspectiva, onde a ênfase maior seria à participação política, leva em consideração o alto grau de endogeneidade, através de ações e exprimindo as preocupações e as aspirações dos grupos sociais que discutem os seus principais entraves no campo e se buscam contorná-los. Ellis (2001) citado por Shinaider (2004) aponta que o desenvolvimento rural se daria por uma série de iniciativas, ações e práticas com a finalidade de reduzir a pobreza em áreas rurais, através da participação que empodera os habitantes rurais possibilitando a eles próprios a definição e o controle de suas prioridades para efetivar mudanças.

Outra análise sobre desenvolvimento rural é exposta por Ploeg et al. (2000) quando afirma que o desenvolvimento rural estaria pautado no esforço paulatino que se estabelece entre os agricultores na sustentabilidade e melhoria na unidade de produção, tomando consciência de seus problemas e se empenhando em resolvê-los, assim como, reestruturar suas práticas, no sentido de ir além do incremento de técnicas produtivas modernas ou simplesmente um nível socioeconômico mais satisfatório, direcionando seu pensamento para além do crescimento estritamente mercantil. O desenvolvimento rural para Ploeg é visto como algo estrutural, ou seja, a partir do esforço do agricultor na tentativa de dinamizar sua propriedade diante das limitações impostas pelo paradigma produtivista, garantindo a sua reprodução.

Veiga (2001) irá fazer uma abordagem sobre desenvolvimento rural, afirmando que os elementos catalisadores para se chegar a esse processo seriam a valorização da agricultura familiar, a diversificação das economias, através da pluriatividade e as articulações de entidades com o intuito de se estabelecer novas estratégias de desenvolvimento rural sustentável. Nas palavras de Veiga (2008, p.11) “um processo sistêmico mediante o qual uma economia consegue simultaneamente crescer, reduzir desigualdades sociais e preservar o meio ambiente.

Nessa perspectiva de acepção do termo desenvolvimento rural, Navarro (2001) da uma conotação de transformação, onde a ação previamente articulada induziria a mudanças no ambiente rural, e onde o Estado, por ser uma esfera com legitimidade para tal, seria o agente principal dessas mudanças, sobretudo, sociais, visto que, essa instância, seria capaz de propor programas capazes de inferir de forma positiva a partir de metas traçadas com o consenso e participação dos atores locais, assim como,

[...]na elaboração de uma “ação prática” para o futuro, qual seja, implantar uma estratégia de desenvolvimento rural, para um período vindouro (assim, existiriam diversas metodologias de construção de tal estratégia, bem como um amplo debate sobre seus objetivos e prioridades principais) (NAVARRO, 2001, p.89).

Segundo este autor, o Estado, que iria propor estratégia, metas, metodologias de implementação, lógica operacional e as demais características específicas de projetos e ações governamentais que têm como norte o desenvolvimento rural. Diante disso, de modo amplo, o desenvolvimento rural poderá ser entendido como um processo multidimensional, através da aproximação entre sociedade e Estado, que visa contemplar a participação social através de ações articuladas na perspectiva de fortalecer as identidades locais, na expansão do dinamismo socioeconômico, na ampliação da renda e na redução das desigualdades no âmbito do espaço rural. Assim, apesar de muito difundida e utilizada, a noção de desenvolvimento rural continua a ser amplamente analisada sobre vários enfoques, assumindo várias abordagens passíveis de ser discutidas por perspectivas teóricas das mais diversas.

O que se pode salientar é que as propostas de desenvolvimento no contexto do espaço rural de Feira de Santana implicam reconhecer os estilos de vida, as

estratégias de reprodução social dos agricultores, as formas de vivência que se mantêm no campo permitem apontar as questões das vulnerabilidades sociais no município. A seguir se fez importante discutir as bases e as implicações das associações no desenvolvimento rural e quais parâmetros são usados para estabelecer as relações entre as áreas com mais e menor propensão as atividades associativas.

4.2 Comparando os Indicadores de Desenvolvimento Rural entre agricultores com elevados associativismo e baixo associativismo

A verificação de um fenômeno é dado por estratégias metodológicas capazes determinar instrumentos de planejamento, favorecendo a operacionalização, através de um conjunto de variáveis que definem o desempenho, impacto ou circunstâncias de uma situação estabelecida. Deponti, et all, (2002) reafirma essa concepção ao determinar indicador como um instrumento que permite mensurar as modificações nas características de um sistema.

Assim, um indicador se torna um instrumento que possibilita diagnosticar aspectos de um determinado conceito ou certa realidade, onde busca traduzir de forma mensurável determinado fatores de uma realidade apresentada, diante de uma situação social vivida ou construída. Segundo, Miranda e Costa (2007) a seleção de indicadores torna possível uma gestão eficiente, e é determinante, para a formulação de políticas, onde se torna parte da “arte” de estabelecer sistemas de informação.

Neste sentido, alguns estudos propõem indicadores para unidades territoriais rurais, tendo em vista, a necessidade de pensar o desenvolvimento rural como um fenômeno multidimensional, (Kageyama, 2004). Esses determinantes agregariam um conjunto de fatores que engloba aspectos sociais, demográficos, políticos, institucionais, econômicos e ambientais, que segundo a autora poderiam ser utilizados para explicar as causas do desenvolvimento.

Para Kageyama (2004) diversos são os parâmetros adotados para adquirir um resultado satisfatório no que concerne a mensuração do desenvolvimento rural, dentre elas, segundo a autora estão,

a) Escolher criteriosamente as dimensões do desenvolvimento que são consideradas essenciais. b) Construir indicadores de cada dimensão que possam ser agregados para calcular a medida-síntese. c) Definir as variáveis que serão combinadas para formar cada indicador. d) Estabelecer critérios de ponderação para as variáveis ou indicadores. e) Definir a unidade territorial de observação (KAGEYAMA, 2004, p. 405).

A observação é válida, pois, é importante se esclarecer que dificilmente existirá um indicador único a ser adotado, visto que, este dificilmente seria capaz de suprir a totalidade das questões a serem suscitadas, ou seria capaz de contemplar de forma integral os objetivos traçados. Nessa perspectiva, entende-se indicador como um instrumento que permite a avaliação de um conjunto de fatores que determina a condição para que haja desenvolvimento.

Os indicadores estipulados para essa pesquisa, como ação efetivadora para o desenvolvimento rural, foram determinados a partir da mensuração das potencialidades no território do município para diagnosticar o grau de desenvolvimento adquirido a partir da inserção do capital social nas comunidades das quais se localiza as associações definidas nos dois distritos de Feira de Santana, pela escolha metodológica. Para a escolha dos indicadores considerados, foi observado o poder explicativo das variáveis em caracterizar as comunidades e a relevância dessas variáveis para o desenvolvimento no meio rural, (Quadro 03).

Quadro 03 - Indicadores e Variáveis da efetividade de desenvolvimento rural adotados na pesquisa

Indicadores	Variáveis
1. Produção	1.1 Principal produto da UPF na última safra;
	1.2 Diversificação da produção na UPF após o ingresso na associação
2. Segurança Alimentar e Nutricional	2.1 Origem da aquisição da base alimentar da família;
	2.2 Regularidades do consumo dos produtos da UPF, sendo eles beneficiados ou não.
	2.3 Utilização de adubos e/ou defensivos químicos nos produtos da UPF que são consumidos;
	2.4 Consumo de produtos da UPF após o ingresso na associação local
3. Acesso a mercados	3.1 Tipo de comercialização dos produtos da UPF;

	3.2 Total da produção destinado para a comercialização;
	3.3 Formas de comercialização dos produtos da UPF;
	3.4 Principal forma de comercialização dos produtos da UPF, antes de ingressar na associação local
4. Renda	4.1 Origem da renda de sua família;
	4.2 Volume da renda total da família mensalmente;
	4.3 Volume da renda agrícola mensal da família;
	4.4 Variação da renda agrícola após o ingresso na associação
5. Sucessão Geracional	5.1 Quantidade de filhos que trabalham na UPF;
	5.2 Expectativa sobre a sucessão na gestão da UPF;
	5.3 Expectativa de quem fará a sucessão
	5.4 Interferência da associação para permanência dos filhos na agricultura familiar;

Cada indicador retrata um aspecto importante ao desenvolvimento rural, como questões relacionadas à produção, segurança alimentar, o acesso a mercados, a permanência dos sucessores na propriedade ou o aumento da renda, a proposta é diagnosticar até que ponto existe variação desses fenômenos com a participação de algum membro da família nas associações.

Tendo como espaço empírico o município de Feira de Santana, que na região exerce uma importância socioeconômica e populacional relevante, pelo contexto de suas raízes históricas estarem atreladas ao dinamismo rural no século XIX e, sobretudo, pelo número abundante de unidades de produção familiar que o município apresenta atualmente, é necessário se estabelecer variáveis que se enquadrem nas peculiaridades das comunidades, como os seus hábitos, anseios e particularidades do espaço rural do município. Assim, essas variáveis, não foram estabelecidas de forma aleatória, e sim, condizentes com a situação do recorte espacial do estudo. Levando-se em conta também, a situação de elevada carência social, índices altos de concentração fundiária e baixo dinamismo econômico.

Assim, diante da pesquisa empírica com os produtores familiares e associados participativos das comunidades dos distritos de Bonfim de Feira e Maria Quitéria, se pode traçar um perfil aproximados dos indicadores de desenvolvimento rural nos distritos da qual associações do estudo tiveram como referência laços sociais mais consistentes.

4.2.1 Produção

Um dos indicadores estipulados na pesquisa esta relacionado a produção. Foi questionado sobre o que de fato se produz nas UPF e a diversificação das atividades que desenvolvem no campo, antes e após a participação de algum membro da família na associação local.

O que se constatou na parte empírica do estudo foi que, de forma geral em todos os distritos, pela localização geográfica e cultural do município, a maior parte da produção agrícola das pequenas propriedades rurais estão voltadas as lavouras de subsistência, atrelado a esse fator esta a sazonalidade das chuvas, o que direciona a maior área cultivada a plantação do milho e feijão, lavouras que se adapta ao período de chuvas frequentes, a manutenção de árvores frutíferas, além da criação de aves e suínos.

Com relação diversificação da produção, enquanto inserido na associação local, o que se pode constatar nos dois distritos através dos agricultores é que, 81% dos agricultores entrevistados no distrito de Bonfim de Feira afirmaram que a produção agrícola no último ano não diversificou, mesmo com a participação na associação. No distrito de Maria Quitéria a tendência se manteve (57%), apesar de um número relevante de associados confirmarem que houve sim uma diversificação considerável na produção (42%), sobretudo, pelo acesso a políticas e incentivos da entidade, na distribuição de sementes dos itens mais cultivados, como milho e feijão, no período de plantio, (Tabela 14). Porém, em ambos os distritos dessa investigação, notou-se que não houve redução da produção, apesar de todas as dificuldades encontradas.

Tabela 14: Diversificação da produção ao fazer parte da associação, por distrito, 2015

Distrito	Sim, aumentou (%)	Sim, diminuiu (%)	Não diversificou (%)	Não sabe (%)
Bonfim de Feira	19	0	81	0
Maria Quitéria	42	0	57	0

Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

4.2.2 Segurança Alimentar e Nutricional

Distrito	Totalmente na UPF (%)	Totalmente fora da UPF (%)	UPF e compra fora, sendo maior quantidade da UPF (%)	UPF e compra fora, sendo maior quantidade comprada fora (%)
Bonfim de Feira	0	0	28	71
Maria Quitéria	6	0	69	25

Outro indicador utilizado para mensurar o desenvolvimento rural nas comunidades investigadas, foi o questionamento sobre a origem da base alimentar nas UPF. Notou-se uma diferença considerável nos resultados, contudo, em ambos os distritos uma parte do que é consumido vem das propriedades rurais dos associados.

O que se destaca é o distanciamento das respostas nos dois espaços analisados, em Maria Quitéria, 69% do que é consumido pelas famílias vêm do que o trabalhador rural produz, e 6% têm base alimentar totalmente da UPF, mostrando a importância dessas atividades agrícolas para a subsistência das famílias nas três comunidades do distrito, (Tabela 15).

Em Bonfim de Feira os números mostram uma inversão dessa lógica, a maior parte do que é consumido é adquirido fora da UPF, ou seja, não se produz o suficiente para abastecer e suprir as carências alimentares do produtor nas comunidades.

Tabela 15: Aquisição prioritária da base alimentar da família, por distrito, 2015

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

Esse resultado pode ser analisado por diversos fatores, entre eles as questões climáticas, que não favorecem o plantio de determinadas lavouras, em alguns locais, sendo insuficientes para abastecer as famílias durante longos períodos, assim como, as carências hídricas do município, pela sua posição enquanto área transacional de semi-úmido a semiárido.

Outra questão a ser abordada sobre essas variáveis, está atrelado ao acesso a terra. As áreas destinadas à lavoura, no geral, são propriedades de tamanho reduzido, impossibilitando o uso para o plantio em escala mais ampla. Da mesma

forma é a criação de animais de grande porte, como bovinos, a pouco acesso a terra dificulta a formação de grandes rebanhos, os dados empíricos indicam que nas UPF nos dois distritos, o que prevalece é a criação de aves, e em alguns casos a caprinocultura ou suinocultura, animais mais adaptados ao número reduzidos de equitares por família.

Outro aspecto relevante sobre essas condições com relação à produção, esta relacionado à falta de assistência técnica, que em muitos casos se torna inexistente, ou a resistência de muitos a se adaptar a essas técnicas, a infertilidade do solo, dada pela forma precária de manejo, a necessidade de mão de obra, pelo êxodo e/ou casamento dos filhos, que em outros casos, procuram outras atividades fora da UPF.

Isso denota que nem todos os produtores conseguiram encontrar estratégias que permitam uma boa produtividade e sobrevivência exclusivamente do campo. A discussão de Mendes (2005) contempla essa idéia, à medida que a autora destaca as novas reestruturações produtivas ocorridas no campo,

As novas formas de organização produtivas que intensificam as transformações nos processos de trabalho atingem bruscamente essas unidades produtivas, cuja produção e vida assentam-se em uma organização tradicional e, às vezes, conservadora. A dificuldade em aceitar e se adaptar a essas mudanças não se refere, apenas, às questões tecnológicas e exigências de mercado, mas, também, às questões culturais (MENDES, p.189, 2005).

Essas relações são estabelecidas e, por vezes, dificultam a ampliação da produção também pela dificuldade em se adaptar diante das transformações que se estabelecem no campo, o pertencimento ao lugar e as práticas mais conservadoras ao lidar com a terra, vai de encontro a um contexto de relações sociais e econômicas mais dinâmicas e globalizadas.

Foi realizado um levantamento sobre o aumento do consumo da família, depois que passou a fazer parte da associação, nas comunidades pesquisadas nos dois distritos. Pela pesquisa amostral nota-se que o consumo não diversificou de forma considerável, porém, se percebeu aumento em 37% nas UPF dos associados das comunidades de Maria Quitéria, isso pode ser constatado pelo beneficiamento das famílias na distribuição de sementes e pelo apoio e incentivo a diversificação da produção, a introdução de novas formas de renda, como os cursos de capacitação

dado pelas associações, através da intermediação entre as políticas públicas destinadas a esse setor, apesar das carências e intempéries já discutidas aqui, (Tabela 16).

Tabela 16 - Consumo da família depois que passou a fazer parte da associação local, por distrito, 2015

Distrito	Não mudou (%)	Aumentou o consumo de itens da UPF (%)	Diminuiu o consumo de itens da UPF (%)	NS/NR (%)
Bonfim de Feira	89,4	10,5	0	0
Maria Quitéria	59	37	0	4

Fonte: Trabalho de campo, 2015.

Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

Em Bonfim de Feira, o número de agricultores que afirmam que após a participação da associação houve aumento da produção foi muito menor, uma das causas poderia ser a amplitude de ações, devido ao quantitativo reduzido de associados, ou a diversificação da renda para além da UPF, o que justificaria o quantitativo baixo das respostas afirmativas com relação a esse quesito nas comunidades.

4.2.3 Questões relacionadas ao acesso a mercados

Para aferir o grau de desenvolvimento rural no município, outro indicador analisado foi o que relaciona o acesso a mercados e a forma de comercialização do que é produzido nas UPF, considerando ainda, a influência das associações locais nesse processo.

Os dados colhidos no trabalho de campo, como se observa na tabela 00 revelam que uma parcela de algum produto da UPF é comercializado, ou seja, também contribui com a renda familiar. Em Bonfim de Feira esse número é ainda maior, 64,8% dos agricultores familiares vendem o que cultivam ou criam nas suas propriedades, em Maria Quitéria esse percentual é mais equilibrado, 50,6% dos que responderam ao questionário tem algum produto destinado a comercialização, (Tabela 17).

Tabela 17 – Comercialização de produtos por parte dos associados, por distrito, 2015

Distrito	Sim (%)	Não (%)
Bonfim de Feira	64,8	35,1
Maria Quitéria	50,6	49,3

Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

No entanto, outros dados relevam que o destino da produção agrícola é fundamentalmente para o autoconsumo familiar, sendo a venda do excedente um complemento a renda. Em Maria Quitéria 91,5% das unidades produtivas não destinam a produção agrícola para o venda, somente 5,7% comercializa a produção daquilo que torna-se excedente na UPF, sendo que, 2,8% dos agricultores do distrito afirmaram que tudo o que produzem é destinado ao autoconsumo. O mesmo ocorre em Bonfim de Feira, onde 68% vende a menor parte de tudo que é produzido nas suas propriedades, em contra partida, 11% do que é produzido não chega a venda, é consumido pela própria família ou tem outro destino, (Tabela 18).

Tabela 18 – Total da produção destinado para a comercialização, por distrito, 2015

Distrito	Tudo (%)	Maior parte (%)	Menor parte (%)	Nada(%)
Bonfim de Feira	0	2,8	68	11
Maria Quitéria	0	5,7	91,5	2,8

Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015.

Outro fator relevante, na análise dessa variável é a quantidade produzida, sendo tão limitada em algumas propriedades que, nem demanda um excedente satisfatório a venda, ou preços que não favorecem o deslocamento ou compensam uma produção maior.

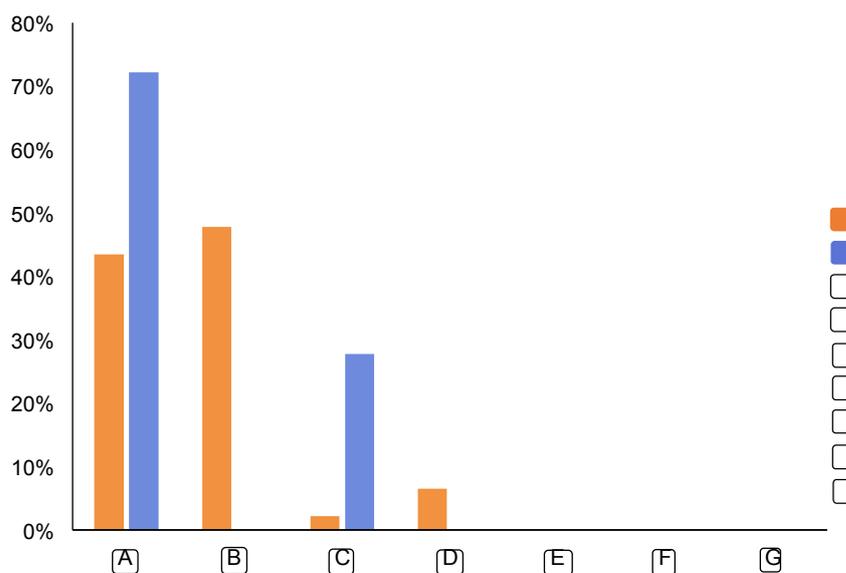
Diante desse contexto, quando há possibilidade de venda os produtores pesquisados, de um modo geral, têm procurado diversificar sua produção e

comercializar diretamente parte da mesma como estratégia de assegurar os rendimentos necessários para sustentar sua família e manter sua propriedade.

As feiras livres existentes no município viabilizam esse mecanismo. Muito presente na história do município, as feiras livres acontecem diariamente em locais diversificados no espaço urbano. Para esses produtores, a venda direta viabiliza a liberdade de transformação do trabalho na terra em renda, tendo assim prolongamento da autonomia existente na unidade de produção ao mesmo tempo em que a feira também cria condições de integração social. No mesmo sentido, WOORTMANN (1990, p.39) afirma que “vender a própria produção e realizar o valor monetário do trabalho é expressão da autonomia camponesa”.

No município, os agricultores, sobretudo, nos períodos de maior produtividade vendem o excedente em diferentes pontos da cidade, em pequenos mercados ou mesmo no CEASA (Centro de Abastecimento da Feira de Santana). Mesmo em pequenas quantidades, 47,8% dos agricultores de Bonfim de Feira vendem seu excedente direto ao consumidor, (Gráfico 02). São as chamadas cadeias curtas de produção, onde são criadas estratégias de agregação de valores e inserção a mercados, estabelecendo novos padrões de consumo agroalimentares, refletindo em uma maior conexão entre os produtores e consumidores (Ferrari, 2011).

Gráfico 02 – Formas de comercialização da produção familiar, por distrito. 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015
 Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Outra alternativa perante os produtores, é a venda por intermediários. Diante das dificuldades em deslocamento até os centros urbanos, ou os custos de beneficiamentos desfavorecem a venda direta, e permite que terceiros se apoderem da produção, nisso as famílias rurais tornaram-se cada vez mais subordinadas e dependentes do exterior, quer seja dos mercados de produtos ou mesmo dos valores e da cultura. Em Maria Quitéria esse número chega a 72,2% e em Bonfim de Feira essa forma de comercialização equivale a 43,5%.

Essas relações interferem diretamente na renda das famílias. Nas comunidades pesquisadas como unidade amostral da pesquisa, se constatou que parte da produção, como hortaliças, grãos e criação de animais destinam-se ao consumo da unidade produtiva e, em alguns casos, uma parte para o mercado. Entretanto, para as unidades familiares, a produção para o próprio consumo é uma prioridade. A produção destinada à satisfação das necessidades do grupo familiar representa um meio efetivo de rendimentos, sendo visto como indispensável a sua reprodução.

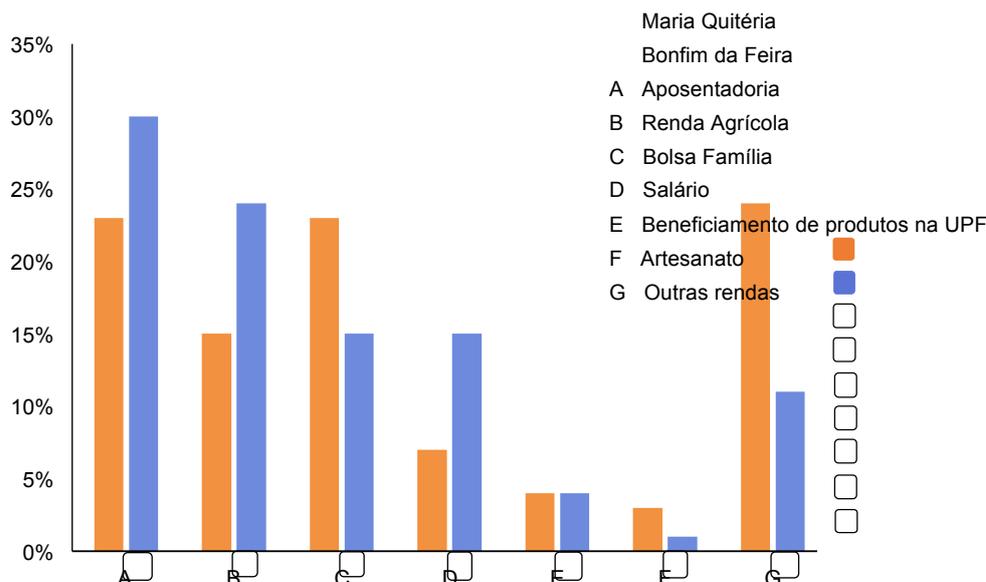
4.2.4 Renda

Com relação à variável renda, se questionou no trabalho de campo, a respeito da origem da renda. Por definição metodológica, a multiplicidade de respostas definiu que na maioria das vezes a renda familiar provém de amplas possibilidades.

A atividade agrícola é um dos rendimentos adquiridos pelos agricultores familiares em ambas as comunidades dessa pesquisa, e tem papel relevante no total da renda dos trabalhadores associados, apesar de não ser a única entre os entrevistados. No distrito de Bonfim de Feira, 24% dos agricultores familiares indicaram a renda agrícola como uma das suas principais fontes de renda na UPF, sobretudo, nos períodos propícios às lavouras cultivadas. Contudo, em Maria Quitéria esse quantitativo é equivalente somente, a 15% do total dos que foram questionados, isso mostra que a renda das famílias é mais distribuída com outras atividades.

Gráfico 03 – Origem da renda dos agricultores familiares, por distrito, 2015.

0



Fonte: Trabalho de campo, 2015
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

O expressivo papel que tem o ingresso das atividades não-agrícolas na formação da renda total é explicado observando-se o percentual de famílias rurais que se dedica a ocupações outras para além da atividade não agrícola. Isso se justifica também pelo baixo valor agregado a venda dos produtos, em mais de 90% dos casos analisados nos dois locais do estudo a renda agrícola não ultrapassou R\$1.000 na última safra. Contudo, se pode constatar que os percentuais de renda acumulados demonstram que 41,7% dos agricultores familiares de Bonfim de Feira possuem renda que varia de R\$ 788,00 a R\$2.364,00 reais ao ano, sendo uma porcentagem ainda maior em Maria Quitéria, 55,7% dos que responderam tem renda acima de três salários mínimos (R\$ 788,00).

Tabela 19: Volume da renda entre os agricultores familiares, por distrito, 2015

Volume da renda	Bonfim de Feira	Maria Quitéria
Até R\$ 394,00	8,3	5,1
Mais que R\$ 394,00 até R\$ 788,00	27,8	17,7
Exatamente R\$ 788,00	22,2	17,0
Mais que R\$ 788,00 até R\$ 2.364,00	41,7	55,7
Mais que R\$ 2.364,00 até R\$ 3.940,00	0	0
Acima de R\$ 3.940,00	0	0

Fonte: Trabalho de campo, 2015.
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Pode-se constatar que, em ambos os locais do estudo, as famílias das unidades produtivas familiares moram no meio rural, porém, é uma realidade cada vez mais comum que parte da família trabalhe e estude nas cidades, como forma de complementar a renda familiar. A aposentadoria é outra renda não agrícola comum nas famílias rurais visitadas, 23% delas tem um dos membros aposentados e que contribuem com a renda, isso no distrito de Maria Quitéria, em Bonfim de Feira esse benefício previdenciário chega a 30% entre as famílias de agricultores. Existe uma tendência em curso que aponta para o envelhecimento dessa população rural. Uma confirmação dessa realidade refere-se à idade dos agricultores que responderam ao questionário, 62,4% estão na faixa etária acima dos 50 anos.

Outro recurso importante e comum nas comunidades dos dois distritos, e que em alguns casos sustentam ou complementam a renda da UPF são os programas sociais fomentados pelo Governo Federal como o Bolsa Família, que contribui com o aumento da renda e ao mesmo tempo, evitar o êxodo escolar. Nos dois distritos, esse benefício favorece o aumento da renda de 38% dos agricultores familiares das comunidades pesquisadas.

Diante de tal contexto, passa-se a analisar a constituição da renda familiar e a necessidade de muitos produtores exercerem o trabalho em outras funções como estratégias de existência para continuarem no campo. O número de trabalhadores familiares que exerce outras funções para o acúmulo de renda da família é de 35% em ambos os distritos, 11% e 24% em Bonfim de Feira e Maria Quitéria, respectivamente, sendo que no último local, é o maior percentual na composição de ganhos entre as famílias.

No município a atividade agrícola concilia um período de trabalho intenso, seguido de um período de subocupação. Alguns produtores aproveitam esse período de subocupação dedicando-se a outras culturas, aos serviços de manutenção e/ou prestação de serviços em outras propriedades, aumentando a sua renda. Essas questões justificam as estratégias econômicas adotadas. As atividades para fins comerciais aliam-se as de autoconsumo, complementando os rendimentos familiares

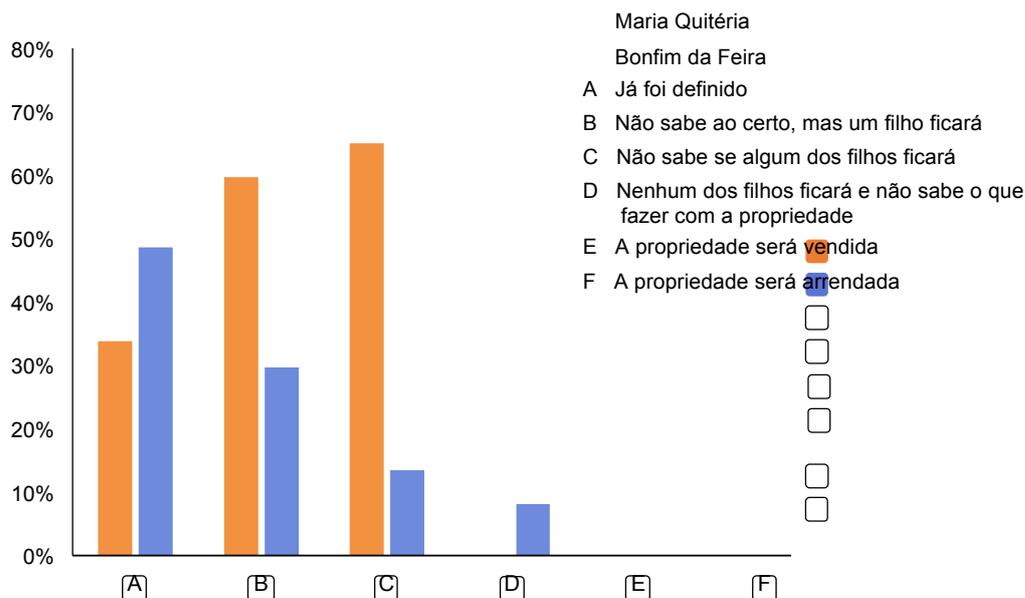
4.2.5 Sucessão Geracional

Mesmo que existam empecilhos, ou uma diversidade de atividades para além da UPF, se faz necessário discutir enquanto variável indicativa, a noção de reprodução social na agricultura familiar dimensionando a sucessão geracional enquanto indicador, avaliando a perspectiva de continuidade dos indivíduos, das estruturas e práticas desses grupos sociais. Woortmann (1995) destaca a importância do estudo das relações de parentesco enquanto, uma importante maneira de garantir a reprodução das explorações familiares inseridas na sociedade capitalista. Essas relações segundo Mendes (2005) estão alicerçadas na reciprocidade, na descendência, nos comportamentos, nos laços consangüíneos, nas regras de sucessão.

Na estruturação das famílias rurais, a medida que as condições materiais são produzidas, os laços afetivos e culturais são constituídos. Ainda segundo Mendes, (2005) os pais procuram dar condições para a reprodução do grupo, para que assim, seus filhos permaneçam no estabelecimento. Para tanto, é comum encontrar situações onde os filhos desfrutam do patrimônio de forma conjugada, o que dificulta a criação de situações socioeconômicas distintas. O que também se torna um empecilho para a sucessão geracional, pois impossibilita o aumento da renda e continuidade do trabalho na UPF.

No decorrer da pesquisa empírica, quando se questionou sobre a sucessão geracional se constatou que, há certa indefinição sobre a mesma, porém as respostas se divergiram nos dois locais da pesquisa, enquanto em Bonfim de Feira 47% dos pais não sabe se alguém algum filho permanecerá na UPF, nas comunidades visitadas em Maria Quitéria, quando perguntados sobre essa questão a resposta foi que em 59,7% das propriedades há um sucessor, e que provavelmente, segundo os pais, será tanto o filho homem quando a mulher, em 36,5% dos casos, os que irão tomar posse da terra da família, (Gráfico 04).

Gráfico 04: Expectativa quanto à sucessão geracional, por distrito, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Geralmente os filhos homens mais velhos dão continuidade a profissão paterna, por terem adquirido conhecimento e experiência de gestão do estabelecimento, o que o faz assumir gradualmente a gestão da unidade. Essas situações são estabelecidas no interior das unidades, onde visam não somente assegurar a sucessão do patrimônio, mas também, garantir as relações socioculturais de pertencimento com o lugar, pelo vínculo criado ao longo de gerações pelo trabalho agrícola. Para Mendes (2005) a permanência no meio rural não é somente pela aquisição da renda da terra, ou maximização dos lucros,

A terra encerra um conjunto de significados morais, de valores e de possibilidade de reprodução da estrutura social e o domínio do saber trabalhar que permite ao homem a constituição de nova família, revigorando a relação entre trabalho, terra e família (MENDES, 2005, p. 62).

O que muitas vezes o dificulta essa reprodução no município do estudo, é que devido ao tamanho da propriedade, que segundo o levantamento em campo nas comunidades pesquisadas, dos que possuem terra, somente 16,7% das propriedades tem mais de 10 tarefas, sendo que, considerando ainda a pesquisa de campo constatou-se que a principal forma de acesso à propriedade foi por meio da herança, em torno de 61%, conciliada com a compra de outra parcela 21,9%, permitindo o aumento da propriedade herdada, atrelada a isso vieram outras formas de aquisição como doação e compra de parentes.

A redistribuição da propriedade entre os filhos por herança é algo frequente, principalmente após o casamento, onde os pais lhes concedam uma parcela de terra para morar e trabalhar. Esse redimensionamento impossibilita, em alguns casos, a permanência de parte dos filhos na propriedade, sobretudo, pela redução da área disponibilizada para cultivo e que impossibilita principalmente para os filhos mais jovens garantir seus rendimentos nas UPF, estimulando o êxodo rural, a busca por empregos formais e de continuar os estudos na cidade.

A ausência de sucessão na unidade de produção, devido principalmente a migração para as áreas urbanas, seria outro percalço percebido em campo, onde 8,1% dos agricultores chefes de família em um dos locais da amostra, no caso Maria Quitéria, afirmam da incerteza de sucessor para seguir com o trabalho agrícola. Principalmente pelas mudanças estruturais que vem ocorrendo no campo, pela demanda de atrativos que a cidade possui e pelo encurtamento dessas distâncias.

Isso denota que, a permanência das gerações mais jovens no campo está, por vezes, vinculada a uma serie de questões, entre elas às estratégias produtivas adotadas, exigindo uma diversidade de funcionalidades que assegure uma perpetuação das novas gerações no campo. Sua permanência perpassa pela multiplicidade de investimento em atividades que apresente certa estabilidade e rentabilidade, e que assegure ao menos ao jovem que vive no campo o trabalho, mesmo que parcial, ao lado da família.

4.3 Avaliando o Desenvolvimento Rural em Feira de Santana segundo os indicadores.

Uma das perspectivas de análise nesta pesquisa foi compreender o processo de organização coletiva, através do associativismo dos produtores familiares do município de Feira de Santana, como importante estratégia de reprodução social, bem como instrumento propulsor de desenvolvimento no campo.

Para tanto, o uso de práticas solidárias, através do associativismo, têm sido visto como um importante agregador, além de propiciar melhor aproximação com as instituições públicas, dando uma contribuição significativa para as comunidades,
o

através de inúmeras iniciativas comunitárias que se propõem ao fortalecimento da agricultura familiar, resgatando a experiência democrática e as atividades de âmbito social. Estudos sobre o tema denotam que as associações rurais se constituem como canais legítimos de defesa de condições dignas de existência e de trabalho, muito embora, em alguns casos, se possa inferir a baixa efetividade de suas ações ou a representatividade pouco expressiva.

Assim, para que o associativismo seja viabilizado há uma gama de aspectos que devem ser observados e avaliados, como as características particulares das comunidades, dos associados e os seus interesses, a participação dos membros nas atividades da associação e a forma e intensidade das intervenções.

Apesar dos benefícios que um grupo associativo pode obter, torna-se extremamente salutar uma análise mais aprimorada de determinadas organizações associativas, visto que, há uma gama de aspectos que devem ser observados e avaliados para que o associativismo seja viabilizado como espera os principais interessados, os agricultores familiares, sobretudo, a partir das perspectivas do maior engajamento, interlocução e principalmente a aproximação entre estes grupos sociais, no sentido de se compreender a dinâmica das relações estabelecidas, suas ações e as repercussões nas comunidades. Diante disso, é importante ressaltar que, para o pequeno proprietário rural uma associação deverá prestar serviços sociais, engajar e facilitar o acesso a serviços, ampliar os mercados, do contrário, perderia sua essência de representar interesses comuns no meio rural.

Neste sentido, para a efetivação dessa pesquisa foram considerados as características particulares dos agricultores associados e os seus interesses, a participação dos membros nas atividades da associação e a forma e intensidade de intervenção nas UPF, onde constituem alguns dos aspectos que merecem atenção especial, pois são cruciais para a viabilização de uma associação. Para tanto, foram comparadas associações em comunidades com elevado número de associações e outro no mesmo município com um número menor dessas entidades civis.

A partir dos dados coletados fez-se uma caracterização geral sobre a trajetória, as demandas e as ações de associações no Distrito de Bonfim de Feira e Maria Quitéria, as quais foram então analisadas de forma comparativa. O estudo realizado permitiu identificar importantes aspectos determinantes da viabilidade do associativismo. Notou-se diferenças significativas entre essas organizações nos dois espaços, quanto a sua origem, definição de objetivos, participação dos membros,

o

condições estruturais e união dos associados, além da intensidade e forma de intervenção. Estes foram algumas dos principais determinantes que conduzem a uma amplitude de ações que dinamizam determinadas regiões e que constituem alguns dos aspectos que merecem atenção especial, pois são cruciais para o desenvolvimento de certas comunidades.

Um dos primeiros aspectos a se ressaltar e que ficou evidenciado na pesquisa é o agricultor associado no geral, fazer parte de mais de uma entidade civil, correspondendo a 73% no distrito de Bonfim de Feira e 64% em Maria Quitéria, as entidades mais citadas, são os sindicatos rurais (Tabela 20). Essas relações implicariam na construção de novas redes de cooperação, onde buscam a revalorização e recombinação de recursos que instrumentalizam os mecanismos e que concretizam as demandas sociais dos agricultores, o que torna o associativismo, enquanto força indutora, um espaço que permite a aquisição de capital social.

Tabela 20 – Participação dos agricultores familiares em mais de uma entidade civil, por distrito, 2015.

Bonfim de Feira	Maria Quitéria
73%	64%

Fonte: Trabalho de campo, 2015
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Para Putnam (2006) a existência de redes permitiria adquirir confiança, traduzida na aceitação e observância de normas, que provocaria um círculo virtuoso da cidadania, através da reciprocidade entre estes elementos. E nessa perspectiva as associações sempre tiveram papel de destaque. Através da lógica da reciprocidade as associações do estudo de caso, buscam contornar as naturais debilidades, através de um sistema de relações sociais que se estruturam a partir das necessidades e das carências. No município as associações se tornam uma das poucas alternativas por parte de agricultores no campo.

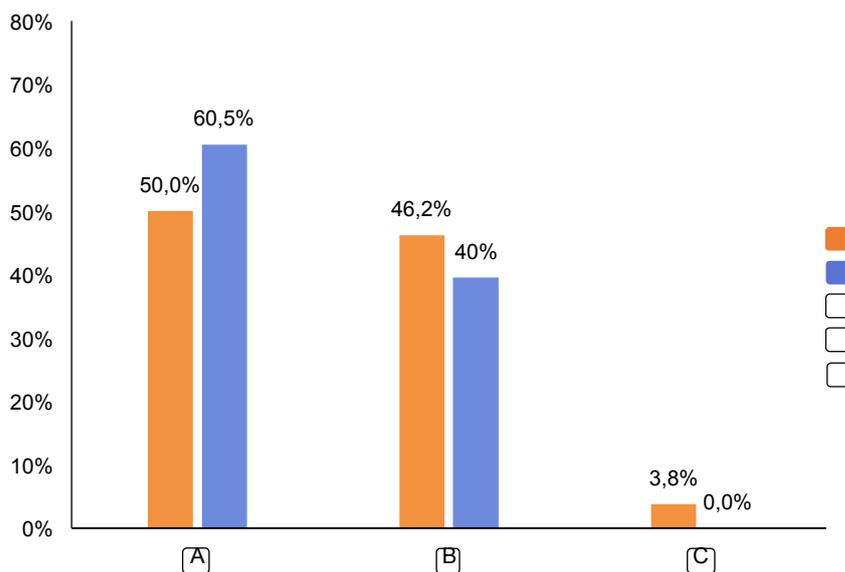
Da dinâmica dessas relações nascem ações e estratégias que estão atreladas a participação social, visto que, esta se posta determinante no processo de conquistas.

Diante dos questionários aplicados nas comunidades das quais as associações fazem parte nos dois distritos, os agricultores foram inquiridos sobre a

importância das entidades para os mesmos, em ambos os casos, os associados declaram que essas entidades são de suma importância. (Gráfico 05).

Bonfim da Feira
Maria Quitéria
A Muito importante
B Importante
C Pouco importante

Gráfico 05 – Importância das associações locais para os agricultores familiares, por distrito, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015
Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

No campo de estudo, para a maioria dos agricultores, a representatividade das associações se faz de grande valia, visto que, para os mesmos, as associações atende boa parte dos pleitos defendidos nas comunidades, nos dois locais de estudo, para os associados mais de 40% das demandas são atendidas pelas associações locais na maioria das vezes, (Tabela 21). Para outra parcela de associados, porém, somente algumas questões conseguem ser atendidas. Isso se torna consequência, por vezes, de dificuldades e entraves enfrentados por essas categorias civis na busca de ações mais efetivas para as comunidades.

Tabela 21 – Atendimento as demandas por parte das associações, por distrito, 2015.

Atendimento as demandas	Bonfim de Feira (%)	Maria Quitéria (%)
Muitas vezes	47,4	46
Algumas vezes	45,4	50
Raramente	7,2	4
Nunca	0	0

Não sabe	0	0
----------	---	---

Fonte: Trabalho de campo, 2015
 Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

É importante ressaltar que o simples fato de participar de uma associação não indica necessariamente que o agricultor teve todas as suas necessidades atendidas e consolidadas. No entanto, pode indicar que se encontra em um processo de organização, já que, por meio do grupo, teoricamente, terá mais força para reivindicar seus direitos (CORRÊA, 2008, p. 14).

Assim, as associações e as relações que se estabelecem nesses espaços sociais podem de fato gerar externalidades positivas no desenvolvimento das comunidades, entretanto, é importante frisar que estes elementos isolados não explicam o processo social na sua totalidade. É importante frisar que as dificuldades práticas tanto de gestão quanto de aspectos sociais como participação, envolvimento, ajuda mútua e relacionamento entre associados, levaram a uma série de questões tanto em termos econômicos quanto sociais em entidades associativas de produtores rurais.

A burocracia, as próprias condições de trabalho do agricultor, que contribui para o distanciamento das atividades da associação, que centraliza nos seus dirigentes o processo decisório, a baixa capacitação de seus representantes, ou ainda a pouca experiência e participação dos associados na construção da uma entidade com ressonância para os seus membros, o que dificulta o processo de articulação e as relações perante as vias governamentais, visto que, as associações se tornam não somente importantes prestadores de serviços de promoção social, mas também são entidades promotoras de repasse de recursos oficiais.

As ações em algumas das associações analisadas se põem de forma dispersa, em alguns casos o que se pode notar é que a representação se move no sentido de assegurar a existência da entidade, garantindo os recursos mais emergenciais, ao nível das relações cotidianas, mas não tem ainda construída uma visão da necessidade de transformação social que afirme os interesses coletivos em defesa de algo mais amplo como o fortalecimento da categoria, enquanto agricultores familiares, o que em alguns momentos, podem levar ao enfraquecimento do espírito associativista em determinadas situações.

Em parte, isso também se deve à dependência dessas entidades das instituições que atuam localmente. Possivelmente, caso houvesse uma rede mais

densa de articulações, poderia haver a ampliação dos horizontes em termos de opções de parcerias e promoveriam a inserção em espaços de gestão social e representatividade em políticas sociais, proporcionando assim, a busca de esforços coletivos para o florescimento de idéias inovadoras para a solução de problemas mais recorrentes.

Em outros momentos, não se identifica em determinadas associações uma forma precisa de planejamento, isso ocorre em ambos os distritos. O que se percebe é que há uma orientação, pelos costumes e concepções de seus dirigentes e associados, de realizarem as atividades a partir das necessidades identificadas no momento. A principal fonte de recursos é oriunda dos próprios associados, persistindo as dificuldades em angariar recursos para suas atividades. As associações comunitárias pouco utilizam a contabilidade como ferramenta de prestação de contas. Todavia, evidenciam com clareza sua administração de recursos financeiros, evidenciando o uso dos recursos arrecadados.

Destarte, mesmo fragmentadas, nota-se que o resultado das iniciativas se tornam capazes de criar capital social, já que se constituem como organizações que representam uma importante prática organizativa, e que depende da capacidade de cooperação, e do desenvolvimento nas pessoas de confiança e perspectivas mútuas, na tentativa de beneficiar uma classe social tão deficitária no campo.

Este retorno confirma a proposição de que as ações associativas constituem uma das principais referências que determina principalmente vantagens, algumas relacionados as relações de trabalho, mas também favorecem padrões de identidade e sociabilidade, interesses e comportamento político e de estilos de vida.

Assim, no desenvolver dessa prática organizativa, observa-se que o seu poder de interlocução não se resume apenas as estratégias para adquirir recursos materiais, mas implica, sobretudo, na busca por reconhecimento político, que se expressa no poder de pressão e nos resultados das articulações junto aos órgãos oficiais, ou seja, se torna um canal de comunicação com o poder político.

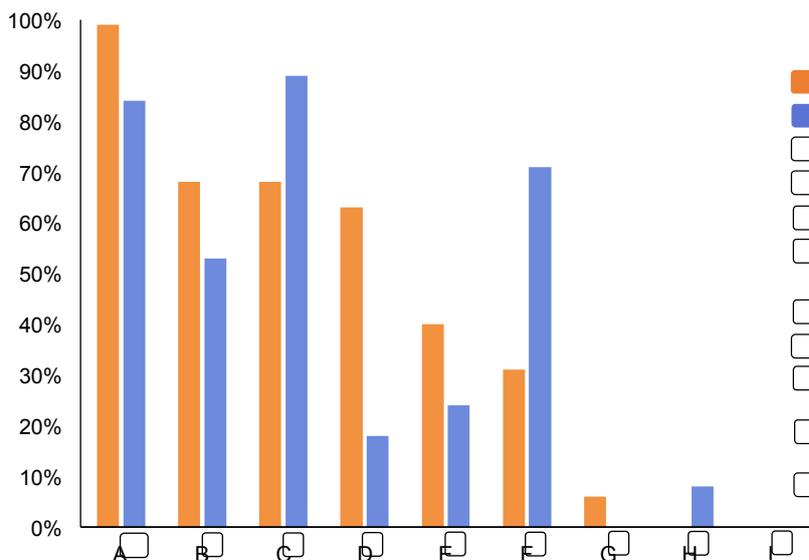
Isso favorece a participação e a reciprocidade nas relações no campo, mas também expõe a multifuncionalidade dessas entidades civis. Entre os motivos que levam os agricultores familiares a fazer parte das associações às respostas foram divergentes nos dois locais de estudo.

Em Maria Quitéria, uma parcela significativa dos associados (99%) afirmaram que um dos motivos foi a vontade de contribuir com a comunidade, buscando o

- A Contribuir, colaborar para a comunidade
- B Alcançar o atendimento de reivindicações
- C Facilitar o acesso a serviços
- D Desejo de ser útil, de servir, de ajudar a comunidade
- E Divertimento/ recreação
- F Ter acesso a serviços úteis
- G Histórico de participação em organizações
- H Participação na definição e fiscalização dos gastos públicos
- I Convicção político-religiosas

melhorias e colaborando com o crescimento da mesma, além disso, o desejo de ser útil, e ajudar aos membros da comunidade (Gráfico 06). Entre outras falas se nota também a busca dentro da associação por acesso a serviços, (68%), como as políticas públicas, procurando a oportunidade de galgar atendimento as suas reivindicações.

Gráfico 06 – Motivos para participar das associações, por distrito, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015
 Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Em Bonfim de Feira, entre os motivos que levaram a participar das associações locais está a busca por serviços (89%). Essas entidades são vistas para os agricultores familiares como geradoras ou facilitadoras do acesso a recursos sociais, e eventualmente conversíveis em capital econômico e oportunidades sociais entre eles se destacam a oportunidade de conseguir assistência técnica para a propriedade ou sementes na época de plantio. Desse modo, se tornam coadjuvantes no processo de desenvolvimento e de construção de sociedades democráticas.

A busca por políticas públicas são fatores que se destacam, tendo em vista, as necessidades e demandas que essas entidades buscam suprir perante as vias governamentais. Além disso, esses associados também buscar contribuir para a melhoria da comunidade (84%), auxiliando como podem na promoção do desenvolvimento do local onde vivem.

Neste sentido, as características particulares dos associados atrelados a emergência do interesse de valorização do homem do campo, a dinâmica

participativa dos membros nas atividades da associação e a forma e intensidade de intervenção, buscando a superação de privações, visto que, a emancipação social, é parte central do processo de desenvolvimento.

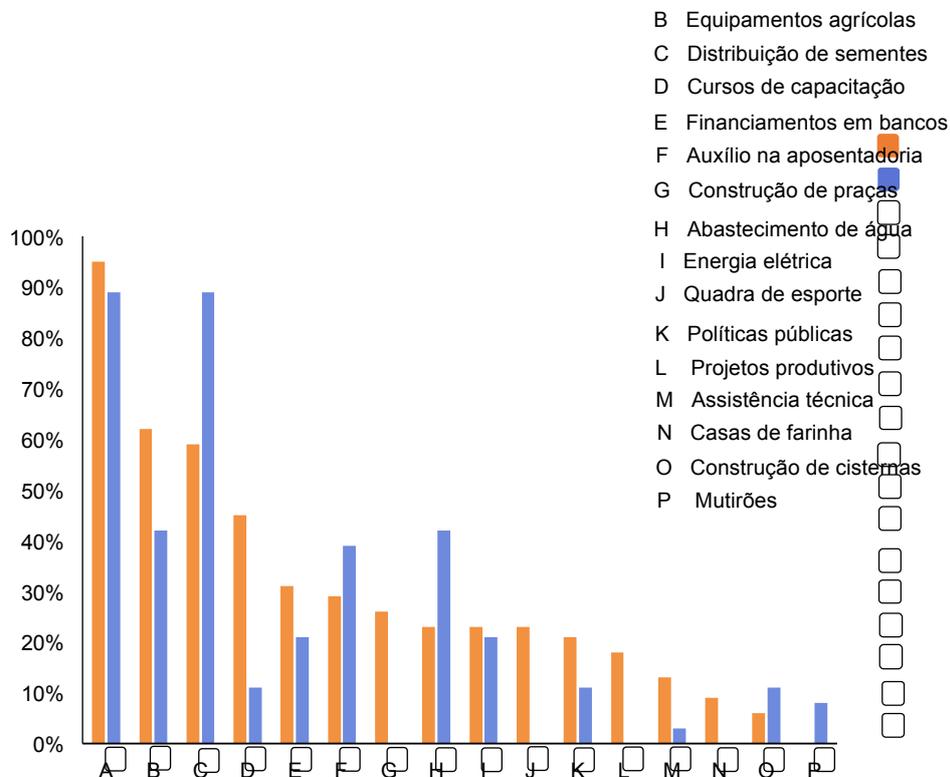
No campo, foram destacados pelos agricultores associados os benefícios alcançados após a participação nas associações locais. Neste aspecto, interessa que a comunidade tenha condições de usufruir os bens e serviços materiais conquistados pela organização. Com variações de uma para outra, suas ações se orientam, assim, para os serviços que dão dinâmica no trabalho rural ou suprem as carências mais emergenciais.

Assim, segundo os agricultores familiares, os principais benefícios alcançados por meio das associações em ambos os distritos tem relação com a superação da carência hídrica, tão necessária para a manutenção da sobrevivência no campo, como melhorias ou ampliação do abastecimento de água, ou a construção de cisternas.

Outro benefício alcançado via associações está relacionado ao fornecimento de energia elétrica, sobretudo, nas áreas mais afastadas da sede. Outro serviço prestado pelas entidades citadas pelos agricultores está a intermediação para financiamentos em bancos. Os cursos de capacitação também são fornecidos via associação, principalmente em Maria Quitéria (45%), e se coloca como um dos benefícios alcançados (Gráfico 07).

Outro papel importante desenvolvido sempre que possível pelas associações locais está no auxílio na aposentadoria rural. Muitos não sabem os passos a seguir no processo e necessitam da ajuda dos representantes dessas entidades para orientação. Nas comunidades, o serviço é alcançado em média por 30% dos associados nos dois distritos.

Gráfico 07 – Benefícios alcançados pelos agricultores associados, por distrito, 2015.



Fonte: Trabalho de campo, 2015

Elaboração: Divanice Ferreira, 2015

Porém, o que se destaca entre os benefícios alcançados pelos associados está relacionado à distribuição de sementes, tanto em Maria Quitéria (59%) como em Bonfim de Feira (89%), visto que, essas entidades civis, fazem a intermediação entre os órgãos públicos, no caso, a Secretaria de Agricultura e Recursos Hídricos (SEAGRI) do município e os agricultores cadastrados pela associação para o recebimento das sementes. Dentro dessa mesma parceria, está o fornecimento de equipamentos agrícolas, muito requisitado entre os agricultores, sobretudo, na época de plantio. A SEAGRI também beneficia os agricultores com tratores e colheitadeiras. Os associados são previamente cadastrados, e a entidade faz a intermediação e o acesso ao serviço, que é fornecido de acordo a necessidade do agricultor. Esse benefício chega a 62% dos associados das três comunidades visitadas em Maria Quitéria e em 42% dos agricultores associados em Bonfim de Feira.

Contudo, entre os serviços mais disponibilizados pelas associações de produtores e trabalhadores rurais dos dois distritos é o acesso a informação. Em Maria Quitéria e em Bonfim de Feira é considerável o número de associados que tem auxílio e boa comunicação com essas entidades civis, chega a 95% e 89% respectivamente, mostrando a relevância dessas entidades para a dinâmica dos agricultores familiares.

Nessas comunidades, esse elemento se torna fundamental no sentido de facilitar o fluxo de demandas, favorece a comunicação e a amplitude de conexão

com outros grupos. Para Ferreira (2010) o acesso a informação é fundamental para o desenvolvimento econômico e social de determinadas comunidades. A capacidade de adquirir informação está atrelado as relações estabelecidas, ou seja, do capital relacional construído no grupo. Essas relações seriam alicerçadas na confiança, reciprocidade, e ação coletiva. Ainda segundo essa autora, as redes seriam fundamental na construção de laços coesos, implementados na comunicação entre coletivos e redes.

Muitas redes se iniciam a partir da tomada de consciência sobre algum problema vivenciado por uma ou mais comunidades, ou a partir de situações de mobilização mais ampla. Criam-se nas redes formas institucionais próprias associadas aos direitos, responsabilidades e tomadas de decisão. A posição de cada indivíduo na rede depende do capital social e informacional que consiga agregar para si próprio e para o conjunto. (FERREIRA, 2010, p.102)

Além disso, nas comunidades visitadas, a associação se torna, por vezes, o único canal e o mais confiável meio de interlocução com os setores de gestão pública. Putman (2006) corrobora com a discussão, ao afirmar que os fluxos de informação horizontalizadas através de vias associativas, costumam ser mais confiáveis que de categorias verticalizadas, visto que, os menos favorecidos no processo de exclusão social, podem controlar a informação para se precaver da exploração e subserviência.

Entre elas estão informações sobre as políticas agrícolas. Por intermédio da associação da qual fazem parte, tomam consciência e conhecimento dos serviços a serem disponibilizados pelos órgãos estatais e suas consequências para seu trabalho e sua vida na comunidade. Neste sentido, as associações rurais das comunidades citadas contribuem para a conquista da cidadania no campo, sobretudo, seu reconhecimento político, que se estabelece nos resultados das articulações junto ao poder local e aos órgãos públicos.

Assim, nota-se que um ambiente de cooperação, através da troca de informações, de preocupações comuns com a implantação de serviços indispensáveis a qualidade de vida das populações rurais, se torna base fundamental para o processo de desenvolvimento mais harmônico para o campo. Tal desenvolvimento rural implica a construção de redes, a revalorização e recombinação de recursos, a coordenação ou remodelação do social e do material e o uso renovado do capital ecológico, social e cultural (PLOEG et al, 2000).

O que se pode perceber, no grupo familiar, bem como no seu entorno comunitário, é que há uma existência de um capital social inicial específico, e que, quando associado às políticas públicas, estimula a consolidação de atividades que promovam o desenvolvimento em espaços mais ampliados. Assim, ao considerar o capital social como um elemento estratégico para o desenvolvimento, é necessário preparar e articular a participação cívica dos cidadãos, cabendo aos órgãos governamentais e associações a elaboração de programas de estímulo ao capital social; contudo, sua eficácia deve levar em conta a realidade da comunidade local.

A partir da pesquisa comparativa entre duas associações de diferentes graus de participação, engajamento e formas comunicação e cooperação é possível afirmar que um grupo de pessoas bem articuladas tem maiores chances de obter resultados positivos tanto em pequenas ações internas na sua comunidade, quanto em grandes projetos coletivos de desenvolvimento. Isso comprova como a coesão social, aqui entendida como união, solidariedade e confiança mútua do grupo, interfere positivamente para o sucesso ou fracasso da experiência, independente do número de participantes.

Em todas as experiências associativas vivenciadas, em ambos os distritos, notou-se a existência de princípios democráticos, baseados em ações intencionais, que buscam corroborar com iniciativas que almejam melhores condições de vida para os agricultores familiares, induzindo assim, ações voltadas para o desenvolvimento rural justo e equitativo. Essas questões incitam a endogenia e as decisões emancipatórias. Putnam (1996) ressalta que o desenvolvimento de uma comunidade não é atribuição do Estado, órgãos governamentais ou de instituições, e afirma que a maior contribuição para melhorias e o desenvolvimento local é o engajamento da comunidade cívica.

Diante disso, nesses espaços sociais, são possíveis, a construção de estratégias que aproximam as pessoas a construírem um modelo de sociedade que luta por igualdade, sustentabilidade, por indivíduos críticos. Essas entidades podem ser consideradas como exemplos de convivência democrática, de colaboração e de aplanamento de posicionamentos mais radicalizados com relação à estabilidade social e cultural vigentes, isso ocorre mesmo em locais onde as associações têm baixo número de integrantes.

No município de estudo, por mais que as carências vivenciadas no meio rural sejam significativas, as práticas associativas aliados aos incentivos governamentais

O

estimulam as melhorias para o empreendedorismo rural. Uma forma de amenizar as desigualdades tão recorrentes nesses espaços é incentivar e apoiar a agricultura familiar, estimulando esses agricultores a permanecerem no campo, não como excedente social, mas como vetores de desenvolvimento rural, criado a partir das suas potencialidades.

O associativismo civil assume a primazia da busca e devido a função multidimensional que representa, se mostra capaz de valorizar o potencial social, e a capacidade de busca por melhores condições, coisa que os agricultores como agentes individuais não seria possível.

Para as iniciativas associativas lograrem êxito, portanto, é fundamental a existência de laços econômicos, sociais e afetivos, que fortaleçam a identidade dos indivíduos sob dado território, sobretudo no campo. Além disso, contribuir para empoderar os indivíduos de espírito coletivo, assim, a solidificação desse envolvimento torna-se essencial para fortalecimento do capital social.

5. CONCLUSÃO

Procurou-se neste trabalho refletir sobre a importância das relações associativas engajadas no contexto da agricultura familiar no município de Feira de Santana, tendo como base a participação e a formação de redes de cooperação como promotoras de desenvolvimento no campo.

Enfatizou-se a importância desse tipo de organização coletiva no fortalecimento dos espaços rurais, fomentando o capital social construído através da aproximação entre os agricultores familiares. Visto que, em tese, o empreendedorismo associativo deve nortear a transformação dessa categoria

através da participação social, para que sejam alcançados níveis mais elevados de empoderamento civil, autonomia e autopromoção.

O que se pode considerar é que as articulações sociais e por consequência a construção de capital social esta condicionada por fatores culturais, políticos e sociais. A que se pensar na valorização desse empoderamento como mais um recurso em favor do desenvolvimento e da inclusão social, especialmente das comunidades mais necessitadas desse ativismo político.

Diante das peculiaridades, que o espaço rural do município impõe, e que aqui já foram discutidas, se faz necessário, no campo do estudo considerar sobre a atuação dos atores na construção de articulações civis e nas ações existentes.

As carências estruturais dos espaços estudados são consideráveis, contudo, nos espaços associativos analisados nessa pesquisa, se pode comprovar que existe um compromisso e a responsabilidade de formar, capacitar e organizar uma gama de agricultores mais autoconfiantes e politicamente engajados e que são capazes de assumir uma crescente responsabilidade na correção das suas próprias ineficiências e capazes de pensar de forma coletiva em múltiplas alternativas para a solução de problemas nas comunidades que vivem.

A comprovação vem por meio da própria experiência em campo, junto aos agricultores, os quais, organizados em associação, conseguem compartilhar as suas carências e os desafios de permanecer no campo, onde na maioria das vezes a falta de recursos financeiros e humanos é facilmente perceptível. Entre os benefícios citados pelos integrantes das instituições e os agricultores destaca-se o intercambio de experiências e conhecimento institucional para a atuação coletiva na definição de políticas sociais e de atendimento perante os órgãos públicos, na maioria dos casos, a associação é o único meio que os agricultores encontram para ter acesso as políticas sociais. Além disso, a informação é um dos principais serviços adquiridos entre os associados e que são cruciais para dar a dinâmica necessário e impulsionar a vida das pessoas nas comunidades nos distritos analisados em Feira de Santana.

Pode-se perceber que são as relações construídas que mantêm a associação como um ponto de referência para os agricultores nas comunidades analisadas, pois é através dessas entidades civis que muitos conseguem e desempenhar um papel fundamental na convivência diária, fortalecendo os laços de reciprocidade e participação social. Através dos depoimentos, ficou claro que é a associação que os unifica, promovendo o convívio em comunidade. A partir dessas trocas as redes vão

O

se estruturando, e por trás, o conceito de capital social, que passa a ser definido como um recurso da comunidade, construído pelas suas redes de relações formadas, promovendo o desenvolvimento condicionado a partir dessas ações e desses recursos intangíveis. Nessa discussão, em uma perspectiva da teoria do desenvolvimento endógeno, BOISIER (1999, p. 42) irá afirmar que o desenvolvimento é resultado imaterial ou intangível e, em decorrência são também intangíveis os fatores que o determinam.

Notou-se também com a pesquisa que não necessariamente o número de associações ou o quantitativo de associados define a abrangência da atuação ou o número de ações. Não sendo importante talvez, identificar o número de componentes das redes construídas entre os agentes, mas sim apreender a sua importância para a comunidade. Porém, todas têm um papel de aglutinar pessoas em torno de ideias de melhorias para as agricultares e para as comunidades, sobretudo, para o fortalecimento da produção agrícola familiar, colocando está como um dos pilares para o desenvolvimento no campo.

Contudo, mesmo com todas as afirmações positivas sobre as ações e potencialidades do capital social construído a partir de atividades associativas, se faz necessário cautela com a visão simplista sobre as reais possibilidades de desenvolvimento no campo através de práticas associativas. Não se pode esquecer que o capital social é considerado por muitos autores como um dos fatores de empoderamento das comunidades, mas não o único. Isso perpassa também por outra série de fatores imbricados na dinâmica política, econômica e social dentro do município.

É preciso também, reavaliar o potencial dessas instituições no sentido de suas práticas futuras, nesse sentido se faz necessário que os agentes e as instituições locais se permitam ampliar seus feitos, assumir riscos, romper com a inércia das circunstâncias e dar dinâmica aos seus feitos nas comunidades. Assim como, a necessidade de ocupar vazios deixados pelas instituições oficiais, rompendo com as relações de dependência e dominação.

Diante disso, o presente trabalho de pesquisa buscou entender as nuances desses vínculos e as especificidades responsáveis pela apropriação de uma consciência coletiva, capazes de torna-se fonte decisiva de emancipação e conseqüentemente desenvolvimento. Isso denota que essas estratégias são fundamentais no rompimento de ciclos de miséria e exclusão no campo.

O

REFÊRENCIAS BIBLIOGRAFICAS

ABRAMOVAY, R. **A formação de capital social para o desenvolvimento local sustentável.** In: II Fórum CONTAG de Cooperação Técnica, 1998.

_____. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** 2. ed. São Paulo: HUCITEC; Campinas: UNICAMP, 1998.

_____. **Agricultura familiar e desenvolvimento territorial.** Reforma Agrária – Revista da Associação Brasileira de Reforma Agrária – vols. 28 n. 1,2 3 e 29, n.1 – Jan/dez 1998 e jan/ago 1999.

_____. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Revista de Economia Aplicada**, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr. 2000.

o

ALENTEJANO, P. R. **Reforma Agrária e Pluriatividade no Rio de Janeiro:** Repensando a dicotomia rural-urbano nos assentamentos rurais. Rio de Janeiro, 1997. Dissertação (Mestrado em Ciências, Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade)–Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1997.

ALVES, J. **A dinâmica agrária do Município de Ortigueira (PR) e a reprodução social dos produtores familiares:** uma análise das comunidades rurais de Pinhalzinho e Vila Rica. Presidente Prudente: UNESP, 2004. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Estadual Paulista /Presidente Prudente, 2004.

ANDRADE, M. C. de. **Espaço, polarização e desenvolvimento:** uma introdução a economia regional. São Paulo: Atlas, 1987.

ARAÚJO, A. O. **Redes e centralidade em Feira de Santana (BA):** o centro de abastecimento e o comércio de feijão. Salvador, 2005. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2005.

ARAÚJO, W. K. **A (re)produção da pequena propriedade rural no município de Feira de Santana-Ba.** Salvador, 2002. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2002.

BAIARDI, A.; MENDES, J. **Agricultura familiar no Semiárido:** fatalidade de exclusão ou recurso para o desenvolvimento sustentável? Socioeconomia, v. 8, n. 1, p. 28-41, nov. 2007.

BALESTRO, M. V. **Capital Social, Aprendizado e Inovação:** um estudo de caso comparativo entre redes de inovação na indústria de petróleo e gás no Brasil e Canadá. Brasília, 2006. 248 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade de Brasília, 2006.

BAQUERO, M. Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 21. p. 83-108, nov. 2003.

BARBIERI, J.C. **Desenvolvimento e meio ambiente:** as estratégias de mudanças da Agenda 21. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BAVA, S. C. **Desenvolvimento local uma alternativa para a crise social?** Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_07.pdf>. Acesso em: 13 out. 2010.

BECKER, H. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais.** São Paulo: Hucitec, 1994.

BEGHIN, N. JACCOUD, L. SILVA, F. B. da. Políticas sociais no Brasil: participação Social, conselhos e parcerias. In: _____ **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo.** Brasília: IPEA, 2005.

BLUM, R; Agricultura Familiar: Estudo preliminar da definição, classificação e problemática; In: TEDESCO, João Carlos (Org.) **Agricultura Familiar, Realidades e Perspectivas.** Passo Fundo: Editora da UPF, p. 57-103, 1999.

BOISEIR, S. Em busca do esquivo Desenvolvimento Regional: entre a caixa preta e o projeto político. **Revista Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília, Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada (IPEA), n. 13. 1996.

BOISIER, Sergio. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. **Revista Brasileira de Estudos Urbano e Regional**, Recife, a. 1, n. 2, p.39-53, nov. 1999.

BOURDIEU, P. O Capital Social – Notas Provisórias. In: NOGUEIRA, Maria Alice e CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de educação**. Petrópolis: Vozes, 1998.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Lei 11.326, de 24 de Julho de 2006. **Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais**. Diário Oficial da União, dia 25/07/2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo agropecuário 2006**. Brasil, Grandes Regiões e Unidades da Federação. Rio de Janeiro: MPOG, 2009.

BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso em: 17/05/2014.

BRUMER, A. A exploração familiar no Brasil. In: LAMARCHE, H. (Coord.). **Agricultura familiar**. Tradução Ângela M. M. Tigiwa. Campinas: UNICAMP, p. 179-234, 1993.

BUARQUE, S. C. **Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável**. Material para orientação técnica e treinamento de multiplicadores e técnicos em planejamento local e municipal. Brasília, DF: IICA, 1999.

CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO S. J. Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local. In: Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural - SOBER, 1999, Foz do Iguaçu. **Anais...** Campinas: Unicamp, 1999. p.47-57

CARNEIRO, M. J. Política de desenvolvimento rural e o novo rural. In: Camponha, C. & Graziano da Silva, J. (org.). **O novo rural brasileiro**. Jaguariúna: EMBRAPA, Meio Ambiente, vol.4. 2000.

CEDRO, Marcelo. Pesquisa social e fontes orais: particularidades da entrevista como procedimento metodológico qualitativo. **Revista Perspectivas Sociais Pelotas**, a. 1, n. 1, p. 125-135, mar. 2011.

DANIEL. M. G. Participação associativa, cultura política e desigualdade Social: o caso da nova Santa Marta/RS. In: II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 2007, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2007.

DEMO, P. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2009.

DIDONET, A. D. **Agricultura familiar e sustentabilidade**. 2003. Disponível em: <<http://www.sectec.go.gov.br/artigos-publicacoes.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2014.

DEPONTI, C. M. ECKERT, C. AZAMBUJA, J. L. B de. **Estratégia para construção de indicadores para avaliação da sustentabilidade e monitoramento de sistemas**. Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável. Porto Alegre, v.3, n.4, out/dez 2002.

DIAS, L. F. **A interconectividade entre sociedade e natureza a partir de vulnerabilidades no município de Feira de Santana, Bahia**. Salvador 2015. 152 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, 2015.

EMBRAPA. **Cultivo da mandioca para a região semiárida**. [2003] Disponível em: http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Mandioca/mandioca_semiarido/clima.htm> Acesso em: 6 jun. 2014.

EVANGELISTA, F. R. **A agricultura familiar no Brasil e no Nordeste**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2000.

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. **Novo Retrato da Agricultura Familiar**. O Brasil redescoberto. Brasília, 2000. Disponível em: http://www.deser.org.br/biblioteca_read.app?id=3. Acesso em: 4 abr. 2014.

FERREIRA, E. S. **A agricultura familiar no município de Soleânea (PB): o capital social no contexto do desenvolvimento territorial**. Brasília, 2010. 178 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade de Brasília, 2010.

FLICK, U. **Uma introdução q pesquisa qualitativa**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2004.

FREITAS, N. B. **Urbanização em Feira de Santana: influência da industrialização(1970-1996)**. Salvador: 1998, Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Federal da Bahia, 1998.

_____. Urbanização e modernização industrial das cidades médias da Bahia: um olhar sobre Feira de Santana. Cidades médias e pequenas: teorias, conceitos e estudos de caso. **Série Estudos e Pesquisas**, Salvador, n. 94, p.125-142, 2010.

FUKUYAMA, F. **Confiança: valores sociais e criação de prosperidade**. Lisboa: Gradiva, 1996.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GRAZIANO DA S. J. **Tecnologia e a agricultura familiar**. Porto Alegre: Universidade/UFRGS, 1999.

GOHN, M. da G. **Movimentos sociais e redes de mobilização civis no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.

_____. **Sociologia dos Movimentos Sociais**. São Paulo: Cortez, 2013.

GOMES, F. F. **As transformações sócio-econômicas da agropecuária no município de Feira de Santana – Bahia**. Salvador, 1999. 147 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências, Universidade Estadual da Bahia, 1999.

HABERMAS, J. **Direito e democracia**: Entre facticidade e validade. Tradução de Flavio BenoSiebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HESPANHOL, R. A. de M. **A produção familiar**: perspectivas de análise e inserção na Microrregião Geográfica de Presidente Prudente. Rio Claro, 2000. 254 f. Tese (Doutorado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. 2000.

HOFFMANN, R. Distribuição da renda no Brasil: poucos com muito e muitos com muito pouco. In: KILSZTAJN, S. e DOWBOR, L. **Economia social**. São Paulo, Laboratório de Economia Social da PUC-SP, 2000.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Tradução Waltensir Dutra. 21. ed. Riode Janeiro: Guanabara, 1986.

JACOBI, P. R. **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

JEAN, B. **A forma social da agricultura familiar contemporânea**: sobrevivência ou criação da economia moderna. Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, v. 6. p. 51-75, 1994.

KAGEYAMA A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

LAMARCHE, H. **A agricultura familiar**: comparação internacional – Do mito a realidade. v. 2. Campinas, São Paulo: Unicamp, 1998.

LAMARCHE, H. (coord.); **A Agricultura Familiar**. Tradução por Ângela Maria NaokoTijiwa; Campinas; Unicamp, 1993.

LIMA FILHO, S. C. de. **Capital Social e Desenvolvimento Local a Experiência de Campo do Brito (SE)**. São Cristovão, 2010. 132 f. Dissertação(Mestrado Profissional em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) Universidade Federal de Sergipe, 2010.

MACIEL, Maria Lucia; ALBAGLI, Sarita. Capital Social e Empreendedorismo Local. In: **Proposição de Políticas para a Promoção de Sistemas Produtivos Locais de Micro, Pequenas e Médias Empresas**. Rio de Janeiro: UFRJ / Redesist, 2002.

MARTELETO, R. M. SILVA, A. B. de O. e. **Redes e capital social**: o enfoque da informação para o desenvolvimento local. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v33n3/a06v33n3.pdf>>. Acesso em: 14 out. 2010.

MAY, T. **Pesquisa social**: questões, métodos e processos. 3. ed. Trad. Carlos A.Silveira. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MARX, K. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Reginaldo Sant' Anna. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

MATTEI, Lauro. A relevância da família como unidade de análise nos estudos sobre pluriatividade. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Rio de Janeiro, vol. 45, n. 04, p. 1055-1073, out/dez 2007.

MELO, P. B. de. Análise epistemológica sobre capital social: as abordagens de Bourdieu, Fukuyama e Ghoshal. In: III Colóquio Internacional de Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: 2013, p. 1-22.

MENDES, E. de P. P. **A Produção rural familiar em Goiás**: as comunidades rurais no município de Catalão (GO). Presidente Prudente, 2005. 294 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, 2005.

MENDRAS, H. **Sociedades camponesas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978

MENEGATI, R. A. **Produção familiar e as estratégias de reprodução social no espaço rural do município de Indiana (SP)**. Presidente Prudente, 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Universidade Estadual Paulista, 2008.

MIRANDA, C.; COSTA, C. **Ações de combate a pobreza rural**: Metodologia para avaliação de impactos. 1. ed. Brasília. Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. 2007.v 1. 225 p.

MOCELIN, G. Movimentos sociais e movimentos sociais rurais. In: GEHLEN, Ivaldo; MOCELIN, Daniel Gustavo (Org.). **Organização social e movimentos sociais rurais**. Porto Alegre: editora UFRG, 2009.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 43, n. 15, p. 83-100, 2001.

NEVES, L. de A. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

OLIVEIRA, A. U. de. **Agricultura camponesa no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1996.

PEREIRA, M. A. Movimentos sociais e democracia: a tensão necessária. **Opinião Pública**, Campinas, n. 1, vol. 18, p. 68 – 87, jun. 2012.

PIMENTA, S. M, SARAIVA, Luiz Alex Silva e CORRÊA, Maria Laetitia. **Terceiro Setor – dilemas e polêmicas**. São Paulo: Saraiva, 2006.

PINHEIRO, D. Agricultura familiar e suas organizações: o caso das associações de produtores. In: TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3.ed. Passo Fundo: UPF, 2001. p.406.

PLOEG, J.D. van der **Camponeses e Impérios Alimentares**: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

POPPINO, R. E. **Feira de Santana**. Salvador: Itapuã, 1968.

PRADO JÚNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. 43. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.

PRONAF - **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar**. Disponível em: http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronaf.html Acesso em: 17 maio 2014.

PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. 4. ed. Rio de Janeiro: FVG, 2006.

REIS, M. L. dos. **O trabalho das mulheres na produção do espaço agrário de Matinha dos Pretos-Feira de Santana-Bahia**. Salvador, 2013. 158 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Geociências, 2013.

SABOURIN, E. Meio ambiente e sustentabilidade da agricultura familiar no semiárido nordestino. Campina Grande. **Raízes**, v. 18, n.20, p.132-143, nov. 1999.

SANTOS, B. de S. **Introdução a uma ciência Pós-moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SANTOS, E. M. C. **Associativismo e desenvolvimento: o caso da região sisaleira da Bahia**. Feira de Santana: UEFS Editora, 2010.

SANTOS, J. A. L. dos. **Implicações do PRONAF na produção do espaço Rural do município de Feira de Santana-BA (1999/2006)**. Salvador, 2007. 179 f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal da Bahia, 2007.

SANTOS, M. A Rede Urbana do Recôncavo. In: BRANDÃO, Maria de Azevedo. (Org.). **O Recôncavo da Bahia: sociedade e economia em transição**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado; Academia de Letras da Bahia; Universidade Federal da Bahia, 1998, p. 59-100.

SANTO, S. M. Desenvolvimento Urbano em Feira de Santana, Bahia. **Sitientibus**, Feira de Santana, n. 28, p. 9-20, jan/jun. 2003.

SCHERER-WARREN, I. **Cidadania sem fronteiras: ações coletivas na era da globalização**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

_____. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 21, n.1, p. 109-130, jan./abr. 2006.

_____. **Redes de Movimentos Sociais**. 4. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

SCHNEIDER, S. Teoria social, capitalismo e agricultura familiar. In: ____ **A Pluriatividade na Agricultura Familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2003.

_____. Pluriatividade como estratégia de reprodução social da agricultura familiar no Sul do Brasil. **Estudos sociedade e Agricultura**. n. 16, p. 165-184, abr. 2001.

_____. Teoria social, agricultura familiar e pluriatividade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 99-123, 2003.

_____. **Agricultura familiar e industrialização: pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.

SILVA, L. R. da. **A natureza contraditória do Espaço Geográfico**. São Paulo: Contexto, 1991.

SINGER, P. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. 2. ed. São Paulo: Contexto, 1998.

SOUZA FILHO, Jorge Renato. **Desenvolvimento regional endógeno, capital social e cooperação**. Porto Alegre: UFRGS, 2000.

SOUZA, M. de L. O. **Participação em associação de pequenos produtores**: dilemas de administração coletiva. Lavras, 1995. Dissertação (Mestrado em Administração Agrícola) – Universidade Federal de Lavras, 1995.

TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidades e perspectivas. 3. ed. Passo Fundo: UPF, 2001.

VEIGA, J.E. **O Brasil Rural precisa de uma Estratégia de Desenvolvimento**, Brasília, Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural (NEAD). Texto para Discussão n. 1, 2001.

VEIGA, José Eli. **O Desenvolvimento Agrícola**: uma visão histórica. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____. **A face rural do desenvolvimento**. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

WANDERLEY, M. de N. B. Raízes históricas do campeonato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (Org.). **Agricultura familiar**: realidade e perspectivas. 3. ed. Rio Grande do Sul: UPE, 2001.

_____. **Agricultura familiar e campesinato**: rupturas e continuidades. Estudos sociedade e agricultura. Rio de Janeiro, 21 out. 2003.

_____. **Urbanização e Ruralidade**: Relações entre a pequena cidade e o mundo rural: Estudo preliminar sobre os pequenos Municípios em Pernambuco. Recife, 2001. Disponível em: <<<http://www.fundaj.gov.br/observanordeste/obedoo1f.doc>>>. Acesso em: 22 abr. 2014.

WEISHEIMER, N. **Os Jovens Agricultores e seus projetos profissionais**: um estudo de caso no bairro de Escadinhas, Feliz (RS). Porto Alegre, 2004. 216 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2004.

_____. **A situação juvenil na agricultura familiar**. Porto Alegre, 2009. 330 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009.

WOORTHMANN, E. F. **Herdeiros, parentes e compadres**. Herdeiros do sul e sitiantes do nordeste. São Paulo: Hucitec, Brasília: EDUnB, 1995. 336 p.

Anexo